

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais - Mestrado em Relações
Internacionais

Pedro Zucheratto Castro

**GLOBALIZANDO A LUTA – A VIA CAMPESINA COMO FORÇA CONTRA
HEGEMÔNICA NO CAPITALISMO GLOBAL**

Belo Horizonte
2020

Pedro Zucheratto Castro

**GLOBALIZANDO A LUTA – A VIA CAMPESINA COMO FORÇA CONTRA
HEGEMÔNICA NO CAPITALISMO GLOBAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof. Taiane Las Casas Campos

Área de Concentração: Política Internacional:
Instituições, Conflitos e Desigualdades

Belo Horizonte

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

| | |
|-------|--|
| C355g | <p>Castro, Pedro Zucheratto Globalizando a luta – a Via Campesina como força contra hegemônica no capitalismo global / Pedro Zucheratto Castro. Belo Horizonte, 2020. 101 f.</p> <p>Orientadora: Taiane Las Casas Campos Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais</p> <p>1. Via Campesina (Organização). 2. Capitalismo. 3. Hegemonia. 4. Reforma agrária. 5. Soberania. 6. Neoliberalismo. 7. Movimentos sociais. 8. Segurança alimentar. 9. Organizações internacionais. 10. Sociedade civil. I. Campos, Taiane Las Casas. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. III. Título.</p> |
|-------|--|

SIB PUC MINAS

CDU: 369

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Paim Brito - CRB 6/2999

Pedro Zucheratto Castro

**GLOBALIZANDO A LUTA – A VIA CAMPESINA COMO FORÇA CONTRA
HEGEMÔNICA NO CAPITALISMO GLOBAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de Concentração: Política Internacional:
Instituições, Conflitos e Desigualdades

Prof. Taiane Las Casas Campos – PUC Minas (Orientador)

Prof. Leonardo César Souza Ramos – PUC Minas (Banca Examinadora)

Prof. Paris Yeros – UFABC (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 10 de julho de 2020.

Aos trabalhadores do campo, cujo trabalho, luta, esperança num novo mundo, nos alimentam e inspiram.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof. Taiane Las Casas Campos que com paciência e dedicação tornou possível a realização deste trabalho.

Ao finado Prof. Otávio Dulci, cuja convivência ensinou o valor da doçura no ofício.

Aos amigos e família pelo suporte e carinho.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

RESUMO

Neste trabalho, nos dedicaremos à análise da emergência da Via Campesina como representante do trabalho no capitalismo global. Constituída na década de 1990 como articulação transnacional de movimentos campestinos nacionais, espalhados por todos os continentes, o movimento em suas diversas manifestações é reconhecido como uma das principais frentes de oposição à governança neoliberal vigente. Através da utilização de um marco teórico marxistas, valendo-nos especialmente de conceitos gramscianos, avaliaremos se a Via Campesina se forma como força contra hegemônica, propondo a contestações diretas aos fundamentos que justificam o bloco histórico neoliberal. Para tanto, buscaremos traçar o processo de formação da hegemonia neoliberal, equivalendo sua consolidação à projeção dos interesses e subjetividades de classes capitalistas transnacionais. Em sequência, buscaremos compreender a maneira com que, através das alterações no discurso das teorias do desenvolvimento, as mudanças nas concepções de desenvolvimento agrícola foram engendradas. Posteriormente relacionaremos a atualização das estratégias de desenvolvimento agrícola à emergência da Via Campesina. Após discorrer sobre as proposições que marcaram o início da articulação através da análise de seus documentos constituintes e de posicionamentos de ativistas, investigaremos os traços ideológicos da articulação, investigando sua proposta de reforma agrária integral. Realizaremos a caracterização desta proposta contrapondo-a as propostas de regulação fundiária desenvolvidas pelo Banco Mundial a partir dos anos 2000. Nossa hipótese é de que a afirmação dos interesses do campesinato global não se limita à demanda por melhor alocação nas estruturas do capitalismo global, possibilitada pela realização de novos consensos com as elites dirigentes. Mais radical, acreditamos que as propostas da Via Campesina, transcendem as demandas econômicas e buscam projetar uma nova ordem social, refletindo as subjetividades do campesinato global.

Palavras-Chave: Via Campesina, Capitalismo Global, Hegemonia, Soberania Alimentar, Reforma Agrária, Neoliberalismo, Classes Capitalistas Transnacionais.

ABSTRACT

In this work, we will analyze the emergence of Via Campesina as a representative of work in global capitalism. Constituted in the 1990s as a transnational articulation of national peasant movements, spread across all continents, the movement in its various manifestations is recognized as one of the main fronts of opposition to the neoliberal governance. The analysis will be guided through a Marxist theoretical framework. Using Gramscian concepts, we will assess whether Via Campesina is formed as a force against hegemony, proposing direct challenges to the foundations that justify the neoliberal historical block. In this perspective, we will seek to outline the process of formation of neoliberal hegemony, equating its consolidation with the projection of interests and subjectivities of transnational capitalist classes. In sequence, we will seek to understand the way in which, through modifications in the discourse of development theories, changes in conceptions of agricultural development were engendered. Later, we will relate the updating of agricultural development strategies to the emergence of Via Campesina. After discussing the propositions that marked the beginning of the articulation through the analysis of its constituent documents and the positions of activists, we will investigate the ideological features of the articulation, investigating its proposal for integral agrarian reform. We will characterize this proposal contrasting it with the proposals for land regulation developed by the World Bank since the 2000s. Our hypothesis is that the affirmation of the interests of the global peasantry is not limited to the demand for a better allocation in the structures of global capitalism, made possible through the achievement of new consensus with the ruling elites. We believe that Via Campesina's proposals are more radical, transcending economic demands and seeking to project a new social order, aligned with the subjectivities of the global peasantry.

Keywords: Via Campesina. Global Capitalism. Hegemony. Food Sovereignty. Land Reform. Neoliberalism. Transnational Capitalist Classes.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-------|---|
| CCT | Classe capitalista transnacional |
| EKC | Environmental Kuznetz Curve (Em português, Curva Kuznetz) |
| FAO | Food and Agriculture Organization (Em português, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) |
| GATT | General Agreement on Tariffs and Trade (Em português, Acordo Geral de Tarifas e Comércio) |
| IFAP | International Federation of Agricultural Producers (Em português, Federação Internacional de Produtores Agrícolas) |
| OCDE | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico |
| OMC | Organização Mundial do Comércio |
| ONGs | Organizações não Governamentais |
| PFS | Paulo Freire Stichtung (em português Fundação, Paulo Freire) |
| TRIPs | Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights (Em português, Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio) |
| WFP | World Food Programme (Em português, Programa Alimentar Mundial) |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 10 |
| 2 ESTADO, CAPITAL E TRABALHO NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO – APONTAMENTOS CRÍTICOS SOBRE O CAPITALISMO GLOBAL..... | 13 |
| 2.1 Como os homens fazem a sua história? As influências marxistas e gramscianas na concepção do social. | 16 |
| 2.2 A renovação do capitalismo e sua sobrevivência – a globalização dos processos de acumulação..... | 28 |
| 2.3 O capitalismo global e suas novas elites – a consolidação de uma classe capitalista transnacional..... | 32 |
| 3 A GLOBALIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A TRANSNACIONALIZAÇÃO DO CAMPEGINATO – O SURGIMENTO DA VIA CAMPEGINA. | 39 |
| 3.1 Um caminho para a superação da pobreza: o discurso do desenvolvimento e a modernização agrícola..... | 41 |
| 3.2 O campesinato global – a emergência da Via Campesina..... | 49 |
| 4 REFORMAS AGRÁRIAS COMO CAMINHOS DE DESENVOLVIMENTO – PERSPECTIVAS DO CAPITAL E DO TRABALHO SOBRE A QUESTÃO FUNDIÁRIA NO CAPITALISMO GLOBAL..... | 64 |
| 4.1 O desenvolvimento e as estratégias de combate à pobreza no consenso de Washington – a terra e sua produtividade no capitalismo global..... | 67 |
| 4.2 Semeando alternativas – a Via Campesina e a reforma agrária integral..... | 80 |
| 5 CONCLUSÃO | 92 |
| REFERÊNCIAS..... | 97 |

1 INTRODUÇÃO

As propostas de aprimoramento da produção agrícola através da modernização da organização produtiva do setor são presentes na vida política internacional desde a emergência das primeiras abordagens teóricas sobre o desenvolvimento na década de 1950. Carregada de uma justificação humanitária, a aplicação do conhecimento científico na agricultura era apresentada como solução essencial para que fossem obtidos aumentos de produtividade exponenciais, podendo, ao mesmo tempo, propiciar o crescimento econômico de nações subdesenvolvidas e auxiliá-las no combate à fome e à pobreza.

Até a década de 1980, pode se dizer que o discurso do desenvolvimento e sua aplicação nas questões agrícolas fora mantido, sendo notável o papel do Estado na administração de políticas públicas que gerassem ganhos de produtividade no campo. Contudo, a emergência e difusão global do liberalismo econômico redefiniu fundamentalmente os atores envolvidos no desenvolvimento agrícola. Empoderando conglomerados internacionais, cada vez mais envolvidos nos diversos estágios da produção agropecuária, e minimizando progressivamente a autonomia do Estado na elaboração e implementação do planejamento e desenvolvimento econômico nacional, a lógica de mercado, cada vez mais, se mostrava fundamento do desenvolvimento econômico.

O direcionamento mercantil dominava o campo de forma crescente, assumindo um tom de interesse comum da sociedade: a liberalização da agricultura seria responsável por, além de propiciar o crescimento econômico, tornar a disponibilidade de alimentos universal. A execução do programa político-econômico neoliberal, contudo, expôs severas contradições e se mostrou particularmente avesso aos interesses dos trabalhadores, colocados em posição mais vulnerável diante da dissolução dos compromissos firmados entre classes sociais e o Estado em períodos anteriores.

Diante desta estrutura de produção agrícola, os grupos mais vulnerabilizados com a expansão do capitalismo neoliberal foram os pequenos e médios agricultores. Estes eram considerados grupos sociais que, diante de análises à esquerda e à direita, deveriam ter sido extintos no processo de modernização agrícola. Distantes da extinção, estes grupos sociais se organizam desde a década de 1990 em uma das

frentes de contestação ao neoliberalismo mais notórias internacionalmente: a Via Campesina.

Com análise acurada das estruturas componentes do capitalismo global, a Via Campesina, uma articulação transnacional de movimentos agrários, com representação nos 5 continentes, dirige sua contestação e suas propostas de desenvolvimento agrário às estruturas de governança internacional. O movimento opõe-se à ideia de que a superação dos problemas decorrentes da pobreza e da fome se resume à crescente implementação da lógica de mercado em todos os aspectos da vida social. Seu ativismo tem em outro sentido, advogando por um tratamento diferenciado à produção agrícola visando valorizar o relacionamento diferenciado que o camponês assume em relação ao seu trabalho e produção.

Este trabalho, ao analisar este movimento, visa investigar a maneira com que este emerge e se consolida como uma corrente contra hegemônica, oposta à direção neoliberal que ordena o capitalismo global. A partir de uma perspectiva gramsciana, buscaremos analisar a maneira com que a Via Campesina se desenvolve enquanto força social, consolidando um arcabouço ideológico sólido que se define como alternativa à ordem econômica vigente.

Na apresentação do movimento, expusemos que a sua contestação emerge diante da alteração dos regimes de produção agrícola, tornando cada vez mais marginal e dependente o pequeno produtor. Ainda assim, analisando a formulação de sua proposta de reforma agrária, é possível verificar que seu ideário transcende os objetivos estritamente ligados à afirmação de seus interesses na estrutura econômica. A partir da análise de sua concepção a respeito do trabalho campesino e da produção de alimentos, pretendemos demonstrar a frontal oposição aos fundamentos da hegemonia neoliberal e como, embasada em conceitos como a reforma agrária integral e a soberania alimentar, se projeta uma nova sociedade.

Para realizar esta análise, o primeiro capítulo deste trabalho buscará através de revisão bibliográfica, apresentar as teorias marxistas e gramscianas, cujas categorias e variáveis serão aplicadas na análise. Além disso, visamos investigar neste capítulo as condições históricas em que se consolida o capitalismo global.

No segundo capítulo, analisaremos o desenvolvimento das noções de modernização e liberalização da agricultura e a maneira com que estas se incorporam no discurso liberal hegemônico. A partir das considerações realizadas sobre estas dinâmicas, abordaremos o processo de formação da Via Campesina, analisando os

documentos que marcam sua constituição e localizando nos discursos de suas lideranças os elementos fundamentais da proposta desenvolvida na articulação.

No terceiro capítulo finalmente, investigaremos as expressões dos interesses e subjetividades de forças sociais em oposição: as classes capitalistas transnacionais, defensores da manutenção da hegemonia neoliberal, e a Via Campesina, defensora de uma proposta alternativa de desenvolvimento. Estas expressões serão constatadas nas propostas de política fundiária e reforma agrária expostas, diante da perspectiva neoliberal, especialmente em relatórios e documentos do Banco Mundial. No caso da Via Campesina, será analisada a proposta de Reforma Agrária Integral, defendida em sua campanha global pela Reforma Agrária.

Através da caracterização e contraposição das duas propostas buscaremos avaliar se o posicionamento da Via Campesina se enquadra em uma posição de acomodação dentro da proposta neoliberal, caracterizando desta forma uma reivindicação mais rasa e interessada na fundação de novos consensos dentro da ordem vigente, ou se é dotada de maior radicalidade, buscando ao mesmo tempo negar as estruturas político-econômicas vigentes e apresentar um programa político econômico diferenciado, podendo afirmar-se legitimamente contra hegemônica.

2 ESTADO, CAPITAL E TRABALHO NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO – APONTAMENTOS CRÍTICOS SOBRE O CAPITALISMO GLOBAL

Existe, no campo das Ciências Sociais, uma discussão sobre a existência de uma tradição de pensamento marxista homogênea e coesa. Há uma comum anedota entre pensadores da área que alegam que o próprio Marx não se diria marxista. Diferenças interpretativas entre teóricos que se reivindicam adeptos a esta tradição de pensamento tornam difícil uma homogeneização dessa tradição. Em Lukacs (2018) busca-se estabelecer uma unidade em relação ao pensamento marxista através da apresentação de elementos que distinguiriam uma suposta ortodoxia no pensamento marxista

A noção de que a teoria deveria ser vinculada a necessidade de um engajamento prático é marcante na proposição de Lukacs (2018). Antes mesmo de tecer considerações a respeito de questões metodológicas mais específicas, o autor assinala que o empreendimento teórico marxista visa a conscientização das massas, sendo nas palavras do autor, “veículo da revolução” (LUKACS, 2018, p.65). As premissas de distanciamento e neutralidade frente ao objeto de estudo são abandonadas em favor de um posicionamento favorável aos processos de mudança social. O que se tornaria um fundamento essencial às teorias críticas desenvolvidas ao longo do século XX e XXI (LINKLATER, 1996; SANTOS, 2008) é destacado como uma característica essencial da tradição marxista

Trata-se, antes [de estudar como a teoria tornar-se-ia força material ao apoderar-se das massas, conforme Marx havia exposto em sua crítica à Hegel], de investigar tanto na teoria como na maneira como ela penetra nas massas, esses momentos e essas determinações que fazem da teoria, do método dialético, o veículo da revolução; trata-se, por fim, de desenvolver a essência prática da teoria a partir da teoria e da relação que estabelece com o seu objeto. (LUKACS, 2018, p. 65)

O vínculo entre a teoria e a práxis demonstrando o objetivo de intervenção social assumido pelas teorias marxista apresenta forte contraste com correntes positivistas. Estas correntes apresentariam a neutralidade e o distanciamento em relação ao objeto de análise como condições para a construção de um conhecimento científico legítimo. Busca-se, portanto, tratar a realidade de maneira mais abstrata, buscando localizar regularidades que se pretendam universais e imutáveis, independente das particularidades que as conjunturas históricas possam trazer.

Ao privilegiar a busca por máximas universais que regulem as práticas sociais, sem que isto incorra em posicionar-se a respeito da realidade ou propor intervenções que visem a mudança social, transparece o caráter conservador das teorias positivistas. Seguindo os apontamentos realizados por Lukacs (2018), a neutralidade sob a qual se apresentam os fatos em análises de um positivismo mais rígido, que reivindica proximidade com os métodos típicos das ciências naturais revelam um certo oportunismo, dado que a própria seleção dos dados e fatos já demonstram condicionamento decorrente da teoria utilizada, sendo sua neutralidade desde o início questionável.

Com efeito, os fatos puros das ciências naturais surgem da seguinte maneira: um fenômeno da vida é transportado, realmente ou em pensamento, para um contexto que permite estudar as leis às quais ele obedece sem a intervenção perturbadora de outros fenômenos. Esse processo é reforçado pelo fato de que os fenômenos são reduzidos à sua pura essência quantitativa, à sua expressão em número e em relações de número. (...) Marx oferece uma descrição bastante convincente desse 'processo de abstração' da vida quando aborda o trabalho, mas não esquece de insistir, de maneira igualmente convincente, no fato de que trata aqui de uma característica histórica da sociedade capitalista. (LUKACS, 2018, p.71-72)

A consideração a respeito da especificidade histórica que as análises materialistas históricas destacam é também de grande importância. Embora demonstre-se como um aspecto que dificulta a realização de raciocínios causais e de generalizações a respeito do objeto estudado, é justamente a maior precisão histórica que garante às teorias críticas uma capacidade compreensiva mais extensa em relação a contextos sociais e suas aberturas à mudança.

Esta diferenciação, inclusive, é tratada no campo das Relações Internacionais, por Cox (1996) através de sua distinção entre teorias críticas e 'problem-solving'. As primeiras engajam-se em um esforço reflexivo, questionando a configuração e a sustentação de uma ordem social vigente. Reconhecendo a transitoriedade dos diversos cenários históricos, estas teorias buscam avaliar possibilidades de mudança social e as condições em que esta possa se tornar efetiva. As teorias 'problem-solving', por sua vez, visam garantir o funcionamento harmônico das instituições vigentes, tratando-as como imutáveis à despeito de suas contradições. Neste processo, aponta Lukacs (2018), as particularidades e circunstâncias históricas do capitalismo são naturalizadas e tratadas como universais e imutáveis, sendo objetivo do

desenvolvimento teórico científico refinar e tornar mais eficientes os processos de acumulação que o constituem.

A busca da compreensão da sociedade como totalidade constitui a última característica da Ortodoxia Marxista, apontada por Lukacs (2018). Sob esta ótica, o marxismo seria oposto à uma compreensão fragmentária da realidade, buscando compreender as interrelações estabelecidas entre os diversos processos sociais e as contradições que estas geram na realidade total. A análise do desenvolvimento de arranjos jurídicos, ou das burocracias componentes da administração pública, por exemplo, deveriam ser analisadas sob o prisma da realidade no capitalismo e não apartadas como objetos autônomos.

A perspectiva positivista assume que a fragmentação da realidade em objetos de estudo contingentes, alheios a toda forma de interferência externa, é prática necessária ao desenvolvimento do conhecimento científico. Em oposição a este posicionamento, Lukacs (2018) afirma que este processo de fragmentação opera como mecanismo para mascarar as contradições inerentes às realidades sociais e assim legitimar a ordem vigente.

Quando o ideal de conhecimento das ciências naturais é aplicado à natureza, ele serve somente ao progresso da ciência. Porém quando é aplicado a evolução da sociedade, revela-se um instrumento de combate ideológico da burguesia. Para esta última é uma questão vital, por um lado, conceber a sua própria ordem de produção como constituída por categorias intemporalmente válidas e destinadas a existir sempre graças a leis eternas da natureza e da razão e, por outro, julgar as contradições que se impõem ao pensamento de maneira inevitável não como fenômenos pertencentes à essência dessa ordem de produção, mas como simples fenômenos de superfície. (LUKACS, 2018, p. 80)

Embora seja necessário destacar limitações nas considerações do autor a respeito dos danos que a aplicação de paradigmas científicos, que visam a dominação da natureza sobre o meio-ambiente¹, as conclusões a respeito do desenvolvimento científico fragmentário e negligente em relação às contradições manifestas na sociedade permanecem bastante consistentes. Neste sentido, a abordagem de Lukacs (2018) a respeito do empreendimento teórico caracterizado pelo marxismo privilegia a noção de que a própria análise das contradições inerentes à sociedade se

¹ Na literatura das ciências sociais, especialmente com o desenvolvimento das abordagens alternativas ao desenvolvimento, a problematização relativa à atividade humana voltada ao domínio da natureza em detrimento de uma relação mais harmônica entre humanidade e natureza é presente. Ver Acosta (2014)

faz necessária para a compreensão das dinâmicas produtivas. Através da compreensão das contradições inerentes à realidade, a teoria crítica assume a responsabilidade de apresentar tendências reais para a mudança social e superação das inequidades existentes.

A abordagem desenvolvida por Lukacs (2018) nos faz perceber como a noção de participação da humanidade, organizada em classes e grupos sociais, como objeto e sujeito da história, não pode ser colocada como externalidade. A participação ativa destas forças sociais deve embasar todo empreendimento teórico marxista. Ao mesmo tempo, seres humanos com suas ações contribuem ao desenvolvimento teórico-científico e são influenciados pelo mesmo. Este tipo de consideração também nos instrui sobre a parcialidade da ciência em relação à realidade e seu papel interventor, como instrumento de conscientização e mobilização política.

Também são destacados como elementos fundamentais deste tipo de abordagem teórica a contingência das estruturas históricas e a necessidade de analisar as realidades sociais em sua totalidade, de forma que seja possível verificar com mais precisão suas contradições. A partir destas considerações o autor definiria o substrato da suposta ortodoxia marxista. Utilizando a tipologia desenvolvida por Cox (1996a) estas características indicariam correntes marxistas materialistas-históricas enquanto, dentro do marxismo, as correntes mais alinhadas com as abordagens positivistas se denominariam como um marxismo estrutural.

Realizada a exposição dos elementos que constituiriam a ortodoxia marxista segundo Lukacs (2018), conseguimos perceber a influência do pensamento marxista no desenvolvimento das teorias críticas no âmbito das Ciências Sociais ao longo dos séculos XX e XVI. Levando em consideração estas características buscaremos melhor detalhar na próxima seção, a emergência da Escola Italiana de Relações Internacionais², destacando elementos fundamentais para a realização da análise proposta neste trabalho.

2.1 Como os homens fazem a sua história? As influências marxistas e gramscianas na concepção do social.

² O termo Escola Italiana foi utilizado pelo autor Stephen Gill (1993), buscando designar autores das Relações Internacionais cuja produção teórico busca influência fundamental no pensamento do Italiano Antônio Gramsci.

Conforme observado na seção anterior, construída tomando por referência a interpretação lukacsiana da ortodoxia marxista, é possível observar um movimento de intensa ruptura entre a economia política marxista e as vertentes neoclássicas antecessoras, ancoradas em uma lógica epistemológica bastante vinculada ao positivismo. É possível especificar mais estas divergências aprofundando-nos na análise do materialismo histórico, buscando definir de forma mais direta as concepções sobre a vida humana e as dinâmicas sociais. Ecoando concepções encontradas em Lucaks (2018), Rupert (1994) reforça que as propostas teóricas de Marx e Gramsci buscam compreender o ser humano dentro de sua realidade histórica e apresentar possibilidades históricas com ênfase emancipatória. Neste sentido a leitura destes autores alheia à seu posicionamento e ativismo político seria uma opção negligente.

Os autores em destaque buscaram radicalizar as concepções ontológicas que fundamentavam os estudos sociais, abandonando a perspectiva de que os determinantes da organização social seriam primordiais ou constitutivas da sociedade humana, e passando a concebê-las como um “produto social em construção, historicamente concreto e contestável³” (RUPERT, 1994, p. 67 – tradução nossa). Em suas premissas sobre a existência do ser e das dinâmicas sociais, Rupert (1994) aponta que as teorias marxianas refletem sobre a impossibilidade de separação da natureza e da sociedade como entidades apartadas. Marx definiria o contato entre estas duas esferas como uma interação em que a atividade produtiva humana transforma a natureza, atribuindo à mesma novas funções e significados, alterando, portanto, suas implicações na vida social. Este processo, denominado objetificação, pode ser representado pela “criação consciente de um mundo de objetos através da atividade produtiva socialmente organizada, no qual seres humanos, suas vidas sociais e seu ambiente natural são, juntos, transformados.” (RUPERT, 1994, p.68 - tradução nossa)⁴.

Enquanto são desenvolvidas noções de que a atividade humana é diretamente interveniente no desenvolvimento histórico e na formatação das estruturas sociais, Rupert (1994) não nega a maneira com que o capitalismo, e os sistemas de produção e acumulação que o constituem, integra de maneira diferenciada setores e classes

³ “an ongoing social product, historically concrete and contestable.”

⁴ “...the conscious creation of a world of objects through socially organised productive activity in which human beings, their social lives and their natural environment are together transformed”

sociais. O autor assume que a maneira com que os capital e trabalho são inseridos nos circuitos produtivos designam sistemas de exclusão que negam a determinadas classes e segmentos a capacidade de intervenção e modificação da realidade social, objetificando-os.

Para caracterizar esta questão, Rupert (1984) assume que a objetificação, sob as condições históricas do capitalismo, assume forma de alienação, detendo três dimensões diferenciadas: uma dimensão objetiva e duas subjetivas (uma individual e a outra coletiva). Cada uma destas dimensões reflete aspectos da redução das capacidades de intervenção dos trabalhadores na vida social.

As duas primeiras dimensões da alienação são apresentadas em Marx (2004). Na primeira se percebe um estranhamento do mesmo em relação ao próprio produto do trabalho. Uma vez que seu esforço é materializado em um objeto externo que não lhe é pertencente, cria-se a percepção de que o mundo produzido por ele também lhe é alheio. A outra face deste processo cria a dimensão subjetiva individual, seguindo a máxima de que um produto alheio ao trabalhador não poderia ser produzido por um trabalho que não fosse igualmente alienado. Utilizando a terminologia, empregada por Marx (2004), o próprio processo produtivo destas mercadorias seria uma exteriorização ativa.

(...) quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando (*ausarbeiteit*), tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio (*fremd*) que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele [o trabalhador] mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos pertence a si próprio. (MARX, 2004, p. 81)

A terceira dimensão da alienação, desenvolvida em Rupert (2004), também se situa em uma dimensão subjetiva, contudo afetando especialmente a sociabilidade dos trabalhadores e sua consciência de si em coletivo, enquanto classe. Segundo o autor, o processo produtivo tende a desenvolver percepções da realidade atomizadas, em que o próprio produtor consegue sua atividade apenas como seu meio de subsistência, sem significado próprio e reconhecimento de sua subjetividade coletivamente. Estes elementos caracterizam como o processo de alienação levam à objetificação do trabalhador na construção da realidade, negando a sua própria humanidade na concepção marxiana.

A atividade produtiva, que poderia ser intrinsecamente satisfatória, um processo de auto-desenvolvimento e um fim em si mesma, torna-se pouco

mais do que os meios para o fim mínimo da sobrevivência física. Ao invés de ser uma atividade de auto-afirmação e auto-realização, os trabalhos do produtor pertencem a outro cujos propósitos são externos e antagônicos ao trabalhador. O trabalho, portanto, soma uma contínua perda de si ao trabalhador, um auto-estranhamento.⁵ (RUPERT, 1994, p. 71, tradução nossa).

Mesmo com as mazelas e prejuízos que a alienação - em todas as suas dimensões - pode expressar para o trabalhador, é importante destacar que, mesmo nestas condições, o papel da teoria como veículo de conscientização permanece presente, apresentando-se como proposta emancipatória aos. Através da conscientização dos trabalhadores, são expostas as contradições inerentes à acumulação capitalista e busca-se compreender as possibilidades de mudança social dentro dos contextos históricos concretos.

Junto a estas perspectivas a respeito das implicações da organização social dos processos de acumulação, Marx desenvolve uma análise bastante relevante para as relações políticas constituídas entre as classes e assume um ponto de vista original em relação à formação do Estado. Diante deste tipo de desenvolvimento, dentro da teoria marxiana, talvez um dos pontos mais relevantes seja a ideológica separação entre economia e política dentro das sociedades capitalistas.

Em construções e análises evolutivas a respeito do desenvolvimento histórico das sociedades, o aparecimento das sociedades modernas e a progressiva superação das relações de servidão, constituídas em um contexto feudal, costumam ser relacionados à ideia de libertação. A libertação, contudo, se constata em termos formais, sem que fosse colocada em questão as privações materiais às quais os trabalhadores foram mantidos, limitando até mesmo a sua capacidade produtiva.

Enquanto, politicamente, deveria ser celebrado o rompimento de estruturas ultrapassadas de dominação e a concessão da livre iniciativa ao trabalhador, economicamente, o distanciamento do trabalhador da terra e de seus meios de produção não deve ser problematizado. De fato, frente à ideologia derivada dos interesses das classes capitalistas dominantes, esta privação deve ser, inclusive, naturalizada (RUPERT, 1994).

⁵ "Productive activity which could be intrinsically satisfying, a process of self-development, an end in itself, becomes little more than a means to the minimal end of physical survival. Instead of being an activity of self-affirmation and self-realisation, the worker's labours belong to another whose purposes are alien and antagonistic to the worker. Work, then, amounts to a continuing loss of self for the worker, self-estrangement."

A privação dos meios necessários à sua atividade definiu uma dependência dos trabalhadores em relação ao detentor do capital, que manteve o controle dos insumos necessários ao seu esforço produtivo. Esta dependência se traduz sob na necessária integração dos trabalhadores aos circuitos de acumulação vigentes, em condição de subordinação, para garantir a sua sobrevivência. Conforme Rupert (1984) afirma, nestas condições, a realização de coerção extra-econômica, por exemplo através da violência, torna-se menos necessária. A própria estrutura econômica gera relativo domínio das classes capitalistas sobre os trabalhadores.

A operação deste distanciamento entre as lógicas coloca a sociedade política, ou o Estado, como uma estrutura que não precisa demonstrar atividade ou intervenção direta nos circuitos econômicos para garantir a concretização dos interesses dos capitalistas. Na verdade, o Estado deveria assegurar regimes legais que garantissem as condições de existência da propriedade privada, as condições jurídicas adequadas para as execuções contratuais e para a realização das trocas comerciais e, em geral, o funcionamento adequado (aos interesses capitalistas) da esfera econômica. Como síntese à ontologia marxiana Rupert (1994) assume:

A ontologia radical marxiana nos permite interpretar as especificidades históricas da alienação, não apenas na 'economia' capitalista, mas em todo o complexo de relações sociais nas quais é integrada, inclusive nas separações formais entre público/privado, política/economia e Estado e Sociedade. Sua crítica implica que estas relações alienadas são fundamentalmente contraditórias, em um sentido em que elas trazem nelas mesmas as precondições para sua própria transcendência.⁶ (RUPERT, 1994, p.76 - tradução nossa).

A separação entre as esferas econômica e política como recurso interessante à concretização dos interesses de classes capitalistas também é ressaltada em Gramsci (2007). Segundo o posicionamento do autor, a própria autonomia destas esferas é questionável, uma vez que a primazia dos mecanismos de mercado na condução da economia por si deriva de ação política estatal, expressa na forma de regulação. Desta forma, tende a visualizar o desenvolvimento do liberalismo, ideologia

⁶ "Marx's radical social ontology allows us to interpret as historically specific instances of alienation, not just the capitalist 'economy', but the whole complex of social relations in which it is embedded, including the formal separations of public/private, politics/ economics, and state/society. His critique implies that these alienated relations are fundamentally contradictory, in the sense that they bring into being the preconditions for their own transcendence"

característica do capitalismo, não como defesa da autonomia da esfera do mercado, e sim como um programa político específico.

A isenção do Estado e da intervenção política na economia constituiriam, para Gramsci (2007), parte de uma agenda política denominada economismo, sendo defendida tanto por parte de classes capitalistas dominantes, como por grupos subalternos, adeptos a uma espécie de sindicalismo teórico. No primeiro caso, a classe exerce um papel ativo na formulação de um arcabouço ideológico e uma estrutura institucional que afirme seus interesses, desenvolvendo consensos que acomodem outros setores sociais que apresentem oposição, sem, no entanto, contrariar aspectos centrais ao exercício da liderança por um determinado grupo social.

De parte do sindicalismo teórico, Gramsci (2007) destaca que, embora seja reconhecida a contraposição dos interesses dos grupos subalternos que o representam em relação aos da classe dominante, são aceitos os pressupostos da acumulação capitalista e das formas políticas que as permitem. Segundo o autor, apesar de perceberem a sua posição de vulnerabilidade na estrutura capitalista, sua pretensão política se restringe à obtenção de benefícios superficiais, que garantam uma redução em sua exploração econômica. Sua limitação, segundo o autor, seria adotar uma postura que busca apenas uma acomodação dentro das estruturas do capitalismo, sem aventar o desenvolvimento de uma nova organização social: "(...) trata-se de alternância dos partidos dirigentes no governo, não de fundação de uma nova sociedade política e menos ainda de uma nova sociedade civil." (GRAMSCI, 2007, p. 47-48).

A percepção de Gramsci (2007) a respeito da política e do Estado representa uma inovação muito importante no desenvolvimento de propostas teóricas críticas. Para obter mudanças sociais, o autor rejeita a ideia de que a mudança social seria, a princípio, obtida através do domínio direto sobre o aparato burocrático estatal. Segundo o autor, para a superação das contradições existentes no modelo econômico vigente, seria necessária a difusão e consolidação de uma ordem ideológica diferenciada. Isto decorre precisamente do fato de que o autor concebe o Estado de forma ampliada, assumindo que, para além do aparelho burocrático necessário ao exercício da coerção, também faria parte do Estado uma série de organismos privados (Igrejas, escolas, veículos midiáticos, etc.) necessários à obtenção de legitimação e geração de consensos entre os diversos setores da sociedade.

Nestes termos, Gramsci (2007, 2002) busca diferenciar os exercícios de direção e dominação. Valendo-se de uma analogia concebida por Maquiavel, o exercício do poder político é visualizado na figura do centauro: a violência, a coerção física, se verifica na besta, e a racionalidade, expressa na capacidade de formulação de consensos, no homem. Se em outras abordagens o poder político seria equivalente ao exercício da força, Gramsci (2002) afirma que o poder de uma classe social tem importante expressão na consolidação de sua visão de mundo.

(...) a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como 'domínio' e como 'direção intelectual e moral'. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a "liquidar" ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também dirigente. (GRAMSCI, 2002, p. 62-63)

A distinção entre as capacidades de direção e dominação são um elemento fundamental para a formulação da ideia de hegemonia sob a perspectiva gramsciana. A manutenção do poder em um contexto de hegemonia, segundo Gramsci (2002) é exercida de forma espontânea, uma vez que uma série de consensos ideológicos já estão bem estabelecidos na sociedade civil, não sendo necessária a constante aplicação da violência contra os grupos subalternos, que já estariam devidamente acomodados na organização social. Diante a deterioração das condições de exercício da direção intelectual, e crescente necessidade de manutenção da ordem social através do uso da força percebe-se o desgaste da condição hegemônica de determinada força social e uma maior sujeição da ordem social vigente a revisionismos.

Buscando tratar da temática a respeito da emergência de forças políticas que atuem em contestação às elites dominantes ou dirigentes, Gramsci (2014) busca esclarecer que o materialismo histórico, alinhado com a tradição de pensamento marxista, deve evitar ao máximo conduzir a análise por lógicas mecanicistas ou deterministas. Sob a percepção do autor, a ideia de que a estrutura econômica vigente em um determinado momento histórico definiria diretamente as estruturas políticas e ideológicas daquela sociedade de maneira automática não deveria ser utilizada. Contrário a esta posição o autor desenvolveu a ideia de bloco histórico, uma unidade histórica definida por interações recíprocas entre estrutura e superestrutura, sem que

haja hierarquia entre as duas esferas. Na percepção de Gramsci (2014), o aspecto contraditório, inerente às relações de produção no capitalismo, seriam refletidos nas superestruturas e a própria existência destas contradições fundamenta a possibilidade de emergência de movimentos políticos opostos à classe dirigente. Ainda assim, é importante destacar, que a hegemonia se coloca como condição ao estabelecimento de um bloco histórico, uma vez que as contradições se tornam visíveis apenas na medida em que uma classe busca difundir suas percepções político ideológicas.

É interessante destacar que a disputa pelo poder político, portanto, em grande parte se estabelece na disputa pela hegemonia, na consolidação da direção intelectual e moral de um grupo sobre os demais. Nesse sentido, é atribuída ao autor a noção de guerra de posição, em que o que se colocaria em disputa seria justamente as instituições da sociedade civil que sustentam a hegemonia. Ou seja, para a sustentação de um programa político alinhado ou interesse de classes subalternas, antes de visar apoderar-se do aparelho burocrático do Estado, deveriam ser enfraquecidos os consensos vigentes e reforçadas ideias e instituições ligadas aos interesses e subjetividades subalternos.

A guerra de posição, neste sentido, se diferenciaria à guerra de manobra, estratégia em que o controle sobre a burocracia estatal é colocado como prioridade. A adoção da guerra de manobra sob a análise gramsciana, é mais adequada em situações em que os consensos ideológicos estabelecidos pela classe dominante com os diversos setores sociais já se apresentam fragilizados ou descreditados (GRAMSCI, 2007; COX 1996b; SCHWARZMANTEL 2015).

Feitas estas considerações, para investigar as possibilidades de mudança social, Gramsci (2007) destaca a importância em situar o desenvolvimento histórico das forças sociais existentes, de forma a verificar a tendência à manutenção ou substituição das lideranças intelectuais e morais frente à sociedade. Para tanto, o autor busca graduar este desenvolvimento em três níveis.

Em primeiro lugar, busca-se a constatação objetiva da existência das forças sociais e a análise sobre sua alocação no sistema capitalista, levando em consideração sua capacidade de direção ou seu nível de sujeição às estruturas vigentes. Em sequência se analisa uma dimensão subjetiva destas forças sociais, avaliando as formas de expressão de seu interesse e a possibilidade de acomodação do mesmo em uma dada estrutura social. Finalmente, o autor coloca em questão as possibilidades de que um determinado grupo consiga manter ou conquistar as

estruturas estatais, em sua perspectiva ampliada (GRAMSCI, 2007). Para este trabalho, é especialmente interessante o segundo estágio.

Na análise de Gramsci (2007) o desenvolvimento da subjetividade do grupo também é gradual, e a interação política que este assume em relação às demais forças sociais e estruturas político-ideológicas vigentes é dependente deste desenvolvimento. As duas primeiras graduações deste desenvolvimento se situam dentro de uma esfera econômica, sendo o nível mais elementar mais ligado à atividade do grupo, em nível mais corporativo, nas palavras do autor. A ação política frente a este nível de reconhecimento subjetivo prescreve uma solidariedade ligada à similaridade profissional, sendo percebida e incentivada uma similaridade de posicionamentos em relação a desafios e obstáculos comuns à sua atividade.

Quando se percebe que o reconhecimento subjetivo de um grupo social ultrapassa as questões estritamente ligadas ao ramo de atividade de cada um e atinge um nível de classe, ocorre uma alteração substancial no tipo de demanda e questionamento político. Mais do que demandas mais específicas a cada atividade, neste nível de identidade subjetiva, Gramsci (2007) afirma que já podem ser articuladas demandas que visem a conquista de direitos mais amplos frente ao poder dos grupos dominantes, reivindicando maior capacidade de intervenção nas esferas públicas em favor de um interesse mais amplo. Ainda assim, é destacado pelo autor que este reconhecimento ainda se mostra restrito ao campo econômico e, mais importante, não visa questionar os elementos fundamentais do ordenamento político econômico. Neste nível de desenvolvimento das forças políticas, as demandas, por mais que possam ser mais amplas e significativas, ainda são caracterizados pela busca de novos consensos mais favoráveis dentro de uma estrutura político-econômica.

Dentro destes dois níveis de identificação subjetiva, ainda podemos localizar o que Gramsci caracterizou como economismo, ainda que exercido por classes subalternas. As demandas levantadas neste nível buscam manter os limites de intervenção política na estrutura econômica e resguardar os fundamentos que permitem a manutenção dos interesses das forças sociais hegemônicas. Ainda que busquem e, possivelmente, obtenham conquistas nestas questões, é preservado o cerne ideológico que organiza a ação social naquela sociedade.

No terceiro nível de identificação subjetiva da força social, segundo Gramsci (2007), se desenvolve o potencial mais radical de mudança social.

(...) se adquire consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados (...) é a fase em que as ideologias geradas se transformam em 'partido', entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano 'universal', criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série e grupos subordinados. (GRAMSCI, 2007, p.41).

É importante destacar, neste ponto, que a posição de Gramsci (2007) em relação à emergência de forças que de fato apresentem potencial contra hegemônico revela a necessidade de que estas consigam de fato projetar um programa político amplo, que seja coincidente com os interesses subordinados de maneira mais generalizada. Em Marx (2004) este aspecto é destacado, valendo-se de uma hipotética elevação salarial, ainda que acentuada. Na análise do autor, mesmo que esta conquista fosse obtida, mantidas as demais características da relação capitalista-trabalhador, os efeitos da alienação do trabalho seriam mantidos, mantendo a condição objetificada do trabalhador.

Sob a teorização de Gramsci (2007), a natureza das forças contra hegemônicas é radical, elas se mostram como contestação direta às ideias e instituições que sustentam e justificam o ordenamento social vigente. Não quer dizer que conquistas estritamente econômicas, que não subvertam as estruturas vigentes, sejam desprezíveis. Avanços nestes sentidos podem ser concretamente muito importantes, todavia, os efeitos destes determinam consensos entre classes subalternas e elites dirigentes que permitem a continuidade de um regime de acumulação favorável a estas elites. As propostas contra hegemônicas se mostram, portanto, como projetos emancipatórios, que buscam afirmar os interesses e subjetividades subalternas em seu sentido mais fundamental e em oposição às bases ideológicas instituídas.

Em Cox (1996a) conseguimos verificar um aparato analítico interessante para analisar a formação de estruturas históricas. São determinadas três dimensões fundamentais: capacidades materiais, ideias e instituições. O relacionamento entre estas não é descrito de forma hierarquizada, de forma que a influência de um fosse considerada mais ou menos relevante. Na verdade, as três dimensões interagiriam entre si de forma a estabelecer uma configuração específica que caracterizaria o bloco histórico.

Em cada uma dessas dimensões poderiam ser analisados antagonismos das forças sociais existentes e o confronto entre as mesmas determinaria a estabilidade ou fragilidade da configuração vigente. A dimensão mais objetiva desta estrutura se situa na dimensão das capacidades materiais, refletindo potenciais construtivos ou destrutivos que cada uma das forças detém, sendo refletida nas formas de organização e distribuição da produção (COX, 1996a).

Se adotadas abordagens teóricas, mesmo marxistas, com ênfases mais mecanicistas, mudanças sociais seriam derivadas fundamentalmente de alterações estabelecidas nesta dimensão. Contudo, as perspectivas teóricas relacionadas ao pensamento gramsciano, ao negar a imediata correspondência entre a estrutura produtiva e as superestruturas, valorizam variáveis ideológicas e institucionais para a avaliação das possibilidades de mudança social.

Em Cox (1996a), o campo das ideias é dividido em duas categorias. De um lado, refletem a consolidação de um conjunto de entendimentos intersubjetivos que determinam os cursos e formas legítimos na interação dos diversos agentes sociais. A maneira com que a produção é organizada e as formas de interação entre Estados e indivíduos e grupos privados é descrita neste terreno. É necessário ressaltar que, apesar da maior estabilidade destes entendimentos, estes também são históricos sendo possível avaliar a solidez e os sinais de enfraquecimento dos mesmos.

Outro aspecto da dimensão ideológica é a consolidação de imagens coletivas a respeito da ordem vigente. Conforme afirmado em Cox (1996a), nesta dimensão é mais evidente o dissenso entre os diversos grupos sociais, uma vez que estas refletem mais diretamente seus interesses e subjetividades de grupos. Nas palavras do autor:

Enquanto os significados intersubjetivos são amplamente comuns em toda uma estrutura histórica particular e constituem o terreno comum do discurso social (incluindo o conflito), as imagens coletivas podem ser diversas e opostas. O choque de imagens coletivas rivais fornece evidências do potencial para caminhos alternativos de desenvolvimento e levanta questões sobre as possíveis bases materiais e institucionais para o surgimento de uma estrutura alternativa.⁷ (COX, 1996a, p.99 – tradução nossa).

⁷ “Whereas intersubjective meanings are broadly common throughout a particular historical structure and constitute the common ground of social discourse (including conflict), collective images may be several and opposed. The clash of rival collective images provides evidence of the potential for alternative paths of development and raises questions as to the possible material and institutional basis for the emergence of an alternative structure.”

Sob esta perspectiva, percebemos que independente do quão sólidos são os consensos estabelecidos na ordem vigente, a própria existência de grupos e forças sociais subalternos determina a potencial emergência de imagens coletivas diferentes. O surgimento e fortalecimento destas depende, contudo, da crescente identificação de seus interesses de classe para além do sentido estritamente econômico, possibilitando a elaboração de um plano político contra hegemônico, conforme indicado por Gramsci (2007).

A dimensão institucional, conforme caracterização de Cox (1996a), é a cristalização das estruturas materiais e ideológicas características do bloco histórico. Nela as elites dirigentes conseguem estabelecer mecanismos para consolidar e difundir uma determinada ordem, minimizando e solucionando conflitos através da acomodação de grupos e forças sociais opostas sem que seja necessário o exercício do domínio, através da aplicação mais direta da coerção pelas elites.

Os momentos históricos em que foram desenvolvidas as abordagens teóricas de Marx e Gramsci são fundamentais para compreender a obra de cada um e, em especial, as orientações fornecidas por cada um como forma de motivar a mudança social. Em Gramsci (2007), por exemplo, é notável que o próprio autor determina que os cenários de disputa pela hegemonia se travariam em contextos nacionais, na medida em que o circuitos de acumulação do capital estariam contidos nas fronteiras nacionais. No contexto do breve século XX ou do século XIX, no caso de Karl Marx, esta afirmação seria mais acurada, não havendo razão para contestar o lócus da construção da hegemonia se capital e trabalho determinam suas relações em contexto nacional.

Em Cox (1996a) busca-se estabelecer uma primeira abordagem das disputas entre forças sociais em um contexto globalizado. Para tanto o autor define que as estruturas históricas definidas nos últimos parágrafos poderiam ser observadas em diferentes níveis de análise, ou, em suas palavras, esferas de atividade. Segundo o autor são distinguíveis três níveis que interagem mutuamente:

(1) organização da produção, mais particularmente no que diz respeito às forças sociais engendradas pelo processo de produção; (2) formas de estado derivadas de um estudo de complexos Estado / sociedade; e (3) ordens mundiais, isto é, as configurações particulares de forças que definem sucessivamente a problemática da guerra ou da paz para o conjunto de estados (...) Os três níveis estão inter-relacionados. Mudanças na organização da produção geram novas forças sociais que, por sua vez, provocam mudanças na estrutura dos estados; e a generalização das

mudanças na estrutura dos estados altera a problemática da ordem mundial.⁸ (COX, 1996a, p. 100-101 – tradução nossa).

Feitas estas considerações, abordaremos na próxima seção a maneira com que o processo de globalização pode se equivaler aos interesses de uma classe capitalista, projetando um aparato ideológico e estrutura institucional que viabilize seu processo de acumulação.

2.2 A renovação do capitalismo e sua sobrevivência – a globalização dos processos de acumulação

A flexibilidade e capacidade de expansão do sistema capitalista através da adaptação de seus processos de acumulação pode ser considerada uma das características mais importantes na garantia de sua longevidade. Robinson (2004) reconhece na globalização o processo mais recente de adaptação do capitalismo, buscando garantir a extensão de seu domínio sobre todo o globo e a sua penetração em todo tipo de atividade. A globalização representa, na percepção de Robinson (2004), uma mudança qualitativa no capitalismo; isto é, mais do que introduzir a lógica de produção capitalista a mais países, ela redefine as características que constituem o próprio sistema econômico com vias a permitir a continuidade e crescimento da acumulação.

A perspectiva de Robinson (2004), apesar de reconhecer a influência política, cultural, social, etc, que o capitalismo desempenha na sociedade, relaciona a mudança que a globalização proporciona com reestruturações da ordem econômica, especialmente, na emergência e fortalecimento de forças sociais específicas. O relacionamento de classes que define os arranjos produtivos, as relações capital-trabalho, são os principais condutores das mudanças e adaptações do capitalismo, visando sua contínua expansão.

Neste sentido, o Robinson (2004) busca distinguir duas dinâmicas específicas da expansão do capitalismo: uma extensiva e a outra intensiva. Quando voltada à

⁸ “(1) organization of production, more particularly with regard to the social forces engendered by the production process; (2) forms of state as derived from a study of state/society complexes; and (3) world orders, that is, the particular configurations of forces which successively define the problematic of war or peace for the ensemble of states (...) The three levels are interrelated. Changes in the organization of production generate new social forces which, in turn, bring about changes in the structure of states; and the generalization of changes in the structure of states alters the problematic of world order.”

abertura econômica e integração de diversas nações aos circuitos de acumulação vigentes, é caracterizada a expansão extensiva do capital.

Além desta dinâmica, o movimento expansivo também deve promover uma intensificação das relações capitalistas, conforme aponta Robinson (2004). Este processo se caracteriza pela crescente aplicação da lógica de mercado (comoditização) nas relações sociais, tornando cada vez mais diminutas esferas que era restringidas ao poder público, sob a forma do Estado, ou a esferas privadas ligadas à família e à comunidade, definindo os mecanismos mercantis como os mais eficientes na promoção do bem-estar.

Estes dois direcionamentos da expansão capitalista são presentes em todos os momentos históricos de seu desenvolvimento. Todavia, é interessante perceber que, contemporaneamente, a dimensão extensiva do crescimento do capitalismo é quase imperceptível. Eventos como o fim da Guerra Fria, marcada pelo fim do socialismo soviético e progressiva integração das ex-repúblicas soviéticas ao capitalismo, e a abertura comercial da China, aparecem como fins das grandes fronteiras do capitalismo em um sentido 'geográfico'.

A chegada aos limites da expansão extensiva do capitalismo, em geral, dificulta a identificação do processo de globalização com o movimento de expansão capitalista. Contudo, a continuidade do aprofundamento da mercantilização das relações permanece bastante ativo e atinge de maneira cada vez mais severa toda parte do globo.

(...) o capitalismo iniciou uma nova expansão dramática no final do século XX, intensiva e não extensiva. (...) À medida que as relações de produção capitalistas penetravam as reservas pré-capitalistas de maneira dramática, elas romperam comunidades pré-capitalistas e commodificaram as atividades econômicas. Isso resultou em uma rápida reestruturação de classe, incluindo a proletarianização acelerada das comunidades camponesas, processo pelo qual os camponeses perderam o acesso à terra e se tornaram trabalhadores, e a criação das novas classes trabalhadoras rurais e urbanas.⁹ (ROBINSON, 2004, p. 7-8 – tradução nossa)

⁹ “Nonmarket spheres of human activity – public spheres managed by states and private spheres linked to Community and family – are being broken up, commodified, and transferred to capital. Hence, capitalism began a dramatic new expansion in the late twentieth century, intensive rather than extensive. (...) As capitalist production relations penetrated pre-capitalist reserves in dramatic fashion, they broke up pre-capitalist communities and commodified economic activity. This resulted in rapid class restructuring, including the accelerated proletarianization of peasant communities, the process by which peasants lose access to land and become workers, and the creation of the new rural and urban working classes”

Sendo assim, entender a identidade do processo de globalização como expansão do capitalismo não significa exatamente pensar em maneiras com que o sistema capitalista passa a ser vigente em mais localidades, mas sim na crescente extinção de atividades e relações que não se pautem por uma lógica de mercado. O processo de intensificação global do capitalismo pode ser identificado, conforme realizado por Harvey (2005), com a difusão do Neoliberalismo, uma doutrina político econômica que visa promover a noção de que a promoção do bem estar está intimamente relacionada com a promoção das liberdades econômicas individuais. Para concretizar este bem-estar, se estabelece um novo arcabouço funcional para o Estado, que deve ater suas capacidades de intervenção à manutenção das instituições que garantem o bom funcionamento do mercado (ex.: solidez monetária, segurança dos direitos de propriedade, etc.).

Frente à sua suposta ineficiência no planejamento e operação direta de atividades produtivas, seja por interesses escusos da própria burocracia estatal ou por assimetrias informacionais, de acordo com a doutrina neoliberal, o Estado deveria se colocar como uma entidade capaz de assegurar que o mercado opere da maneira mais livre possível, podendo assim ser mais eficiente. Ainda assim, é importante destacar que Harvey (2005) contesta a absoluta eficiência e capacidade dos mecanismos de mercado na promoção do bem-estar. Ciente das contradições que esta teoria possui, o autor, alinhado com as perspectivas marxistas, busca defini-la como projeto político, visando, sobretudo, dar continuidade à acumulação capitalista e reafirmar o poder de uma elite capitalista.

Robinson (2004) designa uma classe capitalista transnacional, que, através do grande desenvolvimento das indústrias da informação e da comunicação e da reestruturação política dos Estados, foi responsável por uma rearticulação dos circuitos produtivos de forma global. Segundo o autor, ao longo do século XIX até o final do século XX, o capitalismo se organizava em economias nacionais, com organizações produtivas próprias e relativamente independentes, articuladas em um sistema internacional, por fluxos de mercadorias e capitais.

Apesar de ser inegável a dimensão internacional do capitalismo, evidenciadas nas relações comerciais e na divisão internacional do trabalho, é notável neste tipo de organização um papel central do Estado no planejamento e desenvolvimento econômico. Igualmente notável é a internalização dos conflitos entre elites e classes subalternas locais.

A distinção da estruturação global do capitalismo, iniciada no final do século XX, pode ter sido viabilizada, conforme dito anteriormente, por questões técnicas e políticas. O avanço tecnológico nos setores da tecnologia da informação e comunicação certamente tornaram possível que uma série de movimentações de capital se efetivassem, contudo, negligenciar as profundas mudanças no papel do Estado e no perfil das organizações componentes das redes de governança econômica internacional seria uma ingenuidade. Com a extensa revisão das formas de Estado e ordem mundial (COX, 1996a), incorporando elementos do discurso neoliberal, tornou-se possível a mobilidade do capital e a constituição de circuitos produtivos transnacionais

Não se trataria de um momento de expansão capitalista no sentido de incorporação de novas localidades e convertendo sociedades ou comunidades pré ou não-capitalistas em novos centros para gerar aumentos no volume de produção e de trocas. A partir da década de 1980, a expansão capitalista foi conduzida através de um regime de acumulação qualitativamente diferente, integrando a circuitos globais atividades produtivas anteriormente localizadas e que poderiam, inclusive, não estar sendo penetradas pela lógica mercantil capitalista. A globalização neste sentido corresponderia a um movimento de transnacionalização produtiva.

O capitalismo global não é, portanto, uma coleção de economias nacionais se isso significa entidades autônomas relacionadas por meio de trocas externas com outras entidades. Pelo contrário, esse novo estágio emergente no capitalismo mundial aponta para uma superação através da integração transnacional das economias "nacionais". Fundamentalmente, houve um desmantelamento progressivo de sistemas de produção nacionais autônomos ou 'autocêntricos' e sua reativação como elementos constituintes de um sistema de produção mundial integral.¹⁰ (ROBINSON, 2004 – p. 16 – tradução nossa).

Compreender a alteração e adaptação destes processos produtivos envolve também compreender o processo de crescente subordinação e alienação do trabalho. Contrariando percepções mais recorrentes da globalização, que buscam equivalência deste processo com as inovações tecnológicas que teriam a capacidade de facilitar

¹⁰ "Global Capitalism is therefore not a collection of national economies if by that is meant autonomous entities related through external exchanges with other such entities. Rather, this, emerging new stage in world capitalism points to a supersession through transnational integration of 'national' economies. Fundamentally, there has been a progressive dismantling of autonomous, or 'autocentric' national production systems and their reactivation as constituent elements of an integral world production system."

as conexões e comunicação entre diferentes e distantes localidades, uma análise marxista não pode deixar de considerar que este tipo de inovação é interessada, guiada para a concretização de interesses de classe. Neste sentido, na próxima seção, buscaremos melhor detalhar as maneiras através das quais se dá a projeção e consolidação das classes capitalistas transnacionais [CCT] ,cujas elites buscam projetar seus interesses na expansão do capitalismo através da construção de arranjos produtivos e globais, e os processos de transnacionalização do próprio Estado.

2.3 O capitalismo global e suas novas elites – a consolidação de uma classe capitalista transnacional.

Conforme afirmação inscrita no Manifesto Comunista, “A história de toda sociedade até aqui, é a história da luta de classes” (MARX, ENGELS, 2008). A centralidade do conceito de classe na análise marxiana é fundamental e este traço permanece presente nas análises e teorias marxistas posteriores. A composição e características de cada classe social somente pode ser localizada e descrita em um contexto histórico específico, ainda assim, o aspecto fundamental em sua definição está em sua alocação nos circuitos produtivos.

Não se trata (ou não deveria tratar-se, frente ao materialismo histórico marxista) de uma progressão mecânica, de nenhuma forma. Na verdade, “A formação de classes é um processo contínuo e refere-se a mudanças ao longo do tempo na estrutura de classes da sociedade, incluindo o surgimento de novos grupos de classes e o declínio dos antigos”¹¹ (ROBINSON, 2004, p. 37 – tradução nossa). Neste sentido, a análise compreensiva da estrutura produtiva em um determinado momento histórico é imprescindível para a compreensão das relações sociais.

O foco da análise de classe tem sido tradicionalmente restrito às suas repercussões nas sociedades nacionais. Tais análises são frequentemente fundamentadas no pressuposto de que a formação de classes é condicionada pela política, pela história e pelas culturas das respectivas sociedades nacionais. Esse foco pode ter sido justificado historicamente, mas a globalização o tornou inadequado (...) a globalização da produção e a extensiva e intensiva ampliação do capitalismo nas últimas décadas

¹¹ Class formation is an ongoing process and refers to changes over time in the class structure of society, including the rise of new class groups and the declining of old ones”

constituem a base material do processo de formação transnacional¹² (ROBINSON, 2004, p.36-37 - tradução nossa).

A tradição analítica marxista consegue visualizar distinções e segmentações internas às classes frente à maneira com que se inseriam socialmente e diante da esfera econômica. Este traço analítico permite que sejam distinguidas, por exemplo, burguesias industriais, financeiras e comerciais. Em um momento em que os circuitos produtivos estavam confinados, ou ao menos concentravam-se, dentro das fronteiras nacionais este tipo de categorização ou percepção poderia ser suficiente ao objetivo de situar e compreender os papéis, interesses e objetivos desempenhados por cada fração de classe dentro da sociedade.

Diante do capitalismo global, contudo, podemos visualizar fragmentações mais claras entre classes inseridas nos circuitos nacionais de produção e aquelas envolvidas em circuitos transnacionais, sendo possível observar uma subjetividade própria em cada uma destas. É possível verificar nestas frações de classe distinções marcadas em relação aos seus interesses, concepções políticas e ideológicas e mesmo em traços culturais. A maneira com que se processa a identificação e representação de cada uma destas frações, apesar de serem igualmente associadas ao capital, é diferenciada e se expressa em práticas e traços característicos (VAN DER PJIL, 2012; ROBINSON, 2004). Sobre a definição desta subjetividade, Robinson (2004) pontua que

Marx, em sua análise, identificou claramente a classe como uma posição coletiva em relação aos meios de produção e ao processo produtivo. Mas ele também sugeriu que a existência de uma classe está condicionada à sua capacidade de forjar um protagonismo político e / ou cultural coletivo, ou seja, uma auto-representação, e que a formação de classes envolve a constituição mútua de classes antagônicas. Em outras palavras, a formação de classes envolve agência coletiva.¹³ (ROBINSON, 2004, p.38 – tradução nossa).

¹² “The focus of class analysis has traditionally been confined to classes within national societies. Such analyses are often premised on the assumption that class formation is conditioned by the history politics, and cultures of respective national societies. This focus may have been justified historically, but globalization has rendered it inadequate (...) the globalization of production and the extensive and intensive enlargement of capitalism in recent decades constitute the material basis for the process of transnational formation.”

¹³ “Marx, in his analysis of class, clearly identified class as a collective position vis-a-vis the means of production and the production process. But he also suggested that the existence of a class is conditional upon its capacity to forge a collective political and/or cultural protagonism, that is, a self representation and that class formation involves the mutual constitution of antagonistic classes. In other words, class formation involves collective agency.”

Neste sentido podemos verificar que, para além de seu relacionamento com as estruturas produtivas, a formação de classe envolve também a formação de uma subjetividade específica, um reconhecimento de sua situação de classe e da singularidade de seus interesses e posições. Diante dos conceitos formulados por Marx, a divisão entre as dimensões objetiva e subjetiva da classe se mostra na distinção dos conceitos de “classe-em-si” e “classe-para-si”.

Enquanto a primeira categoria descreveria a existência objetiva da classe, sua existência material, a ideia de “classe-para-si” incorpora as noções de reconhecimento subjetivo. A elaboração de uma identidade subjetiva, na perspectiva de Robinson (2014), é central para que cada classe ou força social possa se articular e desenvolver formas de expressar e consolidar seus interesses e posições. O processo de formação das forças sociais na história desenvolvido em Gramsci (2007) encontra grande eco nesta perspectiva, inclusive levando em consideração a necessidade de ultrapassar os horizontes de interesse estritamente econômicos. De fato, uma série de considerações políticas e culturais apresentam-se como reflexos dos interesses das classes dominantes, sendo estas também responsáveis por sustentar e justificar a organização produtiva.

No caso das classes capitalistas transnacionais, o seu reconhecimento objetivo se dá precisamente na operação de mecanismos envolvidos nos circuitos de produção transnacional,

(...) principalmente nas empresas multinacionais e instituições financeiras privadas. Essa classe, transnacional, é transnacional, porque está ligada a circuitos globalizados de produção, marketing e finanças, não vinculados a territórios e identidades nacionais particulares, e porque seus interesses estão no global sobre a acumulação local ou nacional.¹⁴ (ROBINSON, 2004, p.47 – tradução nossa).

A formação e desenvolvimento desta classe em um ambiente transnacional podem ser exemplificados em diversos processos. Segundo Robinson (2004), em um nível mais amplo, a redefinição institucional internacional permitiria que a atividade econômica de empresas transnacionais se combinasse de formas verticais (fusões e aquisições de empresas, por exemplo) ou horizontais (através da segmentação

¹⁴ “(...) principally in the TNCs and private financial institutions. This class its transnational is transnational because it is tied to globalized circuits of production, marketing, and finances unbound from particular national territories and identities and because its interests lie in global over local or national accumulation.”

estratégica das atividades e processos produtivos internacionalmente). Além disso, o autor destaca que o crescimento de corpos de diretoria ou de executivos de alto nível compostos por indivíduos de diversas nacionalidades é também evidência da emergência de uma classe menos limitada a vínculos nacionais.

Diante da crescente mobilidade do capital, propiciada por inovações técnicas e políticas, a produção se torna cada vez mais flexível e descentralizada, sendo as diversas etapas do processo produtivo distribuídas transnacionalmente. Conforme afirmamos anteriormente, o papel do estado frente a esta realidade não está mais em organizar esta produção segmentada, de forma a planejar a economia nacional em direção ao seu desenvolvimento de forma autônoma, mas em garantir a vigência e devida operação das estruturas de mercado.

Neste sentido, não se espera da forma neoliberal do Estado (ou Aparato Transnacional de Estado, nos termos de Robinson, 2004) o exercício de funções distributivas na economia. Nas palavras do autor:

Em épocas anteriores do capitalismo, o Estado-nação era o lócus da luta de classes e grupos sociais sobre a distribuição de riqueza, arranjos sociais e projetos políticos. (...) Classes dominantes e subordinadas lutavam entre si pelo excedente através da nação. Instituições estatais lutaram para utilizar os estados (governos) nacionais para capturar e utilizar frações deste excedente. Mas a globalização redefine a fase de distribuição da acumulação de capital em relação aos estados-nação. Isso significa que a circulação do capital - da riqueza produzida no processo de produção capitalista - tende a se desvincular da produção e a se afastar mais diretamente do controle político e institucional em relação a outras épocas. ¹⁵ (ROBINSON, 2004, p.40 – tradução nossa)

A descentralização do capital excedente, difuso entre uma diversidade de agentes, dificulta a captação e controle político dos rendimentos produtivos. Neste sentido, conseguimos perceber um enfraquecimento das capacidades de ação e reivindicação por parte das classes e forças sociais subalternas. Este momento estabelece paralelos com a liberalização comercial promovida no final do século XIX e o início do século XX. Esta análise é captada no clássico da Economia Política, 'A

¹⁵ "In previous epochs of capitalism the nation-state was the predominant locus of struggles between classes and social groups over the distribution of wealth, social arrangements, and political projects (...) Dominant and subordinate classes struggled against each other over the surplus through nation-state institutions and fought to utilize national states (governments) to capture shares of this surplus. But globalization redefines the phase of distribution of capital accumulation of capital in relation to nation-states. This means that the circulation of capital – of the wealth produced in the capitalist production process - tends to become delinked from production and removed more directly from political and institutional control in relation to other epochs."

Grande Transformação', de Karl Polanyi (1944). Desde o primeiro capítulo desta obra, o autor destaca a incompatibilidade da crescente liberalização e desregulação da circulação do capital e a manutenção da coesão e bem-estar social.

Ciente da contradição entre estes dois processos e dos efeitos deletérios que a progressão do liberalismo econômico poderia causar na sociedade, o autor previa formas de reação, que poderiam variar fortemente em seu formato e teor, mas que expressariam formas de resguardar a sociedade da degradação das condições socioeconômicas da população. Desta forma, pensa-se em um duplo movimento: de um lado há por parte de grupos sociais o interesse na extensão da aplicação dos princípios liberais nas atividades econômicas de sociedade e, de outro lado, crescem a reivindicação sobre o desenvolvimento de mecanismos de proteção social e formas de resguardar a sociedade em relação às consequências do liberalismo econômico. Podemos reconhecer, por exemplo, nos compromissos firmados no Estado de bem-estar social keynesiano formas de expressão deste duplo movimento, resultando em uma forma de compromisso de classe.

A globalização do capitalismo parece estar replicando em nível global a sequência do desenvolvimento histórico identificada por Polanyi. A descentralização e fragmentação global do processo produtivo e os processos concomitantes que se desenrolam na economia global (...) redefinem a fase de distribuição na acumulação de capital em relação aos estados-nação. Esse processo também fragmenta a coesão nacional em torno dos processos de reprodução social e muda o local da reprodução do estado-nação para o espaço transnacional.¹⁶ (ROBINSON, 2004, p.41 – tradução nossa)

A atualização da análise polanyiana para o momento de expansão do capitalismo global, neste sentido, captura uma das fases do duplo-movimento. Através do desenvolvimento de novos circuitos de acumulação transnacionais, propiciada pela reforma do ambiente institucional internacional e alterando fundamentalmente as estruturas e funções do aparato estatal, percebe-se uma investida para a liberalização econômica globalmente. Embora os efeitos desta reedição dos processos de

¹⁶ This globalization of capitalism seems to be replicating at the global level the sequence of of historical development identified by Polanyi. The global decentralization and fragmentation of the production process and the concomitant processes unfolding under the global economy (...) redefine the phase of distribution in the accumulation of capital in relation to nation-states. This process also fragments national cohesion around processes of social reproduction and shifts the site of reproduction from the nation-state to transnational space.

acumulação sejam sensíveis em diversas esferas sociais, a mobilização e as maneiras de contestação deste processo ainda se mostram tímidas ou pouco efetivas.

Isto ocorre, justamente diante da dissolução dos compromissos de classe anteriormente estabelecidos em conjunto com a privação dos Estados em relação as ferramentas e recursos necessários para mantê-los. A alteração estrutural em relação à função do Estado e suas capacidades ocorre em conjunção com a crescente atribuição de poderes e capacidades de formulação política à organismos supra-nacionais. Ainda que possa soar redundante, é muito importante destacar que estas alterações estruturais em relação ao *locus* de ação e decisão política se dá diante de uma postura interessada de uma classe, no caso, uma classe capitalista transnacional (ROBINSON, 2004).

Diante da evidência do desenvolvimento objetivo e subjetivo desta classe, podemos começar a analisar a transnacionalização do capital e a formação de novos circuitos de acumulação global como o início de formação de um novo bloco histórico transnacional (ROBINSON, 2004).

A partir da análise da formação de um circuito de acumulação transnacional e a afirmação de uma classe capitalista transnacional, Robinson (2004) sugere alterações muito substanciais na ordem político econômica. Valendo-nos do aparato teórico desenvolvido por Cox (1996a), na dimensão objetiva, percebe-se uma mudança substancial nas capacidades materiais das forças sociais em questão, uma vez que a aumentada mobilidade do capital capacitou o fortalecimento das elites capitalistas transnacionais.

Diante da análise ideológica, embora foi fortalecida, no campo dos entendimentos intersubjetivos, a percepção de que a integração transnacional da acumulação se demonstrava mis eficiente e capaz de suprir as crescentes necessidades de aumento da produção. No campo das imagens coletivas determinadas, as perspectivas das imagens coletivas projetadas favoreceram as subjetividades e interesses das elites capitalistas, centralizadas na eficiência dos mercados e na equalização da ideia de liberdade com a agenda neoliberal, conforme afirmado por Harvey (2005).

Na dimensão institucional é possível perceber que, como forma de viabilização desta acumulação, foram desenvolvidas mudanças fundamentais na rede de governança internacional e no próprio papel dos Estados. Ao longo do século XX, em especial após a primeira Guerra Mundial, ocorreu o desenvolvimento de uma série de

organizações e instituições internacionais que teriam como temática central o desenvolvimento e a economia das nações. Durante a maior parte do século, estas organizações foram estabelecidas de forma a melhor articular a ação dos Estados e facilitar a cooperação entre os mesmos.

Diante do neoliberalismo e da expansão transnacional do capitalismo, organizações supranacionais passaram a assumir competências e autoridade, anteriormente reservadas ao Estado, e a articular programas através dos quais Estados cederiam sua capacidade e autonomia decisória em favor da adequação a um modelo de desenvolvimento elaborado em acordo com as perspectivas das classes capitalistas transnacionais.

A liberalização do mercado mundial acelerou dramaticamente com a Rodada Uruguai do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), na década de 1980, que estabilizou um novo conjunto abrangente de regras do comércio mundial para regular a nova economia global. No período 1948-1994, 109 acordos comerciais regionais foram negociados em todo o mundo. A OMC, criada em 1995, após a Rodada Uruguai, foi talvez o símbolo mais poderoso da economia global liberalizada. Com sua jurisdição independente e poderes sem precedentes para fazer cumprir as disposições do GATT, foi a primeira instituição supranacional com capacidade coercitiva embutida não em um Estado-nação em particular, mas diretamente nos funcionários transnacionais e na elite corporativa transnacional de cada economia nacional¹⁷ (ROBINSON, 2004, p.78 – tradução nossa)

Em relação à promoção de ajustes nas capacidades de intervenção e controle econômico dos Estados, é possível verificar uma grande diferença em relação à orientação de organizações como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Inicialmente desenvolvidas após a segunda Guerra Mundial com o objetivo de serem estabilizadoras macroeconômicas e fundo em empréstimos para a reconstrução e desenvolvimento das nações, estas instituições passaram a desempenhar um papel decisivo na redefinição das formas de Estado e de adequação das estruturas do Estado às necessidades do capitalismo global (ROBINSON, 2004)

¹⁷ “Worldwide market liberalization accelerated dramatically with the Uruguay Round of the General Agreement on Tariffs and Trade (GATT) negotiations in the 1980s, which established a sweeping new set of world trade rules to regulate the new global economy. In the period 1948-1994, 109 regional trading arrangements were negotiated worldwide. The WTO, created in 1995, following the Uruguay round was perhaps the most potent symbol of the liberalized global economy. With its independent jurisdiction and unprecedented powers to enforce GATT provisions, it was the first supranational institution with coercive capacity embedded not in a particular Nation-State but rather directly in transnational functionaries and the transnational corporate elite each national economy.”

De forma conclusiva, é interessante retomar a re-formatação da dimensão produtiva, associando-a à expansão intensiva do capitalismo. É perceptível que, diante da orientação das economias nacionais à acumulação global

As esferas não comerciais da atividade humana - esferas públicas gerenciadas por estados e esferas privadas vinculadas à Comunidade e à Família - são divididas, commodificadas e transferidas para o capital. Ao recuar e tornar acessível ao capital transnacional todas as camadas do tecido social, o neoliberalismo dissocia a economia global da sociedade global, e os estados cede ao mercado como o único poder organizador ¹⁸ (ROBINSON 2004, p.81 – tradução nossa).

Valendo-nos da noção de duplo movimento de Polanyi e, percebendo as articulações do capital global na promoção da liberalização econômica, pretendemos localizar focos de resistência e de elaboração de contestações oriundas do trabalho global. Sendo assim, no próximo capítulo, buscaremos detalhar de maneira mais específica o processo de integração da agricultura aos circuitos de acumulação global, apresentando, como seu par dialético, a reação camponesa a este movimento. Abordaremos, portanto, o histórico de emergência de uma das mais destacadas frentes de mobilização e oposição à globalização promovida pelas classes capitalistas transnacionais: a Via Campesina.

3 A GLOBALIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A TRANSNACIONALIZAÇÃO DO CAMPESINATO – O SURGIMENTO DA VIA CAMPESINA.

Conforme apresentado no capítulo anterior, a trajetória de desenvolvimento do capitalismo e seu ritmo de expansão demandaram adaptações nos circuitos de acumulação. Estas adaptações envolviam alterações fundamentais nas frações de classe que desempenhariam funções de liderança e que seriam responsáveis pelo exercício da hegemonia, permitindo a expansão intensiva e extensiva do capitalismo.

Diante do processo de expansão intensiva do capitalismo, é notável, como exposto por Shiva (1993, 2016), que as tentativas de modernização da agricultura, aplicando práticas científicas ocidentais tem origens ainda no final do século XIX,

¹⁸ “Nonmarket spheres of human activity – public spheres managed by states and private spheres linked to the Community and Family – are broken up, commodified, and transferred to capital. By peeling back and making accessible to transnational capital every layer of social fabric, neoliberalism disembods the global economy from global Society, and the states cedes to the market as the sole organizing power”

momento em que os centros colonialistas visavam a aplicação de “melhoramentos” na agricultura colonial aplicando químicos desenvolvidos por eles mesmos. Contudo, como elucida a autora, muitas vezes foi reconhecida a sustentabilidade e a viabilidade das práticas agrícolas dos países colonizados em relação ao suprimento de alimentos.

Ao longo da história o sentido, os atores e instituições envolvidas os mecanismos e técnicas empregados na produção de alimentos mudaram significativamente, apresentando repercussões notáveis para o campo e os camponeses. Compreender a maneira com que uma classe capitalista transnacional [CCT] tornou-se envolvida com a agricultura, incluindo-a nos circuitos de acumulação global é uma tarefa multidimensional, devendo ser realizada como um cuidado específico para cada aspecto deste processo.

Primeiramente devemos demonstrar a maneira com que mudanças discursivas no âmbito do desenvolvimento agrícola impulsionaram a modernização do campo de maneira muitas vezes alheia aos camponeses. Compreender o elemento ideológico empregado no discurso do desenvolvimento e suas implicações na mudança do caráter da produção agrícola é fundamental para compreender seu processo de transnacionalização.

Juntamente com esta questão também é necessário discutir a maneira com que a revisão das estruturas do Estado foi realizada através do desenvolvimento de uma ordem de governança internacional neoliberal. É preciso atentar-se a este aspecto para a compreensão da redução da autonomia decisória em relação à definição da agenda econômica nacional e da implementação de políticas públicas dos Estados e, neste sentido, visualizar as mudanças da arena de disputa em relação a estes tópicos da esfera nacional para a transnacional.

Em sequência, deveremos verificar como as dinâmicas agrícolas se alteram diante dos interesses da emergência desta classe capitalista transnacional. Para tanto, visualizaremos os recursos que as corporações transnacionais empregam no processo de modernização agrícola e a repercussão destes desenvolvimentos na redução da autonomia e domínio dos camponeses sobre sua atividade laboral.

Finalmente, discutida a transnacionalização da agricultura e sua coincidência com os interesses das classes capitalistas transnacionais, apresentaremos o surgimento da Via Campesina, uma articulação transnacional de movimentos camponeses reivindicando uma proposta alternativa de desenvolvimento agrícola que se demonstra mais coincidente com os interesses de pequenos e médios agricultores.

Este é um ponto interessante à análise porque mostra a emergência de uma força social, em um mundo globalizado, se apresentando como oposição direta à organização e aos interesses de uma classe capitalista transnacional. À despeito da existência de organizações anteriores que reivindicavam representar o interesse das populações camponesas, a aberta oposição à maneira com que o desenvolvimento agrário é orientado torna esta articulação bastante inovadora, ainda mais diante do cenário de modernização que, tanto à esquerda como à direita, conseguiam visualizar apenas em trabalhadores urbanos a possibilidade de emergência de uma forma de organização do trabalho global.

3.1 Um caminho para a superação da pobreza: o discurso do desenvolvimento e a modernização agrícola

A ideia de desenvolvimento e os caminhos necessários para a sua obtenção por muito tempo ocuparam um lugar privilegiado nas discussões a respeito das políticas públicas nos Estados, aparecendo como um tópico de alta relevância na agenda internacional após a Segunda Guerra Mundial. A redução das assimetrias, entre as capacidades produtivas das nações e a diminuição da pobreza, se colocava como relevante pauta na política internacional e, como colocado por Santos (2005), foi bem recebida pelo projeto hegemônico estadunidense. É interessante perceber, que a despeito do aumento da relevância destas questões, as agendas de desenvolvimento não buscavam ênfase na questão da desigualdade historicamente construída entre as nações e nas maneiras com que a organização da produção gerava discrepâncias na distribuição das riquezas internacionalmente.

A despeito disso, a postura de preocupação em relação ao desenvolvimento das nações pode ser constatada claramente no Discurso de Posse do Presidente Harry Truman perante o Congresso Nacional dos Estados Unidos. Neste foram definidas orientações a respeito da necessidade de desenvolvimento econômico das nações e, através do quarto ponto do discurso, definiu responsabilidades para os desenvolvidos em relação aos subdesenvolvidos. Nas palavras do Presidente:

Quarto, nós precisamos embarcar em um novo e corajoso programa para fazer dos benefícios de nossos avanços científicos e progresso industrial disponível para a melhoria e crescimento de áreas subdesenvolvidas. Mais de metade da população mundial estão vivendo em condições próximas da miséria. Sua comida é inadequada. Eles são vítimas da doença. Sua vida econômica é primitiva e estagnada. Sua pobreza é um obstáculo e uma

ameaça para eles e para as áreas mais prósperas. Pela primeira vez na história, a humanidade possui o conhecimento e a habilidade para aliviar o sofrimento destas populações.¹⁹ (TRUMAN apud. SACHS, 2000, p.4 – tradução nossa).

Neste discurso político, podemos perceber a ênfase concedida à questão dos avanços científicos e tecnológicos como elementos fundamentais à superação do subdesenvolvimento, considerando os mesmos como mecanismos de enfrentamento direto às mazelas sociais como a fome e a pobreza. Ainda assim, Santos (2005) enfatiza a responsabilização atribuída aos próprios países subdesenvolvidos na superação destes problemas sociais. De parte do mundo desenvolvido poderia ser concedido o conhecimento e a tecnologia necessária para alavancar a produção e obter crescimento econômico, contudo, não lhes poderia ser demandada politicamente a assimetria econômica. Reivindicações distributivas estariam fora de questão, sendo papel e responsabilidade do mundo desenvolvido difundir o conhecimento científico de forma que os países em desenvolvimento pudessem se desenvolver através de sua aplicação

O desenvolvimento era, portanto, compreendido como uma questão procedimental, na qual as possibilidades de mudança social e de superação das precariedades e iniquidades seria inteiramente dependente da ação do interessado, o subdesenvolvido. Vigorava uma percepção, presente em trabalhos acadêmicos clássicos como Rostow (1971) na qual as potencialidades para o crescimento e desenvolvimento econômico seriam intrínsecas a cada sociedade, que seguiria uma lógica evolutiva e etapista em direção à “modernidade capitalista”, que era um privilégio do mundo desenvolvido. Sendo o conhecimento técnico e científico o recurso que os subdesenvolvidos deveriam obter para buscar a evolução social, Santos (2005) assume a:

(...) difusão da secularização como a condição fundamental para a ocorrência de modernização. (...) ao difundir a racionalidade instrumental e científica por todas as instâncias sociais, produziria as condições para que elementos endógenos do sistema social pudessem se transformar: a) a dimensão social – alteração do vínculo comunitário para o associativo e/ou societário; b) a dimensão política – transformação da estrutura tradicional-patrimonial-

¹⁹ “Fourth, we must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of underdeveloped areas. More than half the people of the world are living in conditions approaching misery. Their food is inadequate. They are victims of disease. Their economic life is primitive and stagnant. Their poverty is a handicap and a threat both to them and to more prosperous areas. For the first time in history, humanity possesses the knowledge and the skill to relieve the suffering of these people.”

clientelística para outra nos moldes democráticos-liberais; c) desenvolvimento econômico – passagem da economia agrária e/ou de subsistência para a economia capitalista. (SANTOS, 2005, p.31)

O otimismo em relação aos benefícios da modernização das economias de cada nação não se restringia às análises à direita²⁰. À esquerda, é célebre a análise realizada pelo historiador marxista Eric Hobsbawn (2013) a respeito do desenvolvimento agrícola operado ao longo do século XX. O autor trata os anos 1950-60 como um período marcado pela “morte do campesinato”, tanto no mundo desenvolvido como em extensa parte dos países em desenvolvimento. Em um capítulo denominado “A Revolução Social”, compreendendo o período do fim da segunda guerra mundial (1945) até a década de 1990, o primeiro destaque concedido pelo autor se dá justamente no processo de urbanização e industrialização crescentes e em seus exponenciais reflexos no meio rural. Reconhecendo que o mundo anterior a este período era majoritariamente agrícola, o autor assume que “Para 80% da humanidade, a Idade Média acabou de repente em meados da década de 1950; ou talvez melhor, sentiu-se que ela acabou na década de 1960” (HOBSBAWN, 2013, p.283).

Curiosamente, Hobsbawn (2013) também destaca que, diante da modernização e do suposto fim do campesinato, apenas três regiões mantiveram uma composição populacional majoritariamente rural: a África Subsaariana, o sul-sudeste Asiático e a China. Estas regiões congregam de 50% da população mundial, tornando a afirmação do fim do campesinato em si, no mínimo contestável. Também é importante salientar que estas regiões congregam 54 das 182 organizações camponesas que compõem a Via Campesina, representando quase 30% da organização (VIA CAMPESINA, 2018a).

Associando o tradicionalismo campesino e a dedicação laboral às atividades agrícolas como marcas de um passado a ser obliterado pela modernidade, Hobsbawn atribui à elaboração de novas estratégias e mecanismos de desenvolvimento e aos saltos surpreendentes na produtividade agrícola per capita, através do advento de novo maquinário, da produção de novos químicos e do avanço da biotecnologia e

²⁰ Cabe citar aqui que o Trabalho mais conhecido de Walt Whitman Rostow, Os Estágios do Crescimento Econômico – Um Manifesto Não-Comunista (1971), não deixava dúvidas a respeito do posicionamento político do Autor.

suas aplicações na agricultura, a razão e justificativa do crescente êxodo rural. Nas palavras do autor:

Nessas circunstâncias, a agricultura simplesmente não precisava mais dos números de mãos e braços sem os quais, nos dias pré-tecnológicos, uma safra não pode ser colhida, nem, na verdade, do número de famílias camponesas regulares e seus empregados permanentes. E onde precisava, o transporte moderno tornava desnecessário mantê-los no campo (HOBSBAWN, 2013, p 284)

É interessante perceber que mesmo dentro de uma análise operada por um expoente historiador com influências marxistas relevantes, tenha sido percebido um otimismo sem ressalvas em relação aos processos de desenvolvimento agrícola operados na segunda metade do século XX, especialmente levando em consideração os desdobramentos do processo para as populações camponesas. Este entusiasmo e otimismo é tratado também em outros eventos, como citado por Shiva (1993), como a premiação do cientista Norman Borlaug com o Prêmio Nobel da Paz no ano de 1970. Borlaug protagonizou o desenvolvimento de sementes modificadas que poderiam proporcionar acelerado crescimento econômico no mundo subdesenvolvido. “As ‘sementes milagrosas’ que Borlaug havia criado eram vistas como uma fonte de nova abundância e paz. A ciência fora premiada por ter uma habilidade mágica na resolução de problemas de escassez material e violência.²¹” (SHIVA, 1993, p.19 – tradução nossa).

Através destes apontamentos fica evidente a construção de uma perspectiva positiva em relação à maneira com que a intensificação do vínculo entre as práticas científicas e a agricultura poderia gerar resultados interessantes na construção de um desenvolvimento alinhado à superação de problemas sociais agudos, como a fome. Ao abordar o desenvolvimento agrário a partir deste tipo de perspectiva, Scott (1998) destaca a maneira com que a ideologia da modernização, ancorada em um forte argumento cientificista, mostrou-se como uma trajetória de imposição dos métodos e técnicas vinculadas ao conhecimento científico em relação às práticas e saberes camponeses: A Episteme do Conhecimento Científico contra a Metis dos Saberes Tradicionais.

O domínio epistêmico da produção do campo requer uma crescente racionalização dos métodos de cultivo, tornando-os mais impessoais, teorizados e

²¹ “The ‘miracle seeds’ that Borlaug had created were seen as a source of new abundance and Peace. Science was awarded for having a magical ability to solve problems of material scarcity and violence.”

alinhados com o rigor científico. Trata-se, em última instância, de uma tentativa de controle e anulação das particularidades características da própria natureza. Na Métis, por sua vez, se concentram saberes práticos, localizados e derivados de um relacionamento íntimo entre o detentor do saber, o camponês, e seu objeto, a própria terra. Sob a perspectiva da Métis, não se visa o controle e dominação do objeto, mas sim o desenvolvimento de uma utilização do mesmo de forma mais harmoniosa, menos abusiva. Ainda assim, a ampliação das perspectivas epistêmicas é desenvolvida na negação da Métis, qualificando as práticas derivadas da mesma como arcaicas, ultrapassadas ou irracionais.

A rejeição das práticas e técnicas campesinas tradicionais em favor da modernização agrícola apresenta efeitos bastante práticos em relação à maneira com que a agricultura é desempenhada nas sociedades modernas. Considerando a realidade da produção agrícola no início do século XX, onde podemos perceber uma participação e envolvimento do camponês desde o cultivo e produção do alimento até seu direcionamento ao mercado consumidor, o modelo de desenvolvimento agrícola promovido a partir da segunda metade do século revelou uma crescente exclusão do produtor de uma diversidade de etapas do processo.

Conforme análise empreendida por Boyd e Watts (1997) a segmentação do processo produtivo, incluindo etapas, derivadas de novos insumos vinculados à desenvolvimentos da biotecnologia, avanços mecânicos intervenientes no processo de fertilização do solo, irrigação, etc., adaptações no processamento de alimentos e na forma de comercialização dos mesmos, minimizaram a capacidade de intervenção do agricultor no processo, tornando-o cada vez mais dependente de agentes externos na realização de seu trabalho. Alinhada com este tipo de análise, Desmarais (2007) afirma que o desenvolvimento agrícola, pautado pela modernização, alterou fundamentalmente a maneira com que a sociedade valoriza a agricultura e seus alimentos. Se, diante da perspectiva campesina, o trabalho agrícola e a produção de alimentos estavam associadas a um vínculo diferenciado entre trabalhadores e sua atividade, reconhecendo a diversidade cultural nas técnicas e formas de trabalho e no próprio cultivo da terra, bem como na variedade dos cultivos, a perspectiva cientificista empregada minimiza este tipo de questão.

Em favor de uma universalização das técnicas de produção, visando ganhos de eficiência e produção, ancorada em conhecimentos científicos ocidentais, se desenvolveu a chamada “Revolução Verde”. O desenvolvimento tecnológico aplicado

à produção agrícola busca justificativa em uma convicção na necessidade de que o homem dominasse a natureza para que pudesse alcançar o desenvolvimento e superasse as dificuldades decorrentes da pobreza.

Neste sentido, o cultivo tradicional de alimentos, desenvolvido sob uma perspectiva de harmonia com a terra e a natureza, adaptado às realidades locais e profundamente formatado pela herança cultural das comunidades, é negado, assumindo que este tipo de cultivo se mostra ineficiente, incapaz de alimentar uma população crescente (SHIVA, 1993). Para atender às demandas de crescimento econômico e produzir alimentos em escala adequada para atender às demandas sociais, o paradigma cientificista da Revolução Verde deveria ser dotado.

A modernização da agricultura, portanto, envolveu industrialização, mecanização, monocultura, capitalização intensiva e especialização. Diante do interesse de lucros corporativos, cultivos camponeses desaparecem dos campos; eles são desconstruídos e reconstruídos por empresas de alimentos, surgindo nas prateleiras de mercados em embalagens coloridas, hermeticamente fechadas, com uma etiqueta alertando 'deve conter'. Nesta agricultura moderna, a natureza é alterada para melhor se adequar ao maquinário, e o chamado 'conhecimento' científico substitui o conhecimento de campo do agricultor e suas práticas locais. O aumento da penetração e concentração de interesses corporativos na agricultura implicaram, para a autonomia do pequeno agricultor – isto é, sua habilidade e tomar decisões relativas à produção – cada vez mais fragmentada, a medida em que se tornam mais dependentes de insumos industriais e que as fazenda se veem responsáveis apenas pelos estágios da produção de maior proximidade da natureza.²² (DESMARAIS, 2007, p.44-45)

A partir de considerações como as expostas acima, conseguimos perceber o impacto com que a Revolução Verde e a proposta de modernização para o desenvolvimento agrícola trouxeram à vida dos pequenos agricultores. No início desta seção, também buscamos delimitar como este processo fez parte de um discurso de desenvolvimento produzido e impulsionado politicamente de forma a adaptar economias subdesenvolvidas, preparando-as para a superação dos problemas socioeconômicos que marcavam suas sociedades. Não entrando no mérito das maneiras com que a superação destes problemas sociais deveria ser realizada, mas

²² "The modernization of agriculture, then, involved industrialization, mechanization, monoculture, intensive capitalization, and specialization. In the interest of corporate profits, farmers' crops disappear from fields; they are deconstructed and reconstituted by food manufacturers, emerging on grocery shelves in hermetically sealed brightly colored packages with a label claiming 'may contain...' In this modern agriculture, nature is altered to better fit machines, and so-called 'scientific knowledge replaces farmers' on-the-ground knowledge and local practice. Increased penetration and concentration of corporate interests into agriculture mean that farmer's autonomy – That is, their ability to make production decisions – is broken as they became increasingly dependent on industrial inputs and as farms become responsible only for those stages of production that are closest to nature."

mesmo à esquerda, como pudemos identificar, a modernização do campo e o fim da subjetividade camponesa pareciam ser aspectos naturalizados, a figura do camponês também foi contemplada por este campo político como ultrapassada, um resquício que não pertencia mais àquele momento histórico.

O desenvolvimento e consolidação desta perspectiva do desenvolvimento, apesar de ser claramente um processo internacional, a princípio, exprimia diretrizes que deveriam ser adotadas e desenvolvidas com o suporte do próprio Estado-Nação. O papel estatal na tradução do discurso do desenvolvimento em políticas públicas ligadas à modernização de suas estruturas econômicas, políticas e sociais era mantido com considerável força. Apesar de não abandonar o caráter liberal, expresso na valorização das trocas comerciais e no processo de especialização produtiva (O'BRIEN, WILLIAMS, 2016), até a década de 1970 com a eclosão de momentos de recessão econômica, como a crise da dívida na América Latina (GRIFFITH-JONES, SUNKEL, 1986), e a difusão de reformas neoliberais por organismos internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, através do chamado Consenso de Washington (WILLIAMSON, 2004), proporcionaram revisões profundas na maneira com que o desenvolvimento foi tratado e em relação ao papel do Estado em sua promoção.

O mercado transformou-se, garantida a proteção contra a ingerência estatal pela democracia liberal, no grande avatar do desenvolvimento. A competição que lhe é inerente e o atributo da auto-regulação decorrente de alocação racional dos fatores de produção, autorizam-no a estabelecer sistemas de recompensa na forma de mobilidade social dos 'empreendedores' que nele investem, a atender às necessidades infinitas dos indivíduos, em um contexto de recursos escassos. A mobilidade e a ascensão social possibilitada àqueles que desenvolvem suas habilidades e as competências de competição na consecução de seus interesses tiram a responsabilidade pública pela realização do bem-estar, atribuindo esta responsabilidade apenas aos indivíduos, únicos responsáveis pela sua felicidade êxito ou fracasso. (SANTOS, 2005, p.63-64)

O papel do Estado no desenvolvimento, portanto, alterou-se de um engajamento ativo na modernização das estruturas produtivas, através do investimento em aplicação do conhecimento científico nos setores produtivos de forma a receber ganhos de eficiência, para uma postura permissiva, que propiciasse um ambiente favorável à atuação de agentes privados que corresponderiam de forma mais direta aos incentivos concedidos pelo mercado. É importante destacar que este tipo de mudança não implicou em nenhum momento na rejeição da episteme científica.

Esta permaneceria sólida, porém impulsionada por agentes privados, sob a alegação de que a aplicação da mesma realizaria uma adequação produtiva às condições de um mercado competitivo.

É necessário destacar que este processo político foi marcado por eventos decisivos, que facilitariam a penetração de elites transnacionais nas estruturas agrícolas de cada localidade e minariam os recursos de proteção e intervenção locais. Neste processo, como apontado por Rist (2008) a globalização, orientada pela liberalização econômica desempenhou um papel fundamental, e um dos recursos fundamentais neste processo foi a difusão dos Programas de Ajustes Estrutural, elaborados e difundidos por instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

Estes programas de ajuste buscavam orientar as economias para a produção de bens voltados à exportação, além de buscar orientar a formatação do ambiente político econômico dos Estados à condições que se mostrassem favoráveis à atração de investimentos externos, incluindo modificações e reduções nos programas de suporte e auxílio aos produtores nacionais (DESMARAI, 2007). Mesmo com a intensa difusão destes programas, a agricultura permanecia um campo menos afetado por estes ajustes, situação que somente se alterou com a conclusão da Rodada do Uruguai do GATT. A partir da criação da OMC, o tratamento excepcional a produtos agrícolas definido no GATT foi suspenso.

A proteção de que gozava o desenvolvimento agrário, sob justificativa de que a atenção diferenciada a este seria uma medida necessária a garantir a disponibilidade de alimentos à população foi encerrada, com justificativa de que o mercado, operando livremente, melhor atenderia este tipo de demanda. A introdução dos mecanismos de mercado na gestão das questões agrícolas também foi realizada na criação da OMC através da extensão dos direitos de propriedade intelectual à seres vivos, como plantas e sementes, conferindo ainda mais poder aos conglomerados internacionais inseridos na agricultura (DESMARAI, 2007; MADELEY, 2008).

Com este tipo de processo conseguimos visualizar a intensificação da inclusão dos setores agrícolas em circuitos de produção globais. Distante da percepção de que a produção de alimentos permanece localizada nos circuitos nacionais, tendo sua única via de projeção para além das fronteiras o processo de exportação dos cultivos, conseguimos perceber que ao longo da segunda metade do século vinte agentes industriais interessados e envolvidos na produção de alimentos consolidaram-se como

agentes indispensáveis da trajetória de desenvolvimento agrário. Estes, difusos entre diversos países, mas, em geral concentrados no mundo desenvolvido conseguiram articular-se e penetrar nos circuitos nacionais de produção agrícola muitas vezes diante de uma postura permissiva dos países, que reconheciam no auxílio técnico e tecnológico uma trajetória para desenvolver-se e responder ao mercado global cada vez mais competitivo.

Este aspecto tornou-se ainda mais acirrado diante das reformas propostas pelos Programas de Ajuste Estrutural promovidos por instituições supranacionais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e, finalmente, a Organização Mundial do Comércio. A maneira com que os programas foram implementados nos países foi responsável por modificar consideravelmente as capacidades e mecanismos estatais de gestão e controle econômico, alterando também consideravelmente seu papel na condução do desenvolvimento nacional. A partir da implementação das diretrizes destes programas, as estruturas de governo nacionais passaram a ter capacidade de resposta limitada frente às reivindicações articuladas pelos movimentos de trabalhadores. Se anteriormente a esfera de intervenção e negociação era estritamente nacional, em um momento em que a atividade agrícola é incorporada nos circuitos globais de acumulação e as estruturas de decisão se situam em um nível supra nacional faz-se necessária uma revisão das formas de atuação e reivindicação de direitos.

3.2 O campesinato global – a emergência da Via Campesina

Frente à liberalização comercial e com a inclusão de pautas agrícolas no escopo de tópicos abordados em foros comerciais internacionais promovida no desfecho da Rodada do Uruguai, ficava patente a inclusão da atividade econômica de pequenos e médios produtores nos circuitos de acumulação globais.

Quando a Rodada Uruguai do GATT chegou ao fim em 1994, as organizações camponesas e agrícolas entenderam claramente que os acordos comerciais internacionais resultariam em mudanças fundamentais na estrutura das economias agrícolas e no tecido social das comunidades rurais. (...) Ao assinar acordos internacionais, governos e políticos nacionais poderiam abandonar programas domésticos, afirmando que as coisas estavam além de seu controle. Suas mãos estavam atadas - todas as

políticas e programas devem cumprir as decisões da OMC.²³(DESMARAIS, 2007, p.75).

É interessante reiterar que o fim da Rodada Uruguai do GATT e a formação da OMC são bastante significantes em um momento de consolidação do capitalismo global diante da transferência de autoridade por parte dos Estados a uma organização supranacional. Embora a difusão de políticas públicas alinhadas com um projeto de classe, como é o caso da implementação dos Programas de Ajuste Estrutural, promovidos pelo Banco Mundial e o FMI, possa ser por vezes vista como impositiva, especialmente diante de contexto de pobreza e desigualdade muito agravada, a emergência de uma instituição supranacional com capacidade de sanção à Estados soberanos é um processo inédito. Através deste, de fato, é possível perceber uma transferência do *locus* decisório em relação a políticas públicas diretamente relacionadas ao trabalho agrícola.

É impressionante que só agora os agricultores estejam começando a alcançar um grau de coordenação mundial, depois de quinhentos anos de desenvolvimento capitalista. Os trabalhadores têm um dia internacional há mais de um século, e as mulheres por muito menos, mas os agricultores acabam de concordar em marcar um - 17 de abril, uma fonte de orgulho para nós: uma homenagem a Carajás. Enquanto capitalismo significava apenas industrialização, aqueles que trabalhavam na terra limitavam sua luta ao nível local. Mas, como as realidades da internacionalização neoliberal nos foram impostas, começamos a ouvir histórias de agricultores nas Filipinas, Malásia, África do Sul, México, França, todos enfrentando os mesmos problemas - e os mesmos exploradores. Os índios enfrentam a Monsanto, assim como estamos no Brasil, no México e na França. É o mesmo grupo de empresas - sete grupos no total, em todo o mundo - que monopolizam o comércio agrícola, controlam a pesquisa e a biotecnologia e estão reforçando a propriedade das sementes do planeta. A nova fase do capitalismo criou as condições para os agricultores se unirem contra o modelo neoliberal.²⁴ (STÉDILE, 2002, p.99 – tradução nossa).

²³ “As the Uruguay Round of the GATT drew a close in 1994, peasant and farm organizations clearly understood that international trade agreements would result in fundamental changes to the structure of agricultural economies and the social fabric of rural communities. (...) By signing international agreements, national governments and politicians could forsake domestic programs, asserting that such things were all beyond their control. Their hands were tied – all policies and programs must comply with decisions of the WTO.”

²⁴ “It is very striking that it is only now that farmers are starting to achieve a degree of worldwide coordination, after five hundred years of capitalist development. Workers have had an international day for over a century, and women for not much less, but farmers have only just agreed to mark one—17 April, a source of pride to us: a tribute to Carajás. As long as capitalism meant only industrialization, those who worked on the land limited their struggle to the local level. But as the realities of neoliberal internationalization have been imposed on us, we’ve begun to hear stories from farmers in the Philippines, Malaysia, South Africa, Mexico, France, all facing the same problems—and the same exploiters. The Indians are up against Monsanto, just as we are in Brazil, and Mexico, and France. It’s the same handful of companies—seven groups, in total, worldwide—that monopolize agricultural trade, and control research and biotechnology, and are tightening their ownership of the planet’s seeds. The

Afirmar como ressaltado por Stédile a estranheza a respeito do início de articulações globais de movimentos camponeses apenas durante a década de 1990, dada a vigência de modos de acumulação capitalista a mais de 500 anos, implica na não percepção das mudanças nos próprios circuitos de acumulação capitalista e das frações de classe colocadas em posição de liderança. Com um olhar mais atento a estas questões, podemos perceber que a articulação global de movimentos camponeses coincide com um momento de adaptação da acumulação capitalista a circuitos transnacionalizados, impulsionado por uma classe capitalista também transnacional. A luta camponesa de nenhuma forma se origina na década de 1990. O que se faz neste momento é o início da construção de uma subjetividade própria do trabalhador camponês frente ao capitalismo global. Na Via Campesina, os interesses e posições dos pequenos e médios agricultores, buscando a realização de um desenvolvimento agrário alternativo, toma forma.

Em seu estudo seminal sobre a Via Campesina, Desmarais (2006) destaca que os contatos iniciais entre organizações que posteriormente a comporiam teriam acontecido durante o segundo encontro da Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos, realizada em Manágua na Nicarágua. Através deste contato foi possível esboçar uma similaridade de interesses e posições entre pequenos agricultores ao redor do mundo. Visando desenvolver um relacionamento internacional mais profundo, organizações da América Central, América do Norte e Europa acordaram na forma da Declaração de Managua, um compromisso firme na exploração de alternativas ao neoliberalismo. No detalhamento dos principais tópicos relacionados a esta Declaração, as organizações demonstravam preocupações comuns a respeito dos seguintes tópicos:

As políticas neoliberais, representando uma restrição dramática para os agricultores em todo o mundo, estão nos levando à beira da extinção irremediável e agravando ainda mais os danos irreparáveis que foram causados aos nossos arredores rurais; As comunidades agrícolas representam a maioria na maioria das regiões do mundo e é nosso trabalho que garante a base alimentar e a vida de todas as sociedades; Exigimos participação real na formulação de políticas que afetem a condição fundamental de nosso setor, a fim de superar as injustiças que sofremos; Chamamos sua atenção para a falta de respeito demonstrada em nossa cultura produtiva. É essencial prestarmos a devida atenção e fortalecer nossas vidas como geradoras de agricultura como base fundamental e

new phase of capitalism has itself created the conditions for farmers to unite against the neoliberal model.”

estratégica para a sobrevivência de todas as pessoas.²⁵ (VIA CAMPESINA, 1992, p.67).

É interessante perceber que, ao conclamar suporte de governos e organizações internacionais em relação aos seus objetivos, as oito organizações campestinas que assinaram o documento destacam, como primeiro posicionamento, a rejeição do uso do fardo da dívida externa como mecanismo para reduzir a autonomia decisória dos Estados e canalizando seu desenvolvimento à programas de ajuste estrutural que, conforme esclarecido anteriormente, definiriam um ambiente mais atrativo aos negócios. Ainda de acordo com o posicionamento, os movimentos considerariam a dívida externa um fardo insuperável, considerando o volume e os juros aplicados à serviço da mesma, sendo assim, era proposto que “(...) reestruturar a dívida externa e reduzir as taxas de juros representaria evidência da humanidade, necessária para redescobrir um desenvolvimento étnico mais humano e de apoio mútuo²⁶” (VIA CAMPESINA, 1992).

Para além da dimensão da dívida, também foi alertado no documento a respeito da necessidade de atenção às resoluções do GATT, sustentando que o processo de continuidade da liberalização comercial, desatenta às necessidades dos produtores rurais e favorável de maneira desmedida à atuação das corporações internacionais, mostrava-se inadequado.

O comércio e o intercâmbio internacional têm como objetivo fundamental, a justiça e a cooperação, e não a competição e a sobrevivência dos mais aptos. Nós, como produtores, precisamos garantir renda suficiente para cobrir, no mínimo, nossos custos de produção. Até o momento, isso não tem sido motivo de preocupação dos negociadores do GATT. Rejeitamos políticas que promovam preços baixos, mercados liberalizados, exportação de excedentes, dumping e subsídios à exportação. A produção agrícola sustentável é fundamental e estratégica para a vida social e não pode ser reduzida a uma simples questão comercial.²⁷ (VIA CAMPESINA, 1992, p.68)

²⁵ “Neoliberal policies, representing a dramatic constraint on farmers throughout the world, are bringing us to the brink of irredeemable extinction and further aggravating the irreparable damage which has been caused to our rural environs; Farm communities represent the majority in most regions of the world and it is our work that ensures the food base and life of all societies; We demand real participation in the formulation of policies which affect the fundamental condition of our sector in order to overcome the injustices which we bear; We draw your attention to the lack of respect which has been shown to our productive culture. It is essential that we pay due attention and strengthen our lives as generators of agriculture as the fundamental and strategic base for the survival of all people.”

²⁶ “(...) to restructure the external debt and to reduce interest rates would represent evidence of the humanity, which we require if we are to rediscover an ethnic development which is more humane and mutually supportive”

²⁷ “Trade and international exchange have as their fundamental goal, justice and co-operation rather than competition and the survival of the fittest. We, as producers need to be guaranteed sufficient income to cover as a minimum our costs of production. This, to date, has not been a concern of the

Para além das questões relacionadas às agendas mais estritamente econômicas ou comerciais, a Declaração de Managua também destaca o papel das populações rurais e da renovação dos recursos e mecanismos aplicados na agricultura moderna na proteção do meio ambiente. Através da busca por alternativas agrárias econômica e ecologicamente viáveis, o protagonismo campesino seria evidente.

Diante dos pontos formulados, a articulação também solicitava que fosse incluída como participante de foros internacionais como a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 no Brasil e, de forma mais geral, solicitava participação direta nas negociações do GATT como representantes das populações rurais. Levando em consideração, portanto, os tópicos e demandas levantadas neste primeiro encontro do que viria a se tornar a Via Campesina, era possível perceber a vocação global de sua atuação. Apesar de serem sensíveis nas realidades locais, os efeitos da globalização da agricultura estavam sendo engendrados em organizações supranacionais e, neste sentido, as frentes de contestação e proposição deveriam também ser dirigidas a estas, para além dos governos nacionais

Além das pontuações realizadas nos tópicos de preocupação da articulação entre as organizações campesinas, a vocação global daquela iniciativa se fortalecia no reconhecimento da necessidade de expandir e aprofundar o relacionamento entre organizações campesinas de todo o mundo. Através da reunião destas organizações acreditava-se que a força do movimento seria aumentada. Literalmente, os documentos afirmam:

Concordamos na necessidade de continuar fortalecendo nossos laços como organizações de agricultores, seguros que, por meio de nossa unidade, encontraremos os meios para termos nossa voz e nosso direito de cultivar a terra e garantir a dignidade de nossas famílias (...) A vantagem desta oportunidade é enviar cumprimentos a nossas organizações agrícolas irmãs de todo o mundo a quem desejamos nossos melhores votos e um convite para se juntar a nós.²⁸ (VIA CAMPESINA, 1992, p.69)

negotiators of the GATT. We reject policies which promote low prices, liberalised markets, the export of surpluses, dumping and export subsidies. Sustainable agricultural production is fundamental and strategic to social life and cannot be reduced to a simple question of trade.”

²⁸ “We agreed on the need to continue to strengthen our ties as farmer’s organisations, assured that through our unity we will find the means to have our voice and our right to cultivate the land and assure our families’ dignity (...) We take advantage of this opportunity to send greetings to our sister farm organisations from around the world to whom we extend our best wishes and an invitation to join with us.”

A oposição campesina ao neoliberalismo rapidamente se expandiu e ganhou adesão de uma série de movimentos ao redor do mundo. No ano seguinte, em Mons na Bélgica, foi promovido um encontro, organizado pela Fundação Paulo Freire (Paulo Freire Stichting), uma ONG holandesa, 46 organizações camponesas se reuniram e puderam compartilhar suas experiências e interesses, possibilitando a extensão dos compromissos firmados na Nicarágua e multiplicar em quase seis vezes o número de organizações participantes. Em termos geográficos, o crescimento da organização passou a contemplar a realidade campesina sul-americana e asiática, incorporando movimentos campesinos destes continentes.

Inicialmente, a Declaração de Mons (1993) realiza um diagnóstico das pautas campesinas desde a sua última reunião. Aponta-se um quadro em que a situação das populações camponesas havia se deteriorado e que isto poderia ser observado no aumento da pobreza, no êxodo rural, tendo por consequência um crescimento nos índices de desemprego, e nas evidências de degradação ambiental que a aplicação da agricultura moderna estaria gerando. Além disso um elemento novo e que viria ser norteador das posições da Via Campesina, era apresentado: a questão da fome:

Atualmente, é permitido que a fome, em uma parte substancial do mundo, coexista com uma situação de excedentes de todos os tipos de produtos agrícolas. Essa contradição só pode ser entendida como resultado da política agrícola e de desenvolvimento neoliberal promovida por governos e organizações internacionais. (...) A lógica da maximização do produto e da promoção das exportações agrícolas, ambas implícitas no modelo neoliberal, nega à maioria dos países do Terceiro Mundo a oportunidade de satisfazer suas necessidades alimentares básicas e levou a uma agricultura industrializada intensiva nos países desenvolvidos. países que provocam o desaparecimento acima mencionado de pequenos e médios produtores.²⁹
(VIA CAMPESINA, 1993, p. 70)

Destacando também as pressões para pagamento da dívida externa e dos juros a seu serviço, o movimento continuava a criticar as limitações que os programas de ajuste estrutural, promovidos (e, em certa medida impostos) como solução ao desequilíbrio fiscal e comercial das nações subdesenvolvidas, colocavam à autonomia decisória dos governos locais, impedindo-os de adotar medidas que levassem em

²⁹ "Currently, hunger, in a substantial part of the world, is allowed to coexist with a situation of surpluses of all kinds of agricultural products. This contradiction can only be understood as a result of the neoliberal agricultural and development policy promoted by governments and international organisations. (...) The logic of product maximisation and agricultural exports promotion, both implicit in the neoliberal model, denies the majority of the Third World countries the opportunity to satisfy their basic food needs, and has led to an intensive industrialised agriculture in the developed countries which provokes the above-mentioned disappearance of small and medium-sized producers."

consideração as especificidades socioeconômicas de cada localidade. Sendo assim, de forma a complementar os compromissos e diretrizes de Managua, os movimentos acordaram que:

Como resposta à atual lógica irracional e irresponsável da produção e às decisões políticas que a sustentam, propomos as seguintes condições básicas para trazer um desenvolvimento agrícola ecologicamente sustentável, socialmente justo e que permita ao produtor acesso real para a riqueza que ele gera dia após dia:

1. O direito dos pequenos agricultores a um campo vivo; isso implica o pleno direito dos agricultores a suas organizações autônomas e o reconhecimento de sua importância social na definição e implementação do desenvolvimento em geral e do desenvolvimento rural em particular.
2. O direito a uma agricultura diversificada que garanta, prioritariamente, um suprimento de alimentos saudáveis e de alta qualidade para todos os povos do mundo, com base em um profundo respeito pelo ambiente de uma sociedade equilibrada e pelo acesso efetivo à terra.
3. O direito de todo país de definir sua própria política agrícola de acordo com o interesse da nação e em concertação com as organizações camponesas e indígenas, garantindo sua participação real.³⁰ (VIA CAMPESINA, 1993, p.71)

Embasados nestes comprometimentos, a Declaração de Mons definiu e nomeou pela primeira vez esta articulação de movimentos camponeses como Via Campesina:

A Via Campesina é uma iniciativa camponesa autônoma criada para desenvolver propostas que formam uma alternativa ao modelo neoliberal, a partir da realidade de cada organização participante e da situação política, econômica, social e cultural que ela enfrenta³¹ (VIA CAMPESINA, 1993, p.72)

Como estrutura organizacional básica da articulação, a Via Campesina definiu um Comitê Coordenador composto por representações de cada uma das regiões representadas: uma para a América do Sul, uma para a América Central, Caribe e

³⁰ “As a response to the current irrational and irresponsible logic of production and to the political decisions which support it, we propose the following basic conditions in order to bring an agricultural development which is ecologically sustainable, socially just and which allows the producer real access to the wealth s/he generates day in day out:

1. The right of small farmers to a living countryside; this implies the full right of farmers to their autonomous organisations and the recognition of their social importance in the definition and implementation of development in general and rural development in particular.
2. The right to a diversified agriculture which guarantees, as a matter of priority, a supply of healthy, high quality food for all peoples of the world based on a profound respect for the environment for a balanced Society and for the effective access to the land.
3. The right of every country to define its own agricultural policy according to the nation’s interest and in concertation with the peasant and indigenous organisations, guaranteeing their real participation.”

³¹ “The Peasant Road is an autonomous peasant initiative set up to develop proposals that form an alternative for the neoliberal model, starting from the reality of each participating organisation and the political, economic, social and cultural situation it faces”

América do Norte, um Representante para a Europa Ocidental e outro para a Europa Ocidental, e um representante para a Ásia. Além disso foi programada uma posição no comitê para uma delegação representante da África.

Visando propiciar uma maior integração, especialmente de regiões que ainda não se faziam representadas, como era o caso da África, foi proposto que novos eventos e conferências fossem realizados nestas partes do mundo, de forma a tornar cada vez mais difundido e consolidado um modelo de desenvolvimento agrário alternativo, mais atento às necessidades e dos pequenos e médios agricultores. Neste sentido, é possível perceber que desde a elaboração do primeiro documento formal em Managua o comprometimento com continuidade do movimento permaneceu forte.

É importante, ainda assim, ressaltar que, mesmo antes da reunião de 1992, o processo de intercâmbios e encontros de lideranças camponesas de diferentes países e regiões era uma prática relativamente recorrente, o que propiciou, ao longo dos anos, o desenvolvimento de algum nível de solidariedade e compreensão das dificuldades e obstáculos comuns à realidade camponesa diante da progressão da globalização da agricultura (DESMARAIS, 2007).

A despeito da constatação da preocupação com as especificidades locais de cada movimento e a realidade agrária de cada nação representada na Via Campesina, não deixa de soar complexa a ideia de harmonização global de interesses e alinhamento de perspectivas entre os agentes envolvidos. Análises como a empreendida em Bonanno (1994) revelavam este tipo de ceticismo. Na verdade, para além das dificuldades decorrentes das especificidades das condições locais de cada um dos movimentos, havia dúvidas a respeito da capacidade organizacional autônoma de camponeses frente à complexidade das redes de governança global

(...) agricultores e camponeses não tinham capacidade organizacional para pressionar efetivamente a OMC, a FAO e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - as instituições que eram cada vez mais responsáveis por determinar políticas agrícolas e alimentares.
³²(BONANNO et al. apud DESMARAIS, 2007, p.7)

Na carência de estruturas próprias para se representar frente aos foros internacionais, muitas vezes a representação dos interesses camponeses era

³² "(...) farmers and peasants did not have the organizational capacity to effectively pressure the WTO, FAO, and the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) – the institutions that were increasingly responsible for determining agriculture and food policies" (BONANNO et al. apud DESMARAIS, 2006, p.7)

delegada para organizações não governamentais (ONGs) engajadas em questões agrárias, ou pautas vinculadas à promoção dos direitos humanos, por exemplo. Frente a estas dificuldades no desenvolvimento de representação própria nos são impostas duas questões: como organizar uma articulação global frente às especificidades e diferenças encontradas nas diversas localidades e haveria a possibilidade de que uma organização autônoma de pequenos e médios agricultores ser de fato efetiva?

Analistas mais céticos ser descrentes em relação à capacidade de grupos camponeses em articular-se transnacionalmente, podendo assim representar-se sem intermediários. O ceticismo decorre do fato de que, frente à diversos contextos locais em que os mesmos se inserem, a dificuldade de reconhecer pautas comuns se mostraria. Na verdade, ao analisar depoimentos e posicionamentos de ativistas dos próprios movimentos, como em Stédile (2002), a diversidade do movimento é considerada aspecto positivo na promoção de sua mobilização e ativismo. Considera-se a preservação da diversidade cultural e a localização das comunidades camponesas como pauta, especialmente em um cenário em que a globalização promove um modelo agrícola que conduz a homogeneização do campo através da desvalorização destas próprias práticas. Nas palavras de Annette Desmarais:

Uma das principais forças da Via Campesina é como ela une organizações incorporadas em seus próprios contextos políticos, econômicos, sociais e culturais - mas ainda consegue estabelecer uma unidade dentro dessa diversidade. Ao fazê-lo, depende de constituintes bem definidos e de um processo de estrita responsabilidade perante as numerosas organizações camponesas e agrícolas que compõem seus membros. Ao representar milhões de famílias de agricultores em todo o mundo, emprega uma estrutura horizontal. (...) A consulta e a prestação de contas são fundamentais, facilitada por estruturas e processos bem definidos para representação e tomada de decisão democrática.³³ (DESMARAI, 2007, p.28)

Desta forma, as estruturas do Conselho Coordenativo, buscando uma representação igualitária em relação às regiões e continentes, opera na estrutura organizacional o papel de promover resoluções mais transparentes e cooperativas entre todas as partes. Na verdade, à despeito das diferenças decorrentes da realidade

³³ "One of the Via Campesina's main strengths is how it weaves together organizations embedded in their own particular political, economical, social, and cultural contexts- but still manages to establish unity within this diversity. In doing this, it depends on well-defined constituencies and a process of strict accountability to the numerous peasant and farm organizations that make up its membership. In representing millions of farming families around the world, it employs a horizontal structure. (...) Consultation and Accountability are the Key, facilitated by well-defined structure and processes for representation and democratic decision making."

rural de cada país, não se visa desenvolver oposições nacionais. Ainda que enfrentem desafios diferentes em cada localidade, os movimentos agrários componentes da Via Campesina buscam colocar em questão modelos de desenvolvimento opostos

(...) por um lado, um modelo globalizado, neoliberal, orientado pelos interesses corporativos, na qual a agricultura é vista exclusivamente como um empreendimento lucrativo e os recursos produtivos estão cada vez mais concentrados nas mãos da agroindústria; e, por outro lado, um modelo rural muito diferente, mais humano, baseado em uma 'ética redescoberta do desenvolvimento' decorrente da 'cultura produtiva' e da 'vocaç o produtiva' das fam lias de agricultores (...). No segundo modelo, a agricultura   dirigida por agricultores e baseada na produ o camponesa. Utiliza recursos locais e   voltado para o mercado interno. A agricultura n o apenas desempenha uma importante fun o social, mas tamb m   economicamente vi vel e ecologicamente sustent vel.³⁴ (DESMARAIS, 2006, p.33)

  muito interessante perceber a distin o apontada por Desmarais (2006), como um pr prio indicativo da altera o do paradigma de acumula o em dire o ao desenvolvimento de circuitos de produ o e acumula o transnacionais. Como alertamos no cap tulo anterior, em fases anteriores do capitalismo a integra o entre mercados ocorria de fato no com rcio, contudo, os processos produtivos permaneciam em grande parte nacionais, mantendo como foco de contesta o a esfera do pr prio Estado. O desenvolvimento do capitalismo em dire o   um modelo de acumula o transnacional, elaborada diante dos interesses de classes capitalistas transnacionais e propiciada pela forma o de estruturas de governan as neoliberais e pela altera o nas capacidades e autonomia estatal, possibilita a cria o deste modelo de agricultura moderna que afeta, a despeito das especificidades de cada localidade, os trabalhadores rurais de maneira muito aproximada.

  necess rio destacar que o processo de moderniza o agr cola e sua posterior inclus o em circuitos globais de acumula o foi respaldado por for as sociais relacionadas ao campo.   despeito da ferrenha oposi o dos grupos articulados na Via Campesina   globaliza o corporativa e suas implica es no meio agr cola, a Federa o Internacional dos Produtores Agr colas (International Federation Of Agricultural Producers – IFAP) desde 1946, e, portanto, de forma

³⁴ "(...)on the one hand, a globalized, neo-liberal, corporate driven model in which agriculture is seen exclusively as a profit making venture and productive resources are increasingly concentrated into the hands of agro-industry; and, on-the-other, a very different, more humane, rural model based on a 'rediscovered ethic of development' stemming from 'productive culture' and 'productive vocation of farming families (...). In the second model, agriculture is farmer-driven and based on peasant production. It uses local resources and is geared to domestic markets. Agriculture not only plays an important social function but is also economically viable and ecologically sustainable."

anterior ao próprio discurso do desenvolvimento, foi criada "(...) principalmente para ajudar a prevenir a escassez de alimentos como os que ocorreram durante a depressão da década de 1930 e a Segunda Guerra Mundial." ³⁵(DESMARAIS, 2006, p.85).

Reivindicando-se desde a sua fundação como uma voz dos agricultores frente aos fóruns e instituições internacionais, a IFAP busca se concentrar em similaridades entre os agricultores do mundo, buscando tratá-los de forma mais homogênea, identificando arenas nas quais reconheceria que seu posicionamento seria positivamente recepcionado de forma mais geral. É importante destacar que

A organização tem status consultivo com o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e participa ativamente de consultas com várias organizações, como a Organização Mundial da Saúde, Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, Organização Internacional do Trabalho, FAO, OCDE, Banco Mundial, GATT e OMC ³⁶(KARL apud DESMARAIS, 2006, p.85 – tradução nossa)

A questão presente é que, ao tratar as populações camponesas sobre um paradigma que privilegia a noção de homogeneidade de interesse entre as diversas populações, e não de forma a reconhecer própria pluralidade de interesses destas diversas populações podem se criar resistências e dificuldades, justamente por não reconhecer especificidades das comunidades camponesas. O processo de liberalização comercial e as reformas neoliberais a este vinculadas é um exemplo de questão que revela este tipo de dificuldade. Por incorporar entre seus membros grandes agricultores, organizações públicas envolvidas com a agricultura e agentes vinculados a uma realidade agrícola já alinhada com os processos de liberalização e modernização agrícola, as posições em relação a este processo foram bastante controversas.

Apesar das alegações da IFAP de ser a voz do agricultor mundial, inúmeras organizações camponesas e agrícolas no Norte e no Sul não pertencem ou ainda não pertencem a essa organização - por várias razões. Por um lado, o IFAP já há algum tempo tem a reputação de representar os interesses dos grandes agricultores, principalmente nos países industrializados. (...) A questão dos custos de associação também é um fator. Os custos de

³⁵ " (...) primarily to help prevent food shortages like the ones that had occurred during the depression of the 1930S and World War II."

³⁶ "The organization has Consultative Status with the Economic and Social Council of the United Nations and actively participates in consultations with a number of organizations such as the World Health Organization, International Fund of Agricultural Development, International Labour Organization, FAO, OECD, World Bank, GATT and WTO"

associação ao IFAP também são um fator. As taxas do IFAP foram baseadas em uma fórmula que, em alguns casos, pode chegar a dezenas ou mesmo centenas de milhares de dólares.³⁷ (DESMARAI, 2006, p 86 – tradução nossa).

Diante das questões citadas acima, a associação e o posicionamento da IFAP parecem não se adequar ao perfil de uma série de pequenos e médios camponeses, que não veem na organização uma representação devida de seus interesses e realidade. A apresentação da existência de outras organizações vinculadas a questões agrícolas é importante, especialmente frente a uma análise vinculada a uma tradição gramsciana como uma forma de reconhecer a existência de forças sociais que demonstram consentimento e fortalecem a formação de blocos hegemônicos com interesses coincidentes com os de uma classe específica. Neste sentido, a formação deste tipo de grupo pode desempenhar uma função orgânica, traduzindo e difundindo consensos formulados em consonância com a ideologia dominante.

A expressão dos interesses e representação dos pequenos e médios camponeses através da Via Campesina também encontrou problemas consideráveis em seu relacionamento com ONGs, expressado de forma bem direta no caso da Fundação Paulo Freire (Paulo Freire Stichting). Na própria Declaração de Mons, foi reconhecida especial função para a Organização, que foi alocada como responsável por um cargo de secretariado técnico. Contudo, conforme Desmarais (2006), a expectativa da fundação estava mais diretamente relacionada a valer-se das organizações camponesas e de sua situação para embasar um projeto de pesquisa. O processo de organização camponesa e os desdobramentos que os levaram a Mons, por sua vez, desenvolveram em boa parte dos movimentos envolvidos a percepção de que a articulação tratava-se de uma organização com fins políticos mais diretos, além de apresentarem certo receio de que a participação mais direta da Fundação fosse traduzida em uma redução do protagonismo camponês, subordinando-os aos posicionamentos expressos pela Fundação. Havia expressas ressalvas em relação a uma postura paternalista por parte da ONG em relação à articulação.

³⁷ “Despite the IFAP’s claims to be the world farmer’s voice, numerous peasant and farm organizations in the North and South did not and still do not belong to that organization- for a number of reasons. For one thing, the IFAP has for some quite some time had the reputation of representing the interests of larger farmers primarily based in the industrialized countries.(...) The question of membership costs is also a factor. IFAP membership costs is also a factor. IFAP fees have been based on a formula that in some cases can run to tens or even hundreds of thousands of dollars.”

O espaço concedido à ONG em respeito ao seu histórico de auxílio em relação aos movimentos agrícolas e sua articulação internacional não foi bem recebida. Com atividades restrita às funções técnicas e privada de poder decisório diante de uma série de questões, o afastamento entre a Fundação Paulo Freire e da Via Campesina ocorreu de forma progressiva.

A recusa do PFS em aceitar e respeitar as decisões tomadas pelos líderes agrícolas em Mons destaca questões sobre o lugar e o papel das ONGs. Claramente, o PFS acreditava que sua visão para o que a Via Campesina deveria ser e fazer era superior ao que os agricultores e camponeses imaginavam. Essa abordagem “sabemos o que é melhor para você” tem sido comum em uma longa história de desenvolvimento rural em que o conhecimento do povo rural e a experiência do camponês são denegridos e desvalorizados, apenas para serem substituídos por programas baseados na ciência e pelas ideias de 'especialistas' ou outros.³⁸ (DESMARAIS, 2006, p.103 – tradução nossa)

Feitas estas considerações, podemos encerrar esta apresentação resumindo algumas das diretrizes fundamentais para a atividade da Via Campesina. Dada a importância da diversidade dos movimentos componentes da articulação, um dos conceitos mais centrais é o de soberania alimentar, que se demonstra transversal em diversas pautas do documento, dentre elas na campanha global pela reforma agrária.

Normalmente associado à ideia de Segurança Alimentar, fortemente propagada nos discursos oficiais de Estados e organizações supranacionais, o conceito de Soberania alimentar excede a esfera nutricional, incorporando preocupações em relação ao trabalho e cultura envolvidos na produção de alimentos e as implicações ecológicas da agricultura.

Para a Via Campesina, soberania alimentar significa:

- 1- Prioridade na produção de alimentos saudáveis, de boa qualidade e culturalmente adequados, principalmente para o mercado interno. É fundamental manter uma capacidade de produção de alimentos baseada em um sistema diversificado de produção familiar - que respeite a biodiversidade, a produção e a capacidade da terra, os valores culturais, a preservação dos recursos naturais - para garantir a independência e a soberania alimentar das populações.
- 2- Fornecer preços remunerados para os agricultores (homens e mulheres), o que exige poder para proteger os mercados internos contra as importações a preços baixos.

³⁸ “The PFS refusal to accept and respect the decisions made by farm leaders in Mons highlight issues about place and role of NGOs. Clearly, the PFS believed that its vision for what the Via Campesina should be and do was superior to what farmers and peasants envisioned. This “we know what is best for you” approach has been all too common in a long history of rural development in which rural people’s knowledge and peasant’s experience are denigrated and devalued, only to be replaced by Science-based programs and the ideas of ‘experts’ or others.”

- 3- Regularizar a produção no mercado interno, a fim de evitar a criação de excedentes.
- 4- Interromper o processo de industrialização dos métodos de produção e desenvolver a produção sustentável baseada na agricultura familiar.
- 5- Abolição dos auxílios diretos e indiretos à exportação.³⁹ (VIA CAMPESINA apud DESMARAIS, 2006, p. 34 – tradução nossa)

A amplitude do conceito de soberania alimentar condiciona que outras pautas sejam devidamente levantadas. Entre as demandas mais fortes do movimento está a necessidade urgente de realização de um processo de reforma agrária condizente com as realidades (sociais, culturais, políticas e econômicas) de cada localidade, em favor dos pequenos camponeses. Na visão do movimento “(...) reforma agrária significa tirar terras e outros recursos produtivos do mercado e praticar o princípio de propriedade social da terra, pelo qual as famílias que trabalham na terra têm direitos de usufruto.”⁴⁰ (DESMARAIS, 2006, p.35). Naturalmente, este processo ocorre de uma forma atenta as particularidades de cada território, mas ainda assim buscam-se diretrizes gerais que permitam acomodar as diferenças culturais de cada uma das localidades.

Desde a época de Zapata, no México, ou de Julião, no Brasil, a inspiração para a reforma agrária era a ideia de que a terra pertencia àqueles que a trabalhavam. Hoje precisamos ir além disso. Não basta argumentar que, se você trabalha na terra, possui direitos de propriedade sobre ela. Os agricultores vietnamitas e indianos contribuíram muito para nossos debates sobre isso. Eles têm uma visão diferente da agricultura e da natureza - uma que tentamos sintetizar na Via Campesina. Queremos uma prática agrária que transforme agricultores em guardiões da terra, e uma maneira diferente de cultivar, que garanta um equilíbrio ecológico e também garanta que a terra não seja vista como propriedade privada⁴¹. (STÉDILE, 2002, p. 99-100 – tradução nossa)

³⁹ “For the Via Campesina, food sovereignty means: 1-Placing Priority on the production of healthy, good quality and culturally appropriate food primarily for the domestic market. It is fundamental to maintain a food production capacity based on a system of diversified famer-based production – one that respects biodiversity, production and capacity of the land, cultural values, preservation of natural resources – to guarantee the independence and the food sovereignty of populations. 2-Providing remunerative prices for farmers (men and women) which requires to power to protect internal markets against imports at low prices. 3-Regulating production on the internal market in order to avoid the creation of surpluses. 4-Stopping the process of industrialization of production methods and develop Family farm based sustainable production. 5-Abolishing all direct and indirect export aids.”

⁴⁰ “... agrarian reform means taking land and other productive resources off the market and practising the principle of social ownership of land whereby families who work the land have usufruct rights.”

⁴¹ “From the time of Zapata in Mexico, or of Julião in Brazil, the inspiration for agrarian reform was the idea that the land belonged to those who worked it. Today we need to go beyond this. It’s not enough to argue that if you work the land, you have proprietary rights over it. The Vietnamese and Indian farmers have contributed a lot to our debates on this. They have a different view of agriculture, and of nature— one that we’ve tried to synthesize in Via Campesina. We want an agrarian practice that transforms farmers into guardians of the land, and a different way of farming, that ensures an ecological equilibrium and also guarantees that land is not seen as private property.” (STÉDILE, 2002)

Para além do acesso e da utilização da terra, levando em consideração o aspecto da posse da mesma, é notável a ênfase concedida pela Via Campesina em relação à dimensão ecológica do desenvolvimento agrícola, ressaltando a importância, por exemplo, da biodiversidade.

A soberania alimentar só é possível em combinação com o controle democrático do sistema alimentar e com o reconhecimento de que a 'herança cultural' e os recursos genéticos pertencem a toda a humanidade. Isso significa que todas as formas de vida, incluindo plantas e animais - devem ser protegidas contra patentes (...). Em reconhecimento ao papel essencial que as comunidades camponesas e agrícolas desempenham na conservação e melhoria da biodiversidade, a Via Campesina rejeita veementemente o conceito de propriedade intelectual, definido pelos TRIPs da OMC (...)⁴² (DESMARAIS, 2006, p.36-37 – tradução nossa)

Frente a esta breve apresentação das origens da Via Campesina e do contexto que marcou a emergência desta articulação global, buscamos mostrar como a alteração das dinâmicas do capitalismo demonstrada na inserção de um elemento ideológico, traduzido no discurso do desenvolvimento e à maneira com que este resultou na emergência de uma proposta de modernização pouco dialogada com as forças sociais subalternas. Este discurso, a princípio impulsionado pelo Estado, marca alterações substanciais nos regimes de produção agrícola tornando o trabalho camponês cada vez menos autônomo e mais dependente de recursos e agentes externos.

O posterior direcionamento da discussão a respeito do desenvolvimento para uma dimensão mercantil, mais baseada na capacidade de adaptação e da operação de saltos de produtividade e eficiência por agentes privados, coincide também com um movimento de liberalização comercial e transnacionalização da produção. A agricultura mostrava-se afetada por este processo desde meados dos anos 1970, contudo tem radicalização nos anos 1990, com os desdobramentos da Rodada do Uruguai do GATT e início das atividades da OMC. Através destas dinâmicas, percebem-se mudanças consideráveis na estrutura de governança internacional e nas

⁴² "Food Sovereignty is only possible in combination with democratic control of the food system and a recognition that 'cultural heritage and genetic resources belong to all humanity. This means that all life forms, including plant and animal – must be protected from patenting (...). In recognition of the Key role that peasant and farm communities play in conserving and enhancing biodiversity, the Via Campesina adamantly rejects the concept of intellectual property defined by the WTO's TRIPs"

próprias capacidades do Estado que impedem que a discussão de determinadas agendas e políticas públicas apenas em âmbito nacional.

Com estas questões em mente, nos direcionamos ao próximo capítulo, no qual serão apresentadas em maior nível de especificidade a maneira com que as agendas da Via Campesina se mostram de fato como questões globais e seus esforços em questionar e reverter determinados quadros em favor da construção de um desenvolvimento agrário alternativo. Ao investigar estas questões, buscaremos demonstrar a maneira com que a atuação do movimento, na luta pela concretização de seus interesses, revela a construção de uma subjetividade própria, oposta aos interesses de das classes capitalistas transnacionais.

4 REFORMAS AGRÁRIAS COMO CAMINHOS DE DESENVOLVIMENTO – PERSPECTIVAS DO CAPITAL E DO TRABALHO SOBRE A QUESTÃO FUNDIÁRIA NO CAPITALISMO GLOBAL.

A construção da hegemonia conquistada pelas classes capitalistas transnacionais a partir da década de 1980, para além da posição de domínio em relação aos principais circuitos de acumulação existentes, exigia a elaboração de um arranjo ideológico e institucional que concedessem condições necessárias para que esta produção fosse viável. Valendo-nos do modelo de estruturas históricas elaborado em Cox (1996a), esta afirmação demonstra que, para além de forças materiais concretas, para assegurar sua posição dirigente frente a um determinado bloco histórico, esta classe deveria ser capaz de estabelecer consensos entre as diversas forças sociais existentes em uma estrutura ideológica e consolidar um aparato institucional favorável aos seus interesses.

Conforme apresentado no primeiro capítulo deste trabalho, além de determinar uma série de práticas intersubjetivamente compartilhadas que definiriam os rumos de ação e as expectativas de comportamento das forças sociais existentes, o aspecto ideológico, na obra de Cox (1996a), incorpora a criação de imagens coletivas a respeito de uma diversidade de temáticas e tópicos a respeito da vida social. As classes dirigentes buscam, ao máximo, sustentar imagens coletivas que possam garantir a vigência de uma determinada ordem social, buscando universalizar ao máximo posições a respeito de questões como a paz, a justiça, o desenvolvimento, etc. Ainda assim, é necessário destacar que, no campo das imagens coletivas em um

determinado bloco histórico, é notável o conflito entre as diversas forças sociais existentes. É precisamente neste campo que se tornam perceptíveis a emergência de propostas alternativas de desenvolvimento e de possíveis rupturas na ordem social vigente.

Em seu trabalho seminal a respeito da consolidação do neoliberalismo, David Harvey (2005) demonstra a disputa ideológica no campo destas imagens coletivas na concepção de liberdade desenvolvida no neoliberalismo.

As figuras fundadoras do pensamento neoliberal tomaram ideais políticos da dignidade humana e da liberdade individual como fundamentais, como "os valores centrais da civilização". Ao fazê-lo, escolheram sabiamente, pois esses são realmente ideais atraentes e sedutores. Esses valores, eles sustentavam, eram ameaçados não apenas pelo fascismo, ditaduras e comunismo, mas por todas as formas de intervenção do Estado que substituíam os julgamentos coletivos pelos de indivíduos livres para escolher.⁴³ (HARVEY, 2005, p.5 – tradução nossa)

É interessante perceber que, na formulação exposta, os apelos de determinados conceitos como a dignidade humana ou a liberdade individual são traduzidos de forma a sustentar um projeto político próprio. Os conceitos adquirem significado concreto na medida em que conferem sentido a realidades e manobras políticas concretas. Para exemplificar a maneira com que esta operação se realizaria, o autor explora ao longo da obra experiências concretas do desenvolvimento institucional do neoliberalismo nos Estados Unidos, Reino Unido, China e Coreia do Sul, entre outros, a partir do final da década de 1970. Nos casos principais, embora não seja possível descartar os momentos em que a coerção fez-se necessária para a consolidação ideológica e institucional da política neoliberal, o autor fundamenta sua argumentação no esforço realizado pelas elites destes países em criar novos consensos e perspectivas frente à sociedade civil em relação à maior eficiência das estruturas de mercado na remediação das dificuldades sociais.

Valendo-se da analogia inicialmente desenvolvida em "O Príncipe" de Maquiavel, ao refletir sobre as necessidades históricas para a construção da unificação do Estado Italiano em torno de uma monarquia absolutista, Gramsci (2000)

⁴³ "The founding figures of neoliberal thought took political ideals of human dignity and individual freedom as fundamental, as 'the central values of civilization'. In so doing they chose wisely, for these are indeed compelling and seductive ideals. These values, they held, were threatened not only by fascism, dictatorships, and communism, but by all forms of state intervention that substituted collective judgements for those of individuals free to choose."

sinaliza que a manutenção do projeto hegemônico depende de um esforço mútuo de coerção e consentimento. Neste sentido, diante de realidades políticas concretas, as medidas da aplicação mais direta da força na imposição de restrições ou na própria eliminação de forças sociais, e do esforço na formulação de consensos através de concessões políticas às forças sociais em oposição é bastante variável. Para a difusão do programa econômico neoliberal, Harvey (2005) apresenta exemplos, como golpe militar chileno em 1973 e a reforma institucional imposta no Iraque em 2003, para demonstrar casos em que a coerção exercida, inclusive, com o suporte de atores externos, se mostrou fundamental.

Ainda assim, seguindo concepções gramscianas, a manutenção de um projeto político hegemônico não pode fundamentar-se exclusivamente na coerção e domínio sobre as forças sociais em oposição (COX, 1996a). A consolidação de um bloco histórico, na formulação gramsciana, depende de um equilíbrio recíproco entre estruturas produtivas materiais (infraestrutura), no qual se revelam as forças sociais, e estruturas ideológicas na qual se colocam consensos a respeito de uma série de questões políticas, sociais, éticas, etc. A interação destas duas dimensões não é marcada pela dependência imediata de uma em relação à outra, havendo espaços em disputa nos dois níveis.

Para a promoção do Neoliberalismo, no caso chileno, Harvey (2005) destaca o papel imprescindível da formação de uma equipe econômica alinhada com liberalismo econômico na Universidade de Chicago, sendo este elemento fundamental na reestruturação do aparato estatal à permissão deste regime de acumulação. Em seu décimo segundo Caderno, Gramsci (2001) destaca o papel da intelectualidade na promoção e consolidação de um projeto de sociedade, defendendo, em oposição à correntes mais deterministas ou reducionistas mesmo dentro do Marxismo, a necessidade da consolidação de um proposta ideológica na promoção de um projeto político social.

Alinhados com esta perspectiva, nas próximas seções, buscaremos apresentar projetos ideológicos que sustentam a proposta econômica neoliberal, dominante no capitalismo global sob a nossa perspectiva, e suas implicações na concepção do desenvolvimento agrícola, especialmente a partir dos anos 1990. Ao apresentar a institucionalidade neoliberal como uma proposta de desenvolvimento no capitalismo global destacamos dois pontos: a preponderância da aplicação do conhecimento científico e das novas tecnologias, em oposição aos saberes tradicionais, como

condicionante do desenvolvimento, e a crescente equivalência da boa política econômica com a promoção do livre mercado.

Dentro destas perspectivas, avaliaremos como a defesa deste projeto político-econômico se relaciona aos interesses de uma classe capitalista transnacional, representada pelos grandes conglomerados empresariais envolvidos no agronegócio, na revisão das políticas fundiárias e na definição das melhores práticas para a produção agrícola. Vale destacar aqui que a expressão destes interesses, na tentativa de se expressarem como universais busca se justificar na superação das mazelas sociais, notavelmente o desenvolvimento social e a erradicação da fome.

4.1 O desenvolvimento e as estratégias de combate à pobreza no consenso de Washington – a terra e sua produtividade no capitalismo global.

Conforme apresentado no último capítulo, a definição de uma estrutura de governança global atenta à temática do desenvolvimento se desenvolve após a Segunda Guerra Mundial, o que se pode observar, conforme Santos (2005), é a alteração dos atores envolvidos nesta agenda. A partir da década de 1980, com a difusão do Neoliberalismo como proposta econômica, o papel ativo do Estado na promoção do desenvolvimento é negado veementemente, sendo defendida a maior eficiência das estruturas de mercado na superação da pobreza.

É interessante perceber que a partir da década de 1990, conforme análise empreendida por Souza (2005), é perceptível um considerável alargamento das pautas sociais na agenda de Desenvolvimento Internacional, incorporando temáticas como o meio ambiente, a situação das mulheres, distribuição fundiária e de assentamentos humanos, etc., sendo marcadas especialmente pela realização de uma série de Conferências pelo Órgãos das Nações Unidas (ALVES, 2001). Apesar da relevância destes tópicos poder ser localizadas em décadas anteriores⁴⁴, Souza define a realização das Conferências da ONU, a partir da década de 1990, como marcos da extensão da participação de organizações da sociedade civil na discussão das temáticas, além da ampliação do tema.

Embora não seja descartável a constatação da extensão da participação social na agenda de desenvolvimento internacional, é interessante perceber que o fim da

⁴⁴ Os relacionamentos entre a questão ambiental e desenvolvimento econômico são explorados por uma série de autores desde a década de 1970 (CLAPP; DAUVERGNE, 2005)

Guerra Fria e o início dos anos 1990 são marcados por uma forte afirmação do liberalismo e dos mecanismos de mercado, sendo o crescimento econômico fator fundamental para o desenvolvimento. Jennifer Clapp e Paul Dauvergne (2005), ao tratar da questão ambiental e as diversas orientações políticas que definem posições a respeito do desenvolvimento sustentável, denomina grupos que prescrevem a necessidade de impulsionar o crescimento econômico como fator determinante à superação de impasses ambientais ou sociais de forma mais radical como uma proposta tipicamente neoliberal⁴⁵.

Diante desta corrente os autores buscam referência fundamental para análise do desenvolvimento econômico das sociedades o Produto Interno Bruto (PIB), capaz de avaliar o crescimento produtivo nacional de um país. A utilização do PIB como métrica do desenvolvimento nacional foi feita durante décadas por diversas agências do sistema ONU, e apenas nos anos 1990 (coincidente com a inclusão da agenda social nas estruturas de governança internacional, apontada por Souza), indicadores mais amplos como o Índice de Desenvolvimento Humano passaram a ser adotados, contemplando para além da evolução do produto nacional, questões como a situação da saúde e da educação. A ampliação da concepção do desenvolvimento se reflete no relatório de desenvolvimento humano, desenvolvido pelo PNUD, no qual constata-se que

O desenvolvimento humano é muito mais do que a ascensão ou queda da renda nacional. Trata-se de criar um ambiente no qual as pessoas possam desenvolver todo o seu potencial e levar vidas produtivas e criativas de acordo com suas necessidades e interesses. As pessoas são a verdadeira riqueza das nações. O desenvolvimento é, portanto, expandir as escolhas que as pessoas têm para levar uma vida que valorizam. ⁴⁶ (PNUD, 2001, p.9 – tradução nossa).

Com a qualificação do desenvolvimento através de indicadores como o índice de desenvolvimento humano, uma alteração de ponto de vista: o crescimento do produto nacional não deveria ser tratado como expressão única do desenvolvimento, mas sim como um facilitador para a superação de dificuldades sociais, vinculadas por exemplo, à educação e à saúde. É necessário atentar-se, contudo, que o crescimento

⁴⁵ No texto original, os autores utilizam a expressão 'market liberals' para designar esta posição.

⁴⁶ "Human development is about much more than the rise or fall of national incomes. It is about creating an environment in which people can develop their full potential and lead productive, creative lives in accord with their needs and interests. People are the real wealth of nations. Development is thus about expanding the choices people have to lead lives that they value."

econômico através da crescente integração ao capitalismo global e ao estímulo à competitividade econômica que este proporciona não são questionados. Na verdade, a implementação de um programa econômico voltado ao livre mercado mostra-se como elemento decisivo na modernização econômica e tecnológica e na otimização produtiva (PNUD, 2001).

Sendo assim, faz-se necessário destacar que apesar de contemplar o desenvolvimento econômico de maneira ampliada, a adoção de métricas como o IDH de nenhuma forma deve ser colocada como a institucionalização de um freio à ordem econômica vigente. Pelo contrário, reforça-se a ideia de que a melhora nos índices de desenvolvimento humano se vincula a uma maior integração à ordem econômica vigente (CLAPP; DAUVERGNE, 2005).

Ainda cabe abordar, contudo, a maneira com que problemas produtivos como os limites impostos pelo meio-ambiente ou pela distribuição ineficiente de insumos é tratada pelas correntes liberais. Distante de uma aceitação vulgar de que este tipo de limitação é inerente ao sistema e que ainda assim seus resultados são superiores, sendo assim justificados, o liberalismo econômico busca designar estes limites como decorrentes de um funcionamento ainda imperfeito dos mecanismos de mercado. Estas falhas são tratadas, portanto, como consequências de uma integração à ordem econômica ainda incompleta (CLAPP; DAUVERGNE, 2005). Fatores como as limitações ambientais não seriam a princípio levados em consideração, exceto na medida de sua escassez.

Os danos ambientais ou sociais que determinados regimes de acumulação poderiam causar, por sua vez, deveriam ser tratados como externalidades. Não computadas como custos à realização dos empreendimentos produtivos, danos de longo prazo como danos ambientais ou custos da exclusão social, por exemplo, demonstram falhas na racionalidade de mercado.

Uma externalidade negativa é uma situação em que o mercado não contabiliza o impacto de uma atividade econômica naqueles que não estão diretamente envolvidos nessa atividade. A poluição é amplamente considerada como uma externalidade negativa. Embora possa haver processos de produção mais limpos que não poluem, muitas vezes as empresas escolhem os métodos menos limpos porque são mais baratos de adotar. Essa situação representa uma falha do mercado em operar com eficiência, uma vez que todos os custos de produção (ou seja, o custo de

produção mais os custos de poluição) não são totalmente contabilizados.⁴⁷ (CLAPP; DAUVERGNE, 2005, p.89 - tradução nossa)

Em correntes econômicas liberais, menos radicais do que o pensamento neoliberal, este pensamento também é difundido. Contudo, a resolução para estas falhas de mercado estaria na definição de estruturas institucionais que consigam avaliar e precificar este tipo de dano, tornando determinadas práticas produtivas menos atrativas economicamente. Segundo Tom Tietenberg (2000), as instituições e mesmo a intervenção direta governamental são esperadas de forma a tornar os custos sociais e ambientais da organização produtiva vigente visíveis e tornar a alocação de recursos produtivos mais eficientes. Segundo a análise do autor, creditar aos mecanismos de mercado a capacidade de correção de suas próprias imperfeições e falhas seria uma posição ingênua.

As correntes alinhadas de forma mais próxima à ortodoxia do liberalismo econômico mostram-se mais reticentes em relação à interferências externas nos circuitos econômicos, considerando que intervenções tributárias, por exemplo, poderiam se demonstrar como entraves graves ao crescimento econômico. Sob esta perspectiva, o curso de ação mais indicado sempre está relacionado à construção de uma ordem em que impere a liberdade de mercado. Quanto maior for o livre funcionamento destes mecanismos, mais incentivada estará a criatividade e a inventividade de agentes privados, que, por sua própria racionalidade, estariam constantemente em busca de soluções mais baratas, eficientes e adequadas às condições presentes de acumulação.

(...) a medida que os recursos se tornam genuinamente escassos, os preços para eles aumentam, o que, por sua vez, fomenta a engenhosidade para se encontrar alternativas. Isso poderia envolver novos recursos para substituir os escassos, produzir bens com menos recursos ou desperdício ou descobrir novas maneiras de gerenciar a poluição, incluindo o uso de impostos e outros mecanismos de mercado. Essa visão ainda deposita grande fé na capacidade dos humanos de usar os recursos existentes de maneira mais eficiente (aprimorando a tecnologia), de gerenciar efetivamente os recursos existentes por meio da política ambiental ou de descobrir “novos” recursos para

⁴⁷ A negative externality is a situation where the market does not account for the impact of an economic activity on those not directly engaged in that activity. Pollution is widely regarded as a negative externality. Though there may be cleaner production processes that do not pollute, often firms choose the less clean methods because they are cheaper to adopt. This situation then represents a failure of the market to operate efficiently, since all the costs of production (i.e., the cost of production plus the costs of pollution) are not fully accounted for.

impulsionar o crescimento econômico.⁴⁸ (CLAPP; DAUVERGNE, 2005, p. 90 – tradução nossa)

É interessante ressaltar que, apesar da discordância a respeito das estratégias utilizadas para consolidar regimes produtivos social e ecologicamente sustentáveis, nem de parte das posições institucionalista nem das correntes neoliberais é considerado que o crescimento econômico não seja condição essencial para o desenvolvimento. A expansão das capacidades produtivas permanece sendo, portanto, um processo que deve ser incentivado independentemente da existência de limitações externas.

Os liberais do mercado confiam nos indivíduos e nas empresas para encontrar soluções para a escassez. Os institucionalistas enfatizam a necessidade de fomentar essa engenhosidade por meio de esforços governamentais e institucionais. A implicação é a mesma para ambos, no entanto: não há necessidade de abandonar o modelo de desenvolvimento baseado no crescimento. O crescimento pode e deve continuar indefinidamente em benefício da humanidade e também do meio ambiente global. O crescimento só precisa ser mais eficiente e menos poluente. Preços de recursos e sumidouros corretamente podem garantir que isso ocorra.⁴⁹ (CLAPP; DAUVERGNE, 2005, p. 91 – tradução nossa)

Consideradas as posições assumidas tanto por neoliberais como por institucionalistas, o que podemos perceber é que, mesmo dentro de uma concepção ampliada de desenvolvimento, propõe-se como orientação ao desenvolvimento a crescente intensificação do capitalismo conforme apresentada por Robinson (2004). A precificação de todas as esferas da vida social e a submissão das mesmas à mercantilização seria o processo mais indicado à garantia de uma alocação mais eficiente de recursos, o que por sua vez proporcionaria maior crescimento econômico e uma gestão mais eficiente dos problemas sociais e ambientais. É possível, inclusive, perceber as posições institucionalistas como frentes mais propensas a elaboração de

⁴⁸ (...) as resources and sinks become genuinely scarce, prices for them will rise, which in turn will foster the ingenuity to find alternatives. This could involve new resources to replace the scarce ones, producing goods with less resources or waste, or discovering new ways to manage pollution, including the use of taxes and other market mechanisms. This view still places great faith in the ability of humans to use existing resources more efficiently (by improving technology), to manage existing resources effectively through environmental policy, or to discover “new” resources to drive economic growth.

⁴⁹ Market liberals place faith in individuals and firms to come up with solutions to scarcity. Institutionalists stress the need to foster such ingenuity through government and institutional efforts. The implication is the same for both, however: there is no need whatsoever to abandon the growth-based model of development. Growth can and must go on indefinitely for the sake of humanity as well as for the sake of the global environment. Growth just needs to be made more efficient and less polluting. Pricing resources and sinks properly can ensure that this occurs.

consensos entre forças sociais que a princípio fossem contrárias à irrestrita dos mecanismos de mercado. A criação de mecanismos que possam regular os regimes de acumulação sem questionar pressupostos fundamentais que o viabilizam é um processo comum na consolidação da hegemonia de uma força social que busque assumir funções dirigentes.

Também é importante destacar que ambas as proposições, à despeito do conteúdo ideológico, buscam apresentar-se com marcado caráter científico facilitando a justificativa deste regime de acumulação. Um exemplo notável deste tipo de apropriação do discurso científico se dá no desenvolvimento da Curva Kuznets (“Environmental Kuznets Curve” – EKC), que busca vincular os níveis de degradação ambiental à progressão do produto nacional, formando uma parábola em formato de “U”. Análises baseadas neste modelo buscam demonstrar que o aumento da renda e produto nacional inicialmente provocam uma acentuação da degradação ambiental, decorrente da utilização inicial de recursos ainda ineficientes. Contudo, com o aumento da renda e a expansão de capacidade de investimento, progressivamente a economia se tornara mais eficiente e capaz de manter e ampliar os níveis de produção sem que isto resulte em danos ambientais mais severos.

Ao contrário dos gritos alarmistas de alguns grupos ambientais, não encontramos evidências de que o crescimento econômico cause danos inevitáveis ao habitat natural. Em vez disso, descobrimos que, embora os aumentos do PIB possam estar associados à piora das condições ambientais em países muito pobres, a qualidade do ar e da água parece se beneficiar do crescimento econômico depois que algum nível crítico de renda for alcançado.⁵⁰ (GROSSMAN, KRUEGER, 1995, p. 370, tradução nossa)

Neste modelo, a análise do perfil tecnológico da produção é fundamental, uma vez que a inovação tecnológica representa ao mesmo tempo o fator determinante para evolução do regime produtivo para uma perspectiva mais sustentável ecologicamente e para que o pico da degradação ambiental ocorra de forma menos drástica. Desta forma, o avanço científico e tecnológico, obtido com o crescimento do produto nacional em uma situação de livre mercado, supera os problemas sócio-ambientais

⁵⁰ “Contrary to the alarmist cries of some environmental groups, we find no evidence that economic growth does unavoidable harm to the natural habitat. Instead we find that while increases of GDP may be associated with worsening environmental conditions in very poor countries, air and water quality appear to benefit from economic growth once some critical level of income has been reached.”

evidenciados no curto prazo e conduzem a uma situação mais sustentável no longo prazo.

Como a superação dos problemas da pobreza se apresenta como um ponto de destaque na agenda do desenvolvimento desde a sua emergência no fim após a Segunda Guerra, também é bastante importante analisar a maneira com que os pobres são incluídos neste tipo de estratégia. Mink (1993) caracteriza a relação dos pobres com o meio ambiente como pernicioso. Dada a privação de recursos à qual as populações pobres se submetem, a capacidade produtiva das mesmas é organizada tendo em vista horizontes temporais mais curtos. A produção é pensada de forma a satisfazer necessidades de sua subsistência, não sendo viável investir seus recursos e esforço de forma a obter maior eficiência e produtividade no longo prazo. Sob esta perspectiva, as populações empobrecidas são ao mesmo tempo vítimas das condições ambientais a que são expostos, uma vez que muitas vezes são marginalizados em termos de posses e recursos, e agentes da degradação ambiental, uma vez que não possuem capacidade de destinar seus recursos a aprimoramentos cujos benefícios apenas seriam sensíveis em termos de produção no longo prazo.

Segundo Mink (1993), além de se mostrarem vulneráveis em função de sua exposição à água inadequada ao consumo humano e à uma poluição aérea, tanto em ambientes internos como externos:

Os muito pobres que estão lutando na beira dos níveis de subsistência de consumo estão preocupados com a sobrevivência no dia-a-dia. A capacidade de planejar com antecedência costuma ser restrita a um horizonte temporal criticamente curto, medido em dias ou semanas. (...) Os horizontes dos agricultores pobres são curtos, em parte, como resultado - em termos econômicos - de uma alta taxa de pura preferência no tempo. Isso reduz a capacidade de renunciar ao consumo hoje, usando economias previamente reservadas para fins de consumo posteriores.⁵¹ (MINK, 1993, p. 10 – tradução nossa)

Diante da condição de dependência frente à suas necessidades de subsistência, o autor considera as capacidades dos pobres na promoção de uma produção ecologicamente sustentável limitada. O autor, contudo, não assume uma perspectiva rigorosamente neoliberal em sua exposição. Apesar de ancorar seu

⁵¹ "The very poor who are struggling at the edge of subsistence levels of consumption are preoccupied with survival on a day-to-day basis. The ability to plan ahead is often restricted to a critically short time horizon, measured in days or weeks. (...) Poor farmers' horizons are short partly as a result of their having -- in economic terms -- a high rate of pure time preference. This lowers the ability to forego consumption today by using savings previously put aside for later consumption purposes."

argumento em uma perspectiva de que uma maior integração às estruturas de mercado seria o caminho adequado ao desenvolvimento, o autor afirma que como política econômica, os Estados deveriam ser capazes de promover uma política macroeconômica que fosse de promover a redução da pobreza, permitindo a ampliação dos horizontes econômicos dos pobres.

A essência dessas estratégias é fazer o melhor uso desse recurso que está mais disponível para os pobres - seu próprio trabalho. As políticas, portanto, não devem discriminar a agricultura, que é o principal setor intensivo em mão-de-obra, e devem fornecer forte apoio ao desenvolvimento da agricultura por meio do fornecimento de infraestrutura rural.⁵² (MINK, 1993, p.32 – tradução nossa)

Neste trecho podemos identificar o caráter institucionalista, na tipificação realizada por Clapp e Dauvergne (2005), da proposta desenvolvida por Mink (1993). O destaque do papel governamental na definição de uma política macroeconômica e de investimentos favorável ao empoderamento de pequenos agricultores, representantes de um arranjo produtivo intensivo em trabalho, poderia contrastar com posicionamentos característicos de uma ortodoxia neoliberal, no qual propiciar uma estrutura de mercado mais livre, contando com uma maior isenção do Estado. Nestas condições o desenvolvimento de uma agricultura intensiva em capitais poderia ser mais provável, tornando alheio ou irrelevante o custo social que representa o pequeno agricultor.

Novamente, é interessante destacar que à despeito da orientação concedida à valorização da produtividade de uma agricultura intensiva em trabalho, Mink (1993) destaca que no planejamento público a respeito do desenvolvimento agrícola deve ser atento aos custos deste tipo de política pública, devendo ser avaliado se incorporar um modelo agrícola mais intensivo em capitais e promover um arcabouço de políticas públicas que visem incorporar os pobres em segmentos econômicos urbanos (ou simplesmente não-agrícolas). Sob perspectiva do autor, o quadro institucional, formado pelas estruturas governamentais, devem ser a priori responsáveis por promover uma integração bem sucedida das sociedades nas estruturas do capitalismo global.

⁵² "The essence of these strategies is to make the best use of that resource which is most available to the poor -- their own labor. Policies should therefore not discriminate against agriculture, which is the principal labor intensive sector, and should provide strong support for agriculture development through the provision of rural infrastructure."

As considerações realizadas a respeito das ideologias liberais, a despeito de suas eventuais divergências, portanto, centralizam-se em um único ponto: existe uma racionalidade inerente às estruturas de mercado que permite uma alocação mais eficiente de recurso. Sendo assim, consolidar uma estrutura institucional moderna que permita com que esta racionalidade opere é uma condição à promoção do desenvolvimento e à superação da pobreza. Sob esta perspectiva, o devido funcionamento do mercado, que permitiria a produtividade e a efetivação de trocas entre agentes privados de maneira eficiente, dependeria de uma reformatação do Estado (orientando, diante de um liberalismo econômico mais ortodoxo, sua retirada da regulação da atividade econômica). A definição deste novo formato de estado deve ser afirmada e difundida em uma ordem institucional global.

Para analisar a maneira com que este processo se realiza, analisaremos a proposta de reforma agrária desenvolvida pelo Banco Mundial, a partir da década de 1990, cujas principais diretrizes estão contidas no relatório “Land Policies for Growth And Poverty Reduction” (2003). Neste documento, elaborado sob a perspectiva de compilar resultados de estudos desenvolvidos em torno da temática das políticas fundiárias e reunir resultados de experiências com políticas públicas na área, podendo assim formular orientações que poderiam auxiliar decisores dentro das esferas governamentais, dois tópicos são tratados com especial atenção: a necessidade de desenvolvimento de regimes de propriedade estáveis e seguros e a capacidade do Estado em sustentá-los.

Historicamente, uma das razões pelas quais os direitos de propriedade evoluíram foi a resposta ao aumento dos retornos do investimento no uso mais intensivo da terra, resultante do crescimento populacional ou das oportunidades decorrentes de uma maior integração ao mercado e avanços técnicos. No curso do desenvolvimento em praticamente todos os lugares, a necessidade de sustentar populações maiores ou de fazer uso de oportunidades econômicas associadas ao comércio exigirá investimentos em terras que os cultivadores terão maior probabilidade de fazer se os direitos à terra forem seguros. Inovações institucionais apropriadas para fornecer tais direitos podem levar a um ciclo virtuoso de aumento da população e sucessivamente maiores investimentos em terra, crescimento econômico e aumento do bem-estar.⁵³ (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 17- 18 – tradução nossa)

⁵³ “Historically, one reason property rights evolved was to respond to increased payoffs from investment in more intensive use of land resulting from population growth or opportunities arising from greater market integration and technical advances. In the course of development virtually everywhere, the need to sustain larger populations or to make use of economic opportunities associated with trade will require investments in land that cultivators will be more likely to make if land rights are secure. Appropriate institutional innovations to provide such rights can lead to a virtuous cycle of increasing population and successively greater investment in land, economic growth, and increased welfare.”

É interessante perceber que, desde a concepção histórica desenvolvida no relatório, busca-se transmitir ênfase na correlação entre a formalização da propriedade fundiária e o progresso da economia agrária. O trecho destacado indica, inclusive, que o desenvolvimento produtivo e a possibilidade de continuidade do mesmo constituem elementos fundantes do desenvolvimento da propriedade privada fundiária. Apesar de iniciar a sentença com uma expressão que assume suposta precisão histórica, o curso de evolução dos regimes de propriedade privada indicado parece ser derivado de uma abstrata racionalidade econômica ao avaliar as instituições necessárias para garantir maior segurança ao investimento destinado à produtividade da terra. O próprio relatório assume que este determinismo econômico não pode ser tomado de forma absoluta sendo este curso ideal muitas vezes perturbado por arranjos sociais diferenciados presentes nas realidades concretas e locais (BANCO MUNDIAL, 2003).

Com vias a exemplificar a maneira com que a evolução da propriedade privada ocorreu concretamente e expor suas contradições o relatório considera que:

(...) na África, a grande maioria da área terrestre é operada sob acordos consuetudinários de posse que, até muito recentemente, nem eram reconhecidos pelo Estado e, portanto, permaneciam fora do âmbito da lei. Na Europa Oriental, as estruturas de produção coletiva falharam em contribuir para o crescimento rural. Na América Latina e parte da Ásia, a posse de terras e o acesso a ativos altamente desiguais tornaram difícil estabelecer padrões inclusivos de crescimento⁵⁴ (BANCO MUNDIAL, 2003, p.18-19 – tradução nossa).

Com os trechos destacados, é possível verificar que o desenvolvimento efetivo dos regimes de propriedade da terra ao redor do mundo apresentou problemas vinculados às estruturas de legitimação da posse, à produtividade da terra e à distribuição de assentamentos representaram cursos de desenvolvimento de regimes de propriedade ao redor do globo. Distante da progressão linear da evolução do direito de propriedade destacada no início do documento, a experiência efetiva mostra que os arranjos sociais, culturais e econômicos provocam uma institucionalização da

⁵⁴ "(...) in Africa, the vast majority of the land area is operated under customary tenure arrangements that, until very recently, were not even recognized by the state and therefore remained outside the realm of the law. In Eastern Europe, collective production structures have failed to contribute to rural growth. In Latin America and part' of Asia, highly unequal land ownership and access to assets have made it difficult to establish inclusive patterns of growth."

propriedade e da utilização da terra de maneiras bastante diversas. Esta diversidade é problematizada pelo relatório, que aponta que, a ausência de uma institucionalização devida da propriedade privada, pode levar a consequências nefastas do crescimento econômico, provocando, por exemplo, a perpetuação das inequidades e a crescente subalternização de grupos sociais (BANCO MUNDIAL, 2003).

Neste sentido, percebe-se a institucionalização dos regimes de propriedade privada como condição para que a melhor operação dos regimes de acumulação capitalista. A segurança da posse da terra, através da formalização da propriedade da mesma, seria capaz de promover uma série de capacidades do proprietário. Conforme apresentado no relatório:

(...) os direitos de propriedade seguros aumentarão os incentivos das famílias e dos indivíduos para investir, e muitas vezes também lhes proporcionarão melhor acesso ao crédito, algo que não apenas os ajudará a fazer esses investimentos, mas também fornecerá um substituto para o seguro para eventuais choques. (...) A posse segura da terra também facilita a transferência de terras a baixo custo por meio de aluguel e vendas, melhorando a alocação de terras e, ao mesmo tempo, apoiando o desenvolvimento dos mercados financeiros. Sem direitos seguros, os proprietários de terras estão menos dispostos a alugar suas terras, o que pode impedir sua capacidade e vontade de se envolver em empregos não agrícolas ou migração rural-urbana.⁵⁵. (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 19 – tradução nossa)

O vínculo entre a segurança da posse e a viabilização dos investimentos na terra e a comercialização da mesma mostra-se no relatório como elemento fundamental ao combate à pobreza e promoção da inclusão social. Para além dos benefícios econômicos aos proprietários da terra, são destacadas facilidades no controle fiscal exercido pelos governos, por meio da organização mais eficiente da arrecadação tributária, até mesmo vantagens voltadas ao desenvolvimento democrático das sociedades. Em situações em que a formalização e identificação dos donos das terras, percebe-se que o domínio das elites locais e setores privilegiados na estrutura social vigente se manifesta na posse das terras. Sendo assim, o

⁵⁵ "(...) secure property rights will increase the incentives of households and individuals to invest, and often will also provide them with better credit access, something that will not only help them make such investments, but will also provide an insurance substitute in the event of shocks. (...) Secure land tenure also facilitates the transfer of land at low cost through rentals and sales, improving the allocation of land while at the same time supporting the development of financial markets. Without secure rights, landowners are less willing to rent out their land, which may impede their ability and willingness to engage in nonagricultural employment or rural-urban migration."

reconhecimento formal da propriedade da terra mostra-se como recurso de empoderamento político. Esta situação é especialmente evidente na aplicação de políticas que vinculam a propriedade fundiária às mulheres (BANCO MUNDIAL, 2003).

O Banco Mundial atribui ao idealmente ao Estado a função de regulação do Direito Fundiário, podendo formalizar normas a respeito da duração do direito à propriedade, normas para que a transferência seja em forma de venda ou aluguel, etc. É importante destacar que a ênfase na necessidade deste tipo de regulação, nas orientações do Banco Mundial, permanece relacionado à supostos benefícios econômicos, seja na ampliação do nível de investimento ou na maior facilidade na realização de transações entre privados. (BANCO MUNDIAL, 2003)

Transações descentralizadas baseadas em um Direito Fundiário sólido, provavelmente serão mais propícias à eficiência e à equidade, oferecendo menos espaço para corrupção e outros efeitos colaterais indesejáveis que a intervenção administrativa estatal, especialmente quando o número de trocas aumenta e as disposições contratuais se tornam mais complexas. Ao mesmo tempo, os governos têm um papel claro a desempenhar em vários aspectos. Os governos precisam ajudar a estabelecer as estruturas legais e institucionais nas quais os mercados fundiários podem funcionar e criar um ambiente político que recompense transações que aumentarão a produtividade e o bem-estar, e não o contrário.⁵⁶ (BANCO MUNDIAL, 2003, p.38 – tradução nossa).

São destacados como motivos para atribuição desta função ao Estado o fato de que exercer este tipo de regulação pode ser financeiramente oneroso, afastando agentes privados deste envolvimento, além do fato que este ente apresentaria a capacidade para executar as determinações incluídas neste tipo de legislação. Motivo mais controverso neste, mas que ainda assim é apresentado, seria a suposta legitimidade da qual goza a instituição estatal, facilitando que as normas sejam devidamente cumpridas (BANCO MUNDIAL,2003).

Neste ponto são reconhecidas pelo banco divergências entre a produção da legalidade, que de fato é monopólio do Estado nos contextos nacionais, e a legitimidade que muitas vezes pode ser disputada na realidade política nacional, podendo ser verificadas disputas do Estado e outras instituições ou lideranças.

⁵⁶ Decentralized transactions based on secure land rights are likely to be more conducive to efficiency and equity while offering less scope for corruption and other undesirable side effects than administrative intervention, especially as the number of exchanges increases and the contractual arrangements become more complex. At the same time, governments have a clear role to play in a number of respects. Governments need to help establish the legal and institutional frameworks within which land markets can function and create a policy environment that rewards transactions that will increase productivity and welfare rather than the opposite.

A falta de apoio legal às instituições da administração da terra que gozam de legitimidade social pode prejudicar sua capacidade de recorrer a algo além de mecanismos informais de execução. Por outro lado, instituições que são legais, mas não gozam de reconhecimento social, podem fazer pouca diferença na vida das pessoas comuns e, portanto, muitas vezes provaram ser altamente ineficazes. Reunir legalidade e legitimidade é um grande desafio para políticas que não podem ser resolvidas em abstrato.⁵⁷ (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 23 – tradução nossa)

Para além destas questões, o relatório do Banco Mundial (2003) ainda determina que também cabe ao Estado, dentro de suas capacidades, determinar os usos socialmente desejados da terra (BANCO MUNDIAL, 2003). De certa forma este tipo de afirmação consegue definir uma margem de manobra por parte dos Estados Nacionais em determinar políticas públicas mais condizentes com o enfrentamento de problemas sociais e conjunturas específicas locais. Ainda assim, a ênfase nas capacidades dos mecanismos de mercado para superação das dificuldades e superação de problemas sociais difundida pelo liberalismo econômico pode ocasionar um desenvolvimento de legislação que reforcem a percepção de que a resolução de questões fundiárias deve ocorrer por mecanismos negociais entre agentes privados, facilitando a dinamização do mercado fundiário.

A regulação dos regimes de propriedade fundiária como forma de permitir um melhor funcionamento do mercado claramente assume a tônica da publicação do Banco Mundial. Ainda assim, é necessário reconhecer que em relação ao relatório anterior do Banco Mundial a respeito do tópico o “Land Reform Policy Paper” de 1975, há um maior foco nas estruturas de governança local para obtenção de políticas fundiárias adequadas. Além disso, a atenção concedida no relatório de 2003 à especificidade da situação das mulheres e minorias étnicas faz com que sejam propostas políticas fundiárias atentas às estruturas de dominação patriarcal e étnicas, ainda que seja mantido o caráter liberal e mercantil das orientações.

Abordagens liberais como as de Rodrik (2002) e Gomes e Lawson (2005) demonstram posições abertamente favoráveis a instituições como a propriedade privada e à progressiva integração das economias nacionais a uma lógica de mercado.

⁵⁷ ‘Failure to give legal backing to land administration institutions that enjoy social legitimacy can undermine their ability to draw on anything more than informal mechanisms for enforcement. By contrast, institutions that are legal but do not enjoy social recognition may make little difference to the lives of ordinary people, and have therefore often proven to be highly ineffective. Bringing legality and legitimacy together is a major challenge for policy that cannot be solved in the abstract.’

Ainda assim, ambas destacam a necessidade de melhor avaliação dos contextos nacionais e conjunturas locais para a elaboração e uma política de desenvolvimento mais efetiva. Ou seja, mesmo para autores pró-mercado já são reconhecidas extensas dificuldades na proposição de estratégias universais para o combate à pobreza.

Na próxima seção, buscaremos apresentar a maneira com que Via Campesina aborda temática do desenvolvimento agrário, com ênfase em sua proposta de Reforma Agrária Integral. Diferentemente das abordagens ancoradas em uma confiança nos mecanismos de mercado para que seja realizado um desenvolvimento agrícola mais eficiente, a proposta dos movimentos campestinos encontra seu objetivo em uma proposta produtiva alternativa, cujo valor fundamental não se dá na crescente ampliação produtiva.

4.2 Semeando alternativas – a Via Campesina e a reforma agrária integral

As considerações apresentadas a respeito das atribuições concedidas aos mecanismos de mercado na regulação da vida social e na orientação do desenvolvimento agrário apresentam-se como universais, no discurso liberal. O enquadramento de uma série de valores, atividades e relações sociais em uma lógica mercantil, determinando sua viabilidade em função de relações de preço, é apresentado e difundido como forma de desenvolver maior eficiência e racionalidade em todas as esferas da vida social.

Dessa forma, a regulação e distribuição fundiária deve ser elaborada por meio da formalização de títulos de propriedade privada que facilitem as transações mercantis e garantam maior segurança ao desenvolvimento. A produtividade no campo deve ser obtida através da crescente abertura comercial, que tornaram mais acessíveis insumos e tecnologias mais modernas e eficientes e a sustentabilidade dos empreendimentos agrícolas será obtida justamente como consequência da facilidade de acesso a estas novas tecnologias, que mais eficientes, possibilitarão um ganhos de produtividade sem prejuízo aos recursos naturais utilizados. Percebe-se nestas formulações a ideia de benefício generalizado pela crescente liberalização e modernização econômica.

Os efeitos práticos do desenvolvimento desta ordem político-econômica, contudo, mostram-se mais benéfica a setores ligados ao capital, e esta realidade é especialmente sensível no campo. A segurança e facilidade de transação da

propriedade fundiária prometida pelo desenvolvimento de arranjos de propriedade privada, que prometia uma democratização do acesso à terra e o empoderamento dos trabalhadores rurais, se defronta com uma realidade de crescente e nefasta concentração da propriedade fundiária.

Segundo relatório desenvolvido pela GRAIN (2014), baseado em dados disponibilizados em bases de dados da FAO, a existência objetiva de pequenos agricultores ainda é evidente, assim como sua marginalização no acesso à terra. Verifica-se no relatório que em um panorama global, os números de assentamentos caracterizados como pequena propriedade representam 92,3% do total de fazendas. Mesmo excluindo os dados da China e da Índia, que representariam nas estatísticas apresentadas metade das pequenas propriedades no mundo, as pequenas propriedades ainda se mostram como 85% das propriedades no mundo.

Dados como este a princípio poderiam demonstrar que a crescente institucionalização dos direitos de propriedade tem facilitado o reconhecimento e inserção produtiva dos pequenos agricultores através do acesso e segurança da propriedade da terra. Contudo, a efetiva desigualdade se constata quando avaliamos a extensão das terras que seriam efetivamente ocupadas por pequenas propriedades. No mesmo relatório, se verifica que da extensão total dos assentamentos agrícolas no mundo, apenas 24,7% são ocupados por pequenas propriedades. Realizando a mesma ressalva posta nas estatísticas sobre o número total de assentamentos, excluídos os dados referentes à China e à Índia, a extensão dos territórios ocupados pelas pequenas propriedades se restringe a menos de 20% das terras agrícolas (GRAIN, 2014).

Pode-se depreender deste tipo de análise, que distante de uma democratização do acesso à terra, a crescente mercantilização do uso da terra tem confinado pequenos agricultores em muitos casos a propriedades cada vez mais reduzidas.

O que vemos acontecendo em muitos países agora é uma espécie de reforma agrária reversa, seja através da apropriação corporativa de terras na África, o recente golpe de estado do agronegócio no Paraguai, a expansão maciça das plantações de soja na América Latina, a abertura da Birmânia a investidores estrangeiros ou a extensão da União Européia e seu modelo agrícola para o leste. Em todos esses processos, o controle sobre a terra está sendo usurpado por pequenos produtores e suas famílias, com elites e poderes corporativos empurrando as pessoas para propriedades cada vez

menores, ou fora da terra inteiramente para acampamentos ou cidades.⁵⁸
(GRAIN, 2014, p.4 – tradução nossa)

A complexidade da situação torna-se mais severa se associada à constatações como as expressas em Shiva (2016), onde é colocada em questão a função social exercida pelas propriedades agrícolas.

O pequeno faz-se grande quando se trata de comida. Apesar de todos os subsídios serem destinados a grandes fazendas, e apesar de todas as políticas governamentais que promovem a agricultura industrial, hoje 70% da comida do mundo vem de pequenas fazendas, de acordo com a Organização de Agricultura e Alimentação da ONU (FAO) (...) O que cresce nas grandes fazendas não é comida, é mercadoria. Por exemplo, apenas 10% do milho e soja que dominam a agricultura mundial são consumidos. Noventa por cento vai para dirigir carros como biocombustível ou alimentar animais sendo torturados em fazendas industriais.⁵⁹ (SHIVA, 2016, p. 60)

O entendimento de Shiva (2016) a respeito da produção de alimentos é bastante relevante neste momento. Existe em seu posicionamento uma crítica explícita ao tratamento dos cultivos alimentares como mercadoria comum e, a partir deste tipo de posicionamento se propõem uma alternativa de desenvolvimento que busca desvincular esta atividade dos paradigmas de crescimento difundidos nas instituições de governança econômica neoliberais.

A autora apresenta como “Mito da Abundância” (Myth of More) a percepção de que a promoção de uma agricultura moderna, dependente de aumento do nível de investimento, destinado a tecnologias modernas, intensivas em capital, gerará ganhos de produtividade que serão traduzidos em benefícios sociais. Os conhecimentos tradicionais nas práticas agrícolas e o próprio trabalho camponês são considerados, neste tipo de leitura, como entraves ao desenvolvimento por não se enquadrarem na perspectiva de produtividade determinada pelo mercado.

⁵⁸ “What we see happening in many countries right now is a kind of reverse agrarian reform, whether it's through corporate land grabbing in Africa, the recent agribusiness-driven coup d'état in Paraguay, the massive expansion of soybean plantations in Latin America, the opening up of Burma to foreign investors, or the extension of the European Union and its agricultural model eastward. In all of these processes, control over land is being usurped from small producers and their families, with elites and corporate powers pushing people onto smaller and smaller land holdings, or off the land entirely into camps or cities.”

⁵⁹ “Small is big when it comes to food. In spite of all subsidies going to large farms, and in spite of all governmental policies that promote industrial agriculture, today 70 percent of the world's food comes from small farms, according to the UN Food and Agriculture Organization (FAO) (...) What is growing on large farms is not food; it is commodities. For example, only 10 percent of corn and soy taking over world agriculture is eaten. Ninety per cent goes to drive cars as biofuel, or to feed animals being tortured in factory farms.”

Em documento produzido pelo ETC Group⁶⁰ é afirmado que o fascínio pelos ganhos de produtividade obtidos pelo progresso científico e as oportunidades de mercado trazidas pela liberalização da agricultura em nível internacional conduziram a um crescente envolvimento de conglomerados internacionais neste ramo da atividade econômica (ETC Group 2008). Seguindo a análise operada neste documento, este interesse por parte do capital transnacional também vem se traduzindo sob a forma de crescente concentração na cadeia de produção alimentar. Dados fornecidos neste relatório indicam que em segmentos como o desenvolvimento de sementes, os 10 maiores conglomerados internacionais compartilham 67% do mercado, porcentagem semelhante é percebida no setor de desenvolvimento de biotecnologia. A situação é ainda mais dramática ao tratar-se do desenvolvimento de agroquímicos, onde as dez maiores corporações dominam 89% do mercado.

As empresas transnacionais tornaram-se cada vez mais dominantes no sistema alimentar e agrícola. Eles são ativos em todas as partes da cadeia alimentar, desde sementes até consumidores. Em arranjos interligados, eles pesquisam, testam e vendem novas sementes, registram nossas patentes em novas variedades de culturas e vendem fertilizantes e pesticidas para os agricultores. Eles vendem serviços, que podem incluir conselhos sobre variedades de culturas híbridas e práticas de manejo. Eles processam uma vasta variedade de alimentos e dominam o comércio dos principais insumos agrícolas. E eles buscam estender seu controle da cadeia alimentar através da engenharia genética.⁶¹ (MADELEY, 2008, p.28 – tradução nossa)

A integração destes conglomerados na produção agrícola e sua concentração no mercado apresentam efeitos bastante sensíveis sob a autonomia do trabalhador agrícola, submetido a condições cada vez mais precárias de exercer sua atividade valendo-se de práticas tradicionais. Como podemos perceber na análise dos ativistas, a redução da autonomia e capacidade produtiva do pequeno, decorrente da crescente liberalização do mercado e a intensificação da produção agrícola, deveria ser

⁶⁰ O ETC Group é uma rede de ativismo envolvida com questões relativas aos impactos socioeconômicos e ecológicos do desenvolvimento agrícola capital intensiva e da crescente participação de conglomerados transnacionais na produção agrícola. A organização trabalha com grande proximidade de organizações da sociedade civil, como a Via Campesina.

⁶¹ TNCs have become increasingly dominant in the food and agricultural system. They are active in every part of the food chain, from seeds to consumers. In interlocking arrangements, they research, test and sell new seeds, take our patents on new crop varieties, and sell farmers fertilizers and pesticides to go with the seeds. They sell services, which might include advice on hybrid crop varieties and management practices. They process a vast variety of foods, and dominate trade in key agricultural inputs. And they seek to extend their control of the food chain through genetic engineering.

balanceada pela maior facilidade e menor preço dos alimentos produzidos, além dos efeitos ecológicos positivos dos novos insumos mais tecnológicos e eficientes. A fragilização da agricultura tradicional pela crescente integração da atividade agrícola aos mecanismos de mercado deveria gerar uma realocação do trabalhador agrícola na estrutura econômica, que deveria dedicar seu esforço e investimento a outras atividades em que seu esforço se demonstrasse mais produtivo.

O tratamento do trabalho agrícola como simples insumo, que deve ser reintegrado na economia de forma a obter soluções mais produtivas, não leva em consideração que a relação que os camponeses estabelecem com o seu trabalho e ambiente. A economia neoclássica, alinhada com as perspectivas neoliberais, não consegue trabalhar devidamente os vínculos sociais, culturais e afetivos que a agricultura tradicional estabelece entre o trabalhador, a terra e a sua produção (SHIVA, 2016, 2010; GRAIN 2013) As perspectivas estas relações possuem difícil precificação.

A percepção da integração da economia agrícola às estruturas de mercado sem restrições é analisada pela Via Campesina como uma apropriação de aspectos da vida social que, a princípio, constituiriam bem público, e as consequências deste processo estariam mais associadas a uma intensificação de problemas sociais que o desenvolvimento teria proposto aliviar. Em cartilha do movimento destaca-se que:

Cada vez mais, o controle de bens comuns, essenciais para a vida das pessoas e da natureza, concentra-se nas mãos de alguns atores privados que têm fácil acesso ao capital, com efeitos desastrosos sobre as pessoas e seus direitos. (...) Crises alimentares, climáticas, ambientais, econômicas e democráticas que mostram que toda a humanidade está enfrentando mostram que uma transformação no atual modelo agrícola e alimentar é vital.⁶² (VIA CAMPESINA, 2017, p. 4 - tradução nossa)

A organização da vida social através das relações entre atores privados, orientada por mecanismos de mercado, portanto, apesar de ser apresentada na ideologia neoliberal como racional e em certa medida natural, sendo distorcida justamente por intervenções indevidas, seria interpretada pela Via Campesina como a promoção de um modelo que acentua as desigualdades e dificuldades sociais ao

⁶² "To an increasing extent, the control of common, goods, which are essential to the lives of people and nature, are concentrated in the hands of a few private actors who have easy access to capital, with disastrous effects on the people and their rights. (...) Food, climate, environmental, economic and democratic crises that show that all the humanity is facing show that a transformation in current agricultural and food model is vital."

invés de minimizá-las. Neste tipo de percepção, compartilhada por autores e organizações anteriormente citados, a organização econômica neoliberal, à despeito das reivindicações a respeito da impessoalidade e eficiência do mercado apresentadas pelos seus defensores, atenderia a interesses de classes e forças sociais dominantes. A inequidade na distribuição fundiária e a crescente dominação econômica de conglomerados transnacionais sobre toda a cadeia de produção agrícola são evidências desta questão.

Crítica às doutrinas de desenvolvimento vigente, a Via Campesina busca caracterizar a crescente integração dos sistemas de produção de alimentos no capitalismo global como incongruente com os interesses dos pequenos agricultores. Em oposição a estes modelos de desenvolvimento, que tendem a homogeneizar a realidade do campo e propor soluções universalizantes,

As ações da Via Campesina como movimento transnacional tornaram possível, por meio de trocas de experiências entre organizações e movimentos sociais, fortalecer as lutas, analisar essas políticas [neoliberais] e seus mecanismos mais profundamente e desenvolver visões e propostas coletivas. (...) O intercâmbio contínuo de experiências e diálogos entre nossos conhecimentos (chamado *diálogo de saberes*) levou a uma análise mais profunda e a uma visão mais ampla de nossas propostas de reforma agrária. Tanto o 'objeto' das reformas agrárias quanto 'quem' precisa trazê-las mudaram.⁶³ (VIA CAMPESINA, 2017, p. 4-5 - tradução nossa).

É importante destacar aqui que para além de buscar alternativas à proposta de regulação fundiária por mecanismos de mercado difundida pelo Banco Mundial, a proposta de Reforma Agrária articulada pelo movimento não busca retomar os modelos adotados ao longo do século XX, tanto dentro do bloco capitalista como pelo socialista. O movimento vale-se de uma percepção histórica que reconhece as alterações nos papéis e formatos assumidos pelo Estado ao longo do processo de reformas neoliberais (especialmente nos Estados em desenvolvimento). Diante desta percepção, a articulação, ao mesmo tempo, não reconhece o interesse do Estado na reforma agrária como política pública adequada ao aumento da produtividade da economia nacional e questiona a autonomia que o mesmo possui em adotar políticas de desenvolvimento agrário favoráveis, enquanto busca se alinhar com uma ordem

⁶³ "La Via Campesina's actions as a transnational movement, have made it possible, through exchanges of experiences between organizations and social movements to strengthen struggles, to analyze these policies and their mechanisms more deeply and to develop collective visions and proposals. (...) Continued Exchange of experiences and dialogues among our knowledges (called *diálogo de saberes*) have led to a more profound analysis and a broader vision of our proposals for agrarian reform. Both to 'object' of agrarian reforms, and 'who' needs to bring them about have changed"

econômica que impõe a diminuição de sua participação na gestão da atividade econômica (VIA CAMPESINA, 2017).

Até o ano 2000, havia um amplo consenso de que os governos eleitos democraticamente deveriam ser os principais atores na execução das reformas. No entanto, os processos atuais, que levaram a grandes desequilíbrios de poder, demonstram cada vez mais que apenas um poderoso movimento popular, rural e urbano, pode garantir que esse processo seja realizado.⁶⁴ (VIA CAMPESINA, 2017, p.5 – tradução nossa).

Neste sentido, existe um duplo caráter na alternativa da Via Campesina a respeito da reforma agrária. De um lado, frente à realidade das estruturas de governança econômica existentes de caráter neoliberal, altera-se a centralidade dos Estados e burocracias nacionais no processo de reivindicação pública pela reforma agrária. Embora o papel governamental na implementação deste tipo de política ainda seja relevante, a reivindicação deste tipo de reforma, em função da influência que as instituições supranacionais possuem na orientação da política econômica dos Estados, deve ser realizada em nível global (CLAYES, 2015; DESMARAIS, 2007; LA VIA CAMPESINA, 2017).

Também se nota que o conteúdo da reforma também se altera de forma radical. Ao longo do Século XX, os modelos de reforma agrária promovidos pelos Estados visavam a obtenção de ganhos de produtividade pela constatação da ineficiência da produção agrícola latifundiária. Se a concepção de desenvolvimento aplicada no Pós-Segunda Guerra, fundada na participação ativa do Estado na modernização econômica, levou à promoção de políticas fundiárias distributivas, visando a obtenção de maior eficiência produtiva, no capitalismo global a intervenção não se orienta neste sentido.

No capitalismo neoliberal, com a minimização do papel do Estado na promoção do desenvolvimento, se reconhece a dificuldade, ou mesmo impossibilidade, que este possui na promoção de políticas públicas alinhadas com o interesse ou subjetividade dos pequenos e médios agricultores. Os movimentos sociais encaram este tipo de limitação, imposta pelos novos formatos que o Estado assume no neoliberalismo, como um processo de des-democratização, uma vez que mesmo governos eleitos

⁶⁴ Until the year 2000 there was a wide consensus that democratically elected governments should be the prime actors carrying out the reforms. Nevertheless, the current processes, that have led to major power imbalances, increasingly demonstrate that only a powerful popular movement, that is both rural and urban, can assure that such process is carried out

podem não ter capacidade de representar os interesses das forças sociais (VIA CAMPESINA, 2017).

A proposta desenvolvida no âmbito da Via Campesina busca se fundar em uma subjetividade e em interesses próprios dos pequenos agricultores, que em larga medida se mostra oposta à integração da produção de alimentos aos circuitos de acumulação global.

(...) a reforma agrária integral ou genuína se baseia na defesa e na reconstrução do território como um todo, no âmbito da Soberania Alimentar. A ampliação do objeto da reforma agrária, de terra para território, também amplia o conceito da própria reforma agrária. Portanto, a proposta contemporânea de reforma agrária integral não apenas garante a democratização da terra, mas também leva em consideração diversos aspectos que permitem que as famílias tenham uma vida decente.⁶⁵ (VIA CAMPESINA, 2017, p. 5 – tradução nossa)

O conceito de Soberania Alimentar, neste sentido, é fundamental para o desenvolvimento de uma subjetividade própria ao movimento camponês. Conforme apontado por Clayes (2015) e Edelman (2014), embora a genealogia do termo trace as primeiras utilizações da terminologia em contextos nacionais ao longo dos anos 1980 na América Central, seu conteúdo desde este início estava vinculado à resposta camponesa à imposição dos Programas de Ajuste Estrutural, que alteravam radicalmente as capacidades estatais de apoio aos regimes agrícolas locais, empoderando redes e conglomerados transnacionais na produção agrícola local. Neste sentido, ainda que seja possível que em experiências nacionais a terminologia possa ter sido utilizada com significados diferentes, suas origens na transnacionalização do capitalismo global e sua penetração nos regimes agrícolas é mais clara.

A utilização deste conceito de forma mais institucionalizada pela Via Campesina passou a ocorrer a partir do ano de 1996, através da Declaração formalizada pelo Fórum de ONGs em resposta ao encontro da Cúpula Mundial da Alimentação em 1996. Neste documento a noção de Soberania Alimentar é associada à necessidade de proteção internacional ao direito de alimentação demandando que

⁶⁵ (...) the integral or genuine agrarian reform is based on the defense and the reconstruction of territory as a whole, within the framework of Food Sovereignty. The broadening of the object of agrarian reform, from land to territory also broadens the concept of the agrarian reform itself. Therefore the contemporary proposal for integral agrarian reform does not only guarantee the democratisation of land, but also takes into consideration diverse aspects that allow families to have a decent life.

o direito à alimentação deve ser assegurado, tomando procedência à agenda de liberalização macroeconômica que não conseguiria contemplar as dimensões cultural e social do direito à alimentação (IATP, 1996).

Conforme apresentado por Edelman (2014), nos contextos de emergência do conceito de Soberania Alimentar na década de 1980, sua aplicação em muitas vezes se mostrava coincidente com a perspectiva de segurança alimentar. Neste contexto, o temor se fundava no fato de que a abertura comercial e participação de conglomerados empresariais na agricultura da América Central poderia gerar marginalização e exclusão dos produtores locais de alimentos, podendo prejudicar o acesso da população à alimentação.

A divergência desenvolvida na apropriação do conceito de Soberania Alimentar pela Via Campesina se situa no mais explícito reconhecimento do aspecto sociocultural da produção de alimentos. Conforme publicação do próprio movimento:

A Soberania Alimentar se oferece como um processo de construção de movimentos sociais e capacitação dos povos para organizar suas sociedades de maneira a transcender a visão neoliberal de um mundo de mercadorias, mercados e atores econômicos egoístas. (...) A soberania alimentar é um processo que se adapta às pessoas e lugares onde é praticado. Soberania alimentar significa solidariedade, não competição, e construir um mundo mais justo de baixo para cima.⁶⁶ (VIA CAMPESINA, 2018, p. 6 – tradução nossa).

Sob esta perspectiva, percebe-se que a noção de justiça proposta pela Via Campesina não busca fundamento na necessidade de auxílio para que pequenos agricultores possam se tornar mais competitivos e contestar economicamente os grandes grupos do agronegócio. O movimento, na verdade, busca afirmar a produção de alimentos como elemento essencial à concretização do direito à alimentação, deslegitimando o mercado como princípio regulador deste tipo de produção, uma vez que estas não tem se mostrado efetivas para garantir a provisão de alimentos de forma condizente às necessidades físicas, sociais e culturais de cada povo.

O comentário da ativista canadense Nettie Weibe (2017) é especialmente esclarecedor ao situar o Conceito de Soberania Alimentar como um conceito que amplia os sentidos das noções de segurança alimentar na medida em que percebe a

⁶⁶ "Food Sovereignty offers itself as a process of building social movements and empowering peoples to organize their societies in ways that transcend the neoliberal vision of a world of commodities, markets and selfish economic actors. (...) Food Sovereignty is a process that adapts to the people and places where it is put in practice. Food Sovereignty means solidarity, not competition, and building a fairer world from the bottom up."

liberalização econômica como destrutiva em relação a “(...) comunidades, meio ambientes, culturas, modos de vida e mercados locais”⁶⁷ (WEIBE, 2017, p. 6 - tradução nossa)

O termo convencional de "segurança alimentar" era inadequado. Isso [Soberania Alimentar] significava mais do que produzir mais alimentos ou distribuí-los com mais eficiência. Estávamos lidando com questões fundamentais de poder e democracia: quem controla recursos para a produção de alimentos, como terra, água, sementes e genética, e para quais fins? Quem decide o que é cultivado, como e onde é cultivado e para quem? Precisávamos ter uma linguagem que expressasse as dimensões políticas de nossa luta. Soberania alimentar é esse termo. Provoca o discurso necessário sobre poder, liberdade, democracia, igualdade, justiça, sustentabilidade e cultura. O alimento é retirado do domínio de ser principalmente uma mercadoria e reinserido nos contextos social, ecológico, cultural e local como fonte de nutrição, meios de subsistência, significado e relacionamentos.⁶⁸ (WEIBE, 2017, p.6 – tradução nossa).

A noção de segurança alimentar desenvolvida na Cúpula Mundial da Alimentação de 1996 se baseava em quatro pilares fundamentais: a disponibilidade do alimento, a capacidade de acesso ao mesmo por parte dos consumidores, o manejo e utilização da comida e a estabilidade no fornecimento do mesmo.

A dimensão da disponibilidade de alimentos se referiria a princípio à “quantidade de alimentos presente em um país ou localidade levando em consideração todas as formas de produção doméstica, importação, estoques e auxílio alimentar”⁶⁹ (WFP apud NAPOLI, 2011, p.19, tradução nossa). Neste nível, o que está em questão é a existência de alimentos em nível macro, ou seja, a capacidade de um Estado, Região ou Comunidade em produzir ou obter alimentos. Na dimensão do acesso, por sua vez, são avaliadas realidades individuais, ou seja, a capacidade de obtenção de alimentos pelos indivíduos ou famílias frente às circunstâncias objetivas de sua realidade. Embora, conforme destacado por Napoli (2011), nesta dimensão possam ser avaliadas restrições socioculturais que ocasionem impedimentos à

⁶⁷ “communities, environments, cultures, livelihoods and local markets”

⁶⁸ The conventional term of “food security” was inadequate. This was about more than producing more food or distributing it more efficiently. We were grappling with fundamental questions of power and democracy: Who controls food producing resources such as land, water, seeds and genetics and for what purposes? Who gets to decide what is grown, how and where it is grown and for whom? We needed to have language that expressed the political dimensions of our struggle. Food Sovereignty is such a term. It provokes the necessary discourse about power, freedom, democracy, equality, justice, sustainability and culture. Food is taken out of the realm of being primarily a market commodity and re-embedded in the social, ecological, cultural and local contexts as a source of nutrition, livelihood, meaning and relationships.

⁶⁹ “The amount of food that is present in a country or area through all forms of domestic production, imports, food stocks and food aid”

alimentação individual, de fato, neste nível a ênfase é concedida às possíveis restrições econômicas que poderiam limitar este acesso.

O aspecto da utilização do alimento é relacionado à sua qualidade nutricional e possibilidade de consumo humano, não devendo, portanto, o alimento ser apenas presente e acessível, mas também, adequado ao ser humano e suas necessidades nutricionais para o desenvolvimento de uma vida saudável. Por fim, a questão da estabilidade pode ser interpretada como a presença relativamente constante dos três outros elementos, completando assim a definição de segurança alimentar (NAPOLI, 2011).

Percebe-se na análise do conceito de Segurança Alimentar pela Cúpula Mundial da Alimentação que as questões a respeito das condições de produção do alimento dificilmente são colocadas em questão. Além disso, refletem a percepção de que a estrutura de mercados eficientes seria capaz de facilitar a obtenção de alimentos adequados por parte da população. Na instituição da segurança alimentar, portanto, o bom funcionamento do mercado se mostra como melhor opção à garantia do direito à alimentação. A noção de soberania alimentar, por sua vez, assume dimensões que dificilmente valorizadas pelas estruturas de mercado.

A Declaração de Nyelémi (2007), resultado do Fórum de Nyelémi⁷⁰ sobre a Soberania Alimentar, fornece uma sucinta apresentação dos pilares que sustentam o conceito. Neste documento, mesmo dentro da dimensão do consumo, amplamente contemplada pela definição de Segurança Alimentar, é integrada a necessidade de adequação cultural do consumo. Para além da avaliação a respeito da quantidade de alimento e seu valor nutricional, o conceito busca resgatar um laço cultural entre o consumidor e sua alimentação.

Contudo, as principais extensões que a concepção de Soberania Alimentar traz se localizam, na verdade, nos regimes de produção de alimentos. Enquanto no conceito de Segurança Alimentar, as dimensões de “disponibilidade” e “estabilidade” determinam necessidade de proteção aos sistemas de produção alimentícia, visando associar o acesso aos alimentos à capacidade de provisão que o mercado

⁷⁰ O Fórum de Nyelémi de 2007, sediado em Sélingué buscou, através do intercâmbio de experiências entre organizações da Via Campesina e outros movimentos sociais envolvidos com a provisão de alimentos, elaborar estratégias que possibilitem a provisão de alimentos saudáveis, de forma economicamente acessível, e mantendo o respeito com os territórios e localidades no qual se realiza a produção. Além de ter conferido maior visibilidade à temática da soberania alimentar, suas definições apresentaram repercussões significativas na construção de reforma agrária integral da Via Campesina (VIA CAMPESINA, 2017)

devidamente livre apresenta, o conceito de Soberania Alimentar busca tratar a questão da produção alimentar local com centralidade. Reconhecendo o valor dos produtores locais na provisão estável de alimentos, o conceito se Soberania Alimentar:

(...) protege os fornecedores de alimentos do dumping de alimentos e ajuda-alimentar nos mercados locais; protege os consumidores da má qualidade e alimentos não saudáveis, ajuda-alimentar inadequada e alimentos contaminados com organismos geneticamente modificados; e resiste a estruturas, acordos e práticas de governança que dependem e promovem o comércio internacional insustentável e desigual e dão poder a empresas remotas e irresponsáveis.⁷¹ (VIA CAMPESINA, 2018, p.14 – tradução nossa).

Além destas dimensões, o conceito busca aprofundar o relacionamento entre o conhecimento adequado à produção de alimentos, contrariando a expectativa de que práticas vinculadas a um saber científico orientado à dominação da natureza seriam as mais adequadas por representarem supostos ganhos de eficiência. Dentro da elaboração deste conceito há uma clara valorização das práticas de agricultura tradicional, reconhecendo a capacidade produtiva que se demonstrou efetiva por gerações e a maior harmonia que esta desenvolve em relação ao meio ambiente.

Em síntese, o conceito e Soberania Alimentar confere ao movimento camponês transnacional uma identidade coletiva que aglutina, ainda que em termos gerais, interesses na contestação às estruturas de governança econômica vigentes, cujos fundamentos se derivam da subjetividade de uma classe capitalista transnacional. Negando o paradigma de que a produção de alimentos deve ser organizada exclusivamente diante de uma noção de eficiência e competitividade guiada pelas estruturas de mercado, a perspectiva de Soberania Alimentar orienta a Via Campesina a negar que a intensificação do capitalismo no campo da produção de alimentos seria a perspectiva correta ao desenvolvimento.

Esta subjetividade é orientadora para a proposta de reforma agrária integral defendida pela Via Campesina. Diferentemente das propostas organizadas e defendidas pelo Banco Mundial (2003), em que é reconhecida a ênfase na constituição de regimes fundiários que reconheçam devidamente direitos de propriedade para a viabilização de um maior nível de investimento e facilitação das

⁷¹ protects food providers from the dumping of food and food aid in local markets; protects consumers from poor quality and unhealthy food, inappropriate food aid and food tainted with genetically modified organisms; and resists governance structures, agreements and practices that depend on and promote unsustainable and inequitable international trade and give power to remote and unaccountable corporations.

transações no mercado, a proposta da Via Campesina compreende que a organização dos regimes de propriedade pode variar sensivelmente entre sociedades e que esta deve, para além de satisfazer necessidades de mercado, corresponder a determinantes sociais e culturais de cada povo.

Para obtenção de um regime de desenvolvimento agrário mais condizente com a realidade dos produtores locais, portanto, é necessário que as autoridades governamentais possuam maior autonomia para que, democraticamente, possa ser possível tomar medidas políticas necessárias. Neste sentido, é possível compreender que, em grande parte, a Via Campesina vê na realocação do poder uma necessidade para a afirmação global da identidade dos povos camponeses.

Feitas estas considerações, fica clara a mudança na ênfase da reforma agrária. De uma redistribuição de assentamentos pelas autoridades governamentais para obtenção de produtividade passa a se afirmar a necessidade de reconhecimento de vínculos dos camponeses com a terra para se projetar maneiras de permitir que estes possam continuar operando a produção de alimentos para satisfazer as necessidades locais.

5 CONCLUSÃO

A objetivo central deste trabalho, desde a sua primeira concepção, estava na análise da Via Campesina como um movimento contra hegemônico em sentido gramsciano. Considerando a comum concepção difundida nos círculos liberais, o esforço compreensivo deste trabalho está justamente em verificar as maneiras com que o movimento demonstra limitações, mantendo seus objetivos e propostas voltados à obtenção de melhor posição nas estruturas do capitalismo global, ou potencialidades, transcendendo os limites da ordem vigente e introduzindo um programa político amplo, recriando as bases político-econômicas da sociedade de forma alinhada com as perspectivas dos trabalhadores.

Desde o início do trabalho é percebida a afinidade das vertentes teóricas marxistas com a proposta aqui estabelecida. A relação é especialmente notável quando colocada em questão o caráter alienante da produção capitalista, em suas dimensões objetiva e subjetiva. À medida em que a intensificação das relações capitalistas incorpora a agricultura e, mais especificamente, a produção de alimentos,

os vínculos sociais culturais e afetivos entre o camponês a terra e sua produção são negligenciados em favor de supostos incrementos de produtividade e uma maior capacidade de atender às necessidades do mercado.

Apesar destes processos, as teorias marxistas visualizam nos grupos e forças sociais potencialidades de mudança social. Enquanto em tradições mais mecanicistas [ou estruturais, segundo os categorias definidas em Cox (1996)] buscam condicionar a mudança social exclusivamente à alterações fundamentais nas relações de produção, tradições vinculadas ao materialismo histórico concebem este processo de forma mais complexa.

Perspectivas como a gramsciana não determinam uma dependência direta dos elementos ideológicos (superestruturais) em relação aos circuitos de acumulação. Ao contrário, assumem que as contradições existentes nas relações de produção capitalistas possibilitam a emergência de subjetividades opostas que disputam a projeção de seus interesses politicamente. Para além de envolverem a disputa pelo Estado, enquanto burocracia administrativa, diferentes forças sociais existentes competem pela conquista de instituições e organizações da sociedade civil, que permitiriam à força que os domina a possibilidade de sustentar e justificar a concretização de seus interesses no bloco histórico estabelecido.

O recurso analítico das estruturas históricas desenvolvido em Cox (1996a) determina um interessante recurso para compreender as dimensões múltiplas da disputa pela hegemonia, além de estabelecer formas de transpor conceitos gramscianos para o nível internacional através das esferas de atividade. Em outras obras (COX, 1996b), contudo, o autor tende a limitar a condicionar o processo de construção da hegemonia em nível global à consolidação de hegemonias no nível dos Estados.

Este cenário, segundo a perspectiva de Robinson (2004), parece ter se alterado com a emergência de estruturas de produção que não estariam estritas fronteiras nacionais, apresentando-se como circuitos de acumulação mais flexíveis, descentralizados e transnacionais. Estes circuitos, apesar de terem sido viabilizados por uma série de avanços técnicos, não são neutros. Eles representam diretamente os interesses de uma classe capitalista transnacional que, para a concretização de seus interesses, promoveu alteração nas formas de Estado existentes e no desenvolvimento de uma estrutura de governança econômica. Estas

novas instituições, sejam as organizações sociais ou os novos formatos do Estado, correspondem em larga medida à doutrina neoliberal.

Se diante da avaliação das capacidades materiais das forças podemos constatar o crescimento do poder do capital transnacional através de sua crescente concentração e capacidade de acumulação, no aspecto ideológico existem algumas considerações a serem feitas. No campo dos entendimentos intersubjetivos, é endossada pelas forças sociais alinhadas com o neoliberalismo a noção de que a maximização da produção é dependente de uma crescente fragmentação e descentralização produtiva, podendo assim minimizar os custos produtivos e amplificar a eficiência. Em termos de imagens coletivas, é disseminada pelo capital a ideal de que a aplicação de mecanismos de mercado nas mais diversas atividades e esferas da vida social garante maior eficiência e, em decorrência desta, maior facilidade na superação de problemas, como o a pobreza, a fome ou a degradação do meio ambiente.

A existência do capital global, ou transnacional, por si já determina a existência objetiva do trabalho global, como classe-em-si. A incorporação da produção agrícola aos circuitos de acumulação transnacionais determina a existência deste campesinato global, portanto. A determinação de uma subjetividade própria a este grupo, contudo, dependeu de um processo ativo de articulação, no qual foram determinadas através de intercâmbios e comunicações entre movimentos agrários nacionais, perspectivas e desafios comuns.

A oposição ideológica do movimento em relação ao programa neoliberal se expressa, no campo dos entendimentos intersubjetivos, na rejeição da proposição de que a produção transnacional e descentralizada traria mais eficiência produtiva e, conseqüentemente, maiores benefícios sociais. Reconhecendo neste tipo de processo de globalização uma tendência à homogeneização modernizante característica do agronegócio, a articulação privilegia um reconhecimento global da necessidade de realocização. Através da atenção às realidades e desafios do campo em um nível local poderiam ser desenvolvidos programas políticos mais adequados às necessidades da população na produção agrícola.

No campo das imagens coletivas, a recusa da Via Campesina se dá justamente na negação dos mecanismos de mercado como reguladores mais adequados do desenvolvimento agrário. Atentos à crescente dependência do agricultor em relação a insumos intensivos em capital, à marginalização das populações campesinas a

assentamentos menores e menos produtivos e a intrusão de novos atores capitalistas em diversos segmentos da cadeia produtiva, a articulação reconhece que a intensificação do capitalismo na agricultura não demonstra benefícios generalizados. Ao contrário acentua a marginalização de pequenos e médios produtores nas cadeias produtivas, apresentando impactos significativos tanto no acesso da população aos alimentos, como em sua qualidade.

Neste sentido, a proposta da Via Campesina não situa em um nível de conformação às estruturas produtivas vigentes. Pelo contrário, demonstra oposição frontal às instituições que sustentam este modelo produtivo. Expusemos no terceiro capítulo deste trabalho a maneira com que o relatório do Banco Mundial sobre política fundiária e a consolidação do conceito de segurança alimentar desenvolvido na Cúpula Mundial para a Alimentação em 1996 refletiam noções de que a criação de condições para que os mecanismos de mercado pudessem operar com liberdade determinariam condições para a resolução de problemas de distribuição e eficiência.

Os entendimentos expostos na concepção da alimentar e na proposta de soberania alimentar, por sua vez, revelam que o desenvolvimento proposto pela Via Campesina afirma a incompatibilidade da afirmação dos laços culturais e sociais entre camponeses, a terra e a sua produção e a terra. Neste sentido, defendem que a afirmação de sua subjetividade se vincula ao rompimento da atividade de produção de alimentos com as estruturas de mercado, afirmando a multidimensionalidade do direito a alimentação. Ao invés de ser tratado enquanto mercadoria, a Via Campesina afirma que a população deve ter direito a alimentos em suficiência, sendo estes nutritivos e culturalmente adequados à necessidades da população. Para tanto as condições de trabalho camponês devem ser asseguradas, tanto na garantia de sua autonomia no emprego de técnicas próprias, independentes de insumos tecnológicos estranhos às práticas de cultivo campesinas, como no respeito à posse da terra em uma dimensão ampla, valorizando seus laços culturais e afetivos com a mesma.

Considerando a ruptura com as estruturas de mercado presente nas propostas de política fundiária e de combate à fome defendidas pela Via Campesina, podemos verificar que o objetivo do movimento não está exatamente em melhor alocar pequenos e médios agricultores nas estruturas do capitalismo global. Na verdade, o movimento afirma frontalmente a necessidade de reconstruir as bases que determinam o caráter da produção de alimentos, de forma a produzir relações ecológica e socialmente sustentáveis. É interessante apontar que a influência

ideológica do movimento já se manifestou no contorno de Estados, como o Equador que afirmou a busca pela soberania alimentar como objetivo de Estado em sua constituição de 2008 (CLAYES, 2015). Ainda assim analisar os efeitos práticos das lutas encampadas globalmente pelos movimentos componentes da Via Campesina constituiria novo esforço de pesquisa. Como conclusão deste, nos limitamos a afirmar que como força contra hegemônica, a Via Campesina desempenha notável papel na globalização da esperança.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. El Buen Vivir, más allá del desarrollo. In.: RAMOS, Gian Carlo. **Buena Vida, Buem Vivir: Imaginários alternativos para el bem comum de la Humanindada**. UNAM. 2014

ALVES, José Augustos Lindgren. **Relações Internacionais e Temas Sociais: A Década das Conferências**. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Brasília. 2001. Disponível em http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/textos/livro_lindgren_alves_decada_conferencias_onu.pdf . Acesso em 22/06/2020

BANCO MUNDIAL. **Land Policies for Growth And Poverty Reduction – A World Bank Policy Research Report**. Washington, 2003. Disponível em <> Acesso em 20/06/2020

BONANNO, Alessandro et. Al. **From Columbus to ConAgra: The Globalization of Agriculture and Food**. University Press of Kansas. 1993

BOYD, Willian; WATTS, Michael. Agro-Industrial Just-in-Time: The Chicken Industry and Postwar American Capitalism. In.: **Globalising Food – Agrarian Questions and Global Restructuring**. Routledge. 1997

CLAEYS, Priscila. **Human Rights and the Food Sovereignty Movement – Reclaiming Control**. Routledge. New York. 2015.

CLAPP, Jennifer; DAUVERGNE, Peter. **Paths to a Green World – The Political Economy of the Global Environment**. MIT Press, Cambridge. 2005)

COX, Robert. Gramsci, hegemony, and international relations: an essay in method (1983). In.: COX, Robert W.; SINCLAIR, Timothy J. **Approaches to World Order**. Cambridge University Press. 1996b.

COX, Robert. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory (1981). In.: COX, Robert W.; SINCLAIR, Timothy J. **Approaches to World Order**. Cambridge University Press. 1996a.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Via Campesina – Globalization and the Power of Peasants**. Fernwood Publishing. 2007

EDELMAN, Marc. Food Sovereignty: Forgotten Genealogies and Future Regulatory Challenges. **The Journal of Peasant Studies**, Vol.41, No.6. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/267104474_Food_Sovereignty_Forgotten_Genealogies_and_Future_Regulatory_Challenges > Acesso em 22/06/2020

ETC GROUP. **Who owns nature? – Corporate Power and the Final Frontier in the Commodification of Life**. 2008. Disponível em <https://www.etcgroup.org/content/who-owns-nature> > Acesso em 20/06/2020

GILL, Stephen. Epistemology, Ontology and the 'Italian School'. In.: GILL, Stephen. **Gramsci, Historical Materialism and International Relations**. Cambridge University Press. 1994

GOMES, Rafael; LAWSON, Max. **Pro-Poor Macroeconomic Policies Require Poverty and Social Impact Analysis**. *Development Policy Review*, Vol. 23, Issue. 3. 2005. Disponível em <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1467-7679.2005.00292.x>> Acesso em 20/06/2020

GRAIN. Hungry for Land – **Small Farmers feed the World with less than a quarter of all farmland**. 2014. Disponível em < <https://www.grain.org/article/entries/4929-hungry-for-land-small-farmers-feed-the-world-with-less-than-a-quarter-of-all-farmland>> Acesso em 22/06/2020

GRAMSCI, Antônio. **Caderno do Cárcere (Vol. 1) – Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. 7. Ed. Editora Civilização Brasileira. 2014

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere (Vol. 5) – O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália**. 1.Ed. Editora Civilização Brasileira. 2002

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere (Vol.3) – Maquiável: Notas sobre o Estado e a política**. 3. Ed. Editora Civilização Brasileira. 2007

GRIFFITH-JONES, Stephany; SUNKEL, Osvaldo. **O fim de uma ilusão – As crises da dívida e do desenvolvimento na América Latina**. Editora Brasiliense. 1986

GROSSMAN, Gene; Alan Krueger. Economic Growth and the Environment. **The Quarterly Journal of Economics**, Vol. 110, No. 2. Maio, 1995. Disponível em < <https://academic.oup.com/qje/article-abstract/110/2/353/1826336?redirectedFrom=fulltext>> . Acesso em 20/06/2020

HARVEY, David. **A Brief History of Neoliberalism**. Oxford University Press. 2005

HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos – O breve século XX 1914-1991**. 2. Ed. Editora Companhia das Letras. 2013

IATP. **Profit for Few or Food for All. – Food Sovereignty and Security to eliminate the Globalisation of Hunger: A Statement by the NGO Forum to the World Food Summit**. 1996. Disponível em <https://www.iatp.org/sites/default/files/Profit_for_Few_or_Food_for_All.htm> Acesso em 22/06/2020

LINKLATER, Andrew. The achievements of critical theory. In.: SMITH, Steve. **International Theory – Positivism and Beyond**. Cambridge. Cambridge University Press. 1996

LUKACS, Georg. **História e Consciência de Classe: Estudos sobre a dialética marxista**. 3.Ed. Martins Fontes Editora. 2018

MADELEY, John. **Big Business, Poor Peoples: How Transnational Corporations Damage the World Poor**. Zed Books. Londres. 2008.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico Filosóficos**. 1 ed. Editora Boitempo. 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 1 Ed. Editora Expressão Popular. 2008. Disponível em <<https://www.expressaopopular.com.br/loja/wp-content/uploads/2020/02/manifesto-comunista-EP.pdf>> . Acesso em 22/06/2020

MINK, Stephen D. Poverty, Population and the Environment. **World Bank Discussion Papers**, No. 189. Washington. 1993. Disponível em <<http://documents.worldbank.org/curated/en/192051468741002945/Poverty-population-and-the-environment>> Acesso em 20/06/2020

NAPOLI, Marion. **Towards a Food Insecurity Multidimensional Index (FIMI)**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Humano e Segurança Alimentar pela Università Degli Studi Roma Ter. 2011. Disponível em <<http://www.fao.org/fileadmin/templates/ERP/uni/FIMI.pdf> Acesso em 06 dez.2016 > Acesso em 22/06/2020

NYÉLÉNI. 2007. **Declaration of Nyéléni**. 2007 Disponível em <<https://nyeleni.org/IMG/pdf/DeclNyeleni-en.pdf>> Acesso em 22/06/2020

O'BRIEN, Robert; WILLIAMS, Marc. **Global Political Economy – Evolution and Dynamics**. 5.ed. Palgrave. 2016.

PNUD, **Human Development Report 2001 – Making New Technologies Work for Human Development**. Oxford University Press, 2001. Disponível em <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/262/hdr_2001_en.pdf>. Acesso em 17/06/2020

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. 2.ed. Editora Compus. 2000. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3951723/mod_resource/content/1/1980_Polanyi_A%20grande%20transform..pdf> Acesso em 22/06/2020

RIST, Gilbert. **The history of develepment – From western origins to global faith**. 3 Ed. Zed Books. 2008

ROBINSON, William I. **A theory of global capitalism: production, class and the state**. The John Hopkins University Press.2004

ROBINSON, William I. **Global Capitalism and the Crisis of Humanity**. Cambridge University Press, New York, 2014.

RODRIK, Dani. After Neoliberalism, What? **Notas para apresentação no Seminário do BNDES “New Paths of Development”**. Rio de Janeiro. 2002. Disponível em <<http://cemi.ehess.fr/docannexe/file/2787/rodrik2002.pdf>> Acesso em 20/06/2020

ROSTOW, W. W. **Etapas do Desenvolvimento Econômico: Um Manifesto Não-Comunista**. Rio de Janeiro. Zahar. 1971

RUPERT, Mark. Alienation, Capitalism and the Inter-State System: Towards a Marxian/Gramscian Critique. In.: GILL, Stephen. **Gramsci, Historical Materialism and International Relations**. Cambridge University Press. 1994

- SACHS, Wolfgang. Development – The Rise and Decline of na Ideal. Wuppertal Papers, Nr.108. **Wuppertal Papers**. Agosto de 2000. Disponível em: <https://d-nb.info/1049675908/34>. Acesso em 22/06/2020.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as Ciências**. São Paulo. Cortez. 2008
- SANTOS, Onofre. O Fogo de Prometeu nas Mãos de Midas: Desenvolvimento e Mudança Social. In.: CAMPOS, Taiane Las Casas (Org.) **Desenvolvimento, Desigualdades e Relações Internacionais**. Editora PUC Minas. 2005
- SCHWARTZMANTEL, John. The Routledge Guidebook to Gramsci's Prison Notebooks. 1. Ed. Routledge. 2015
- SCOTT, James. **Seeing like a state**. Yale University Press. 1998
- SHIVA, Vandana. **The Violence of the Green Revolution**. 2. Ed. Zed Books. 1993
- SHIVA, Vandana. **Who really feeds the World? The failures of agribusiness and the promise of agroecology**. North Atlantic Books. 2016
- SOUZA, Matilde de (Org). **A Agenda Social das Relações Internacionais**. Editora PUC Minas. 2005.
- STÉDILE, João Pedro. Landless Battalions – The Sem Terra Movement of Brazil. New Left Review, N. 15, (Maio-Junho). 2002. Disponível em <<https://newleftreview.org/issues/II15/articles/joao-pedro-stedile-landless-battalions.pdf>> Acesso em 22/06/2020
- TIETENBERG, TOM. **Enviromental and Natural Resource Economics**. 5th ed. Addison Wesley Longman Inc, 2000.
- VAN DER PIJL, Kees. **The Making of an Atlantic Rulling Class**. Verso. 2012
- VIA CAMPESINA. **Food Sovereignty Now! A Guide to Food Sovereignty**.2018b. Disponível em <<https://viacampesina.org/en/wp-content/uploads/sites/2/2018/02/Food-Sovereignty-A-guide-Low-Res-Vresion.pdf>> Acesso em 22/06/2020
- VIA CAMPESINA. **LA VIA CAMPESINA MEMBERS**. 2018a. Disponível em <<https://viacampesina.org/en/wp-content/uploads/sites/2/2018/03/List-of-members.pdf>> Acesso em 22/06/2020
- VIA CAMPESINA. **Managua Declaration (April, 1992)**. 1992. Disponível em <<https://viacampesina.org/en/managua-declaration/>>. Acesso em 22/06/2020
- VIA CAMPESINA. **Mons Declaration (May, 1993)**. 1993. Disponível em <<https://viacampesina.org/en/mons-declaration/>> Acesso em 22/06/2020
- VIA CAMPESINA. **Struggles of La Via Campesina for Agrarian Reform and the Defense of Life, Land and Territories**. 2017. Disponível em <<https://viacampesina.org/en/struggles-la-via-campesina-agrarian-reform-defense-life-land-territories/>>. Acesso em 20/06/2020

WEIBE, Nettie. Food Sovereignty expresses the richness o four struggle. **Nyeléni Newsletter**, n.30. 2017. Disponível em <<https://nyeleni.org/spip.php?article632>> Acesso em 20/06/2020

WILLIAMSON, John. Our Agenda and the Washington Consesus. In.: KUCZYNSKI, Pedro-Pablo; WILLIAMSON, John. **After the Wahington Consensus – Restarting Growthand Reform in Latin America**. Peterson Institute. 2003